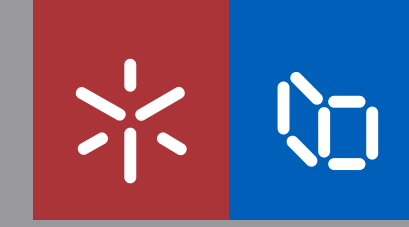


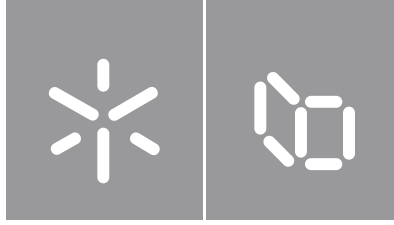


Mário Birriate

A Sintaxe das orações relativas em
Cinyanja

Universidade do Minho
Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas





Universidade do Minho
Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas

Mário Biriante

A Sintaxe das orações relativas em
Cinyanja

Tese de Doutoramento
Doutoramento em Ciências da Linguagem
Especialidade de Linguística Geral

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Maria do Pilar Pereira Barbosa

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.



**Atribuição
CC BY**

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

AGRADECIMENTOS

A realização do presente trabalho só foi possível com a contribuição, consciente ou inconsciente, de pessoas e instituições, as quais agradeço nesta página.

À minha orientadora, Professora Doutora Maria do Pilar Pereira Barbosa, pelo alto sentido de empenho e profissionalismo com que me acompanhou neste trabalho. Agradeço pelas leituras das versões e capítulos da tese e pelas valiosas correções. Os seus constantes ensinamentos e incentivo fazem da Professora Pilar a minha fonte de inspiração e referência como pessoa, como académico e como profissional.

À Reitoria da Universidade Púnguè de Moçambique (UniPúnguè), por ter me concedido a autorização da para a continuação dos estudos a nível de Doutoramento, assim como pelos apoios material e moral proporcionados.

Aos meus alunos da habilitação em ensino de línguas Bantu (Cinyanja) das turmas de 2017 e 2018, na Extinta Universidade Pedagógica de Moçambique-Delegação de Tete, que estiveram sempre em prontidão para ouvir e debater sobre assuntos ligados a aspetos gramaticais da língua Nyanja.

Aos meus pais, cujas imagens não as tenho em mente, pois nem as fotos deles existem, mas que as histórias que me contaram a seu respeito me encorajam a tomar a escola como o caminho certo para a vida.

Ao meu tio, David Paulo António Caomba, pelos ensinamentos, amizade e encorajamento que me tem dado ao longo destes anos.

À Olícia Eliasse Sandichai Biriante, minha companheira, e à Josefina Beatriz Mário Biriante, minha filha, pelo amor e apoio moral que me têm dado e, sobretudo, pela compreensão durante os dias e noites que passei trancado naquele que apelidaram “escritório-cadeia”, assim como nos momentos de ausência total do convívio familiar.

A todos aqueles não mencionados nesta página, cujo contributo valeu para realização deste trabalho.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

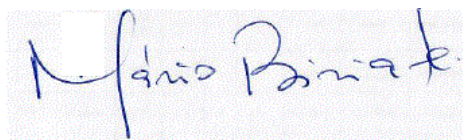
Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducentes à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Universidade do Minho, Braga, março de 2023

Nome: Mário Biriante

Assinatura

A handwritten signature in blue ink that reads "Mário Biriante". The signature is written in a cursive style and is placed on a light-colored rectangular background.

A SINTAXE DAS ORAÇÕES RELATIVAS EM CINYANJA

Resumo

A presente pesquisa enquadra-se no âmbito da gramática generativa e tem como objeto de estudo a sintaxe das orações relativas em Cinyanja, uma língua do grupo Bantu falada em Moçambique. O estudo assenta nos pressupostos teóricos da teoria de Princípios e Parâmetros (Chomsky; 1981, 1986a, 1986b, 1995). Discutem-se os diferentes modelos de análise da relativização no âmbito desta teoria: o modelo do núcleo externo (Chomsky, 1977), o modelo de elevação do núcleo (Kayne, 1994) e o modelo *Matching* (Sauerland, 1998, 2003). Com base na descrição desses modelos, as suas vantagens e limitações, adota-se o modelo clássico, segundo o qual a relativização encerra um processo de adjunção a um núcleo nominal externo. Partindo do princípio de que existem universais linguísticos no domínio empírico particular das orações relativas, descrevem-se as estratégias de relativização do Cinyanja integrando-as no quadro mais geral das estratégias de relativização das línguas Bantu. Em Cinyanja, as orações relativas podem ser formadas através de recursos segmentais (o marcador *-mene* e o sufixo relativo *-o*, colocado à direita da última palavra da oração) ou simplesmente com recurso ao tom alto (com ou sem o sufixo relativo *-o*). Nas relativas de *-mene*, a ordem de palavras na oração relativa é REL (S) V; nas relativas tonais, o sujeito aparece obrigatoriamente em posição pós-verbal. De um modo geral, as orações relativas apresentam marcas de concordância tanto com o sujeito lógico como com o antecedente. Propõe-se que as orações relativas segmentais sejam analisadas como estruturas em que o marcador relativo *-mene* (aqui considerado um pronome relativo) é movido da sua posição de base para Spec-CP. Deste movimento resulta a ordem Rel (S) V. Adotando uma proposta original de Zeller (2004), sugere-se que o morfema *-o* é um sufixo de concordância relativa que marca a concordância de CP com o núcleo nominal, colocando-se numa posição de adjunção à direita de CP. As relativas não segmentais são analisadas como estruturas em que C+wh tem um estatuto idêntico ao dos marcadores relativos clíticos que aparecem incorporados na estrutura do complexo verbal em outras línguas Bantu (Demuth e Harford, 1999; Zeller, 2004), que tipicamente desencadeiam a inversão do sujeito. Como o marcador relativo é um elemento sem matriz fonológica, comporta-se como uma forma clítica e deve afixar-se a T. O processo de afixação de C a T, porém, não se dá mediante a subida do verbo de T para C (contra Demuth e Harford, 1999) visto que a ordem de palavras VSO não é admitida neste tipo de oração relativa (a menos que a marca de objeto esteja presente). Assumindo o modelo da Morfologia Distribuída (Halle e Marantz, 1993), defende-se que a afixação de C a T se dá no nível pós-sintático da gramática, sob adjacência. O sujeito permanece *in situ*, em Spec-VP, obtendo-se os mesmos padrões de ordem de palavras das frases simples com sujeito em posição pós-verbal, nomeadamente VOS ou, na presença da marca de concordância com o objeto, VSO.

Palavras-chave: Cinyanja, relativização, sintaxe.

THE SYNTAX OF RELATIVE CLAUSES IN CINYANJA

Abstract

The object of the present research is the syntax of relative clauses in Cinyanja, a language of the Bantu group spoken in the Tete province of Mozambique. The study is based on the theoretical assumptions of the theory of Principles and Parameters (Chomsky; 1981, 1986a, 1986b, 1995). The different analyses of relativization under this theory are discussed: the adjunction analysis (Chomsky 1977), the head raising analysis (Kayne, 1994), and the matching analysis (Sauerland, 1998, 2003). Based on the description of these models, their advantages and limitations, we adopt the classical model, according to which relativization involves adjunction to an external head. Assuming that linguistic universals exist in the particular empirical domain of relative clauses, we describe Cinyanja relativization strategies by integrating them in the broader typological patterns of relativization in Bantu. In Cinyanja, relative clauses can be formed using segmental resources (the *-mene* marker and the relative suffix *-o*, placed to the right of the last word of the clause) or simply using high tone (with or without the presense of the relative suffix *-o*). In *-mene* relative clauses, word order in the relative clause is Rel (S) V; in tonal relative clauses, the SUJect must appear in postverbal position. In general, relative clauses show agreement with both the logical SUJect and the antecedent. We analyse segmental relative clauses as structures in which the relative marker *-mene* (here considered a relative pronoun) is moved from its base position to Spec-CP. This movement derives the order Rel (S) V. Adopting an original proposal by Zeller (2004), it is suggested that the morpheme *-o* marks agreement between CP and the head of the relative, being suffixed to the right of CP. Tonal relative clauses are analyzed as structures in which C+wh has a status identical to that of the clitic relative markers that appear incorporated in the verbal complex in other Bantu languages (Demuth and Harford, 1999; Zeller, 2004), which typically trigger SUJect inversion. Since C lacks a phonological matrix, it is clitic-like, and must be affixed on to T. The process of affixation of C to T, however, does not take place by raising T to C (contra Demuth and Harford, 1999) since VSO word order is not admitted in this type of relative clause (unless an object marker is present). Assuming the model of Distributed Morphology (Halle and Marantz, 1993), it is argued that affixation of C to T takes place in the post-syntactic level of the grammar, under adjacency. This is why a SUJect may not intervene between C and T. The SUJect remains *in situ*, in Spec-VP, thus deriving the same word order patterns that are found in simple sentences with a SUJect in post-verbal position, namely VOS or, in the presence of an object marker, VSO.

Keywords: *Cinyanja*, relativization, syntax.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	5
1.1. Introdução.....	5
1.2. A teoria de Princípios e Parâmetros (P&P).....	5
1.3. O Programa Minimalista (PM).....	6
1.3.1. Condições de legibilidade.....	8
1.3.2. Condições de economia.....	9
1.3.3. A derivação sintática: <i>Numeração; Marge, Agree/Move</i> e <i>Spell-Out</i>	9
1.4. Conclusões.....	11
CAPÍTULO II. SITUAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA E ELEMENTOS DE GRAMÁTICA DA LÍNGUA NYANJA.....	12
2.1. Introdução.....	12
2.2. Situação sociolinguística da língua Nyanja.....	12
2.3. O tom e as regras de sua marcação.....	15
2.3.1. Aspectos gerais sobre o tom.....	15
2.3.2. Critério de marcação do tom em Cinyanja.....	20
2.4. A morfologia nominal em Cinyanja.....	21
2.4.1. A estrutura do nome.....	21
2.4.2. Classes nominais e sua semântica.....	21
2.5. A morfologia verbal do Cinyanja.....	25
2.5.1. Estrutura do verbo não derivado.....	25
2.5.2. Radical.....	26
2.5.3. Os afixos.....	27
2.5.3.1. Afixos flexionais.....	28
2.5.3.1.1. Marca de concordância com o sujeito (MS ou SUJ).....	28
2.5.3.1.2. Marca de objeto (MO ou OBJ).....	29
2.5.3.1.3. Marca de tempo (MT).....	30

2.5.3.1.4. Marca de negação (NEG)	31
2.5.3.2. Extensões verbais	31
2.6. Elementos de sintaxe do Cinyanja	39
2.6.1. Estrutura da frase simples em Cinyanja	39
2.6.2. Construções de Duplo Objeto	43
2.6.2.1. Simetria e assimetria em CDO nas línguas Bantu	43
2.6.2.2. Construções de Duplo Objeto do Cinyanja	48
2.6.3. Construções de Tópicos	50
2.6.3.1. Tópico pendente e deslocação à esquerda do tópico pendente	51
2.6.3.2. Deslocação à esquerda clítica e topicalização	52
2.6.3.3. Topicalização selvagem	54
2.6.4. Interrogativas parciais em Cinyanja	54
2.7. Conclusões	59
CAPÍTULO III. A VARIAÇÃO TIPOLÓGICA DAS ORAÇÕES RELATIVAS	61
3.1. Introdução	61
3.2. Tipologia de orações relativas	61
3.2.1. Tipos semânticos de orações relativas	62
3.2.1.1. Orações relativas apositivas	62
3.2.1.2. Orações relativas restritivas	63
3.2.2. Tipos sintáticos de orações relativas	63
3.2.3. Posições sintáticas de relativização	65
3.3. Estratégias de relativização e morfemas relativos	66
3.3.1. A natureza dos marcadores relativos	66
3.3.1.1. A estratégia de pronome independente	67
3.3.1.2. A estratégia de marcador morfologicamente preso	68
3.3.1.3. A estratégia prosódica	68
3.3.2. Distribuição dos pronomes/marcadores relativos	69

3.4. Estratégias de relativização nas línguas Bantu	71
3.4.1. Tipologia das estratégias de relativização nas línguas Bantu	71
3.4.1.1. Estratégia segmental de formação de orações relativas	71
3.4.1.2. Estratégia não segmental (tonal) de formação de orações relativas	74
3.4.2. Sistema de concordância relativa nas línguas Bantu	76
3.4.3. A formação de orações relativas em Chichewa	78
3.4. Conclusões.....	81
CAPÍTULO IV. ORAÇÕES RELATIVAS EM CINYANJA.....	83
4.1. Introdução.....	83
4.2. Ordem básica de palavras na oração relativa.....	83
4.3. Estratégias de relativização e morfemas relativos em Cinyanja	84
4.3.1. A estratégia de marcador relativo <i>-mene</i>	84
4.3.2. A estratégia de morfema <i>-o</i>	85
4.3.3. A estratégia tonal.....	88
4.3.4. A estratégia resuntiva.....	90
4.4. Interface fonologia e prosódia nas orações relativas do Cinyanja.....	93
4.5. Subtipos de orações relativas em Cinyanja.....	94
4.5.1. Subtipos semânticos de orações relativas em Cinyanja.....	95
4.5.2. Subtipos sintáticos de orações relativas em Cinyanja.....	97
4.5.2.1. Orações relativas de Sujeito	97
4.5.2.2. Orações relativas de objeto direto	98
4.5.2.3. Orações relativas de objeto indireto.....	100
4.5.3. Orações relativas sem antecedente	101
4.5.4. Orações relativas locativas	103
4.6. O sistema de concordância relativa em Cinyanja	105
CAPÍTULO V. MODELOS E HIPÓTESES TEÓRICAS DE ANÁLISE DAS ORAÇÕES RELATIVAS.....	110
5.1. Introdução.....	110

5.2. O modelo tradicional: núcleo externo	110
5.2.1. Pressupostos teóricos gerais sobre o modelo	110
5.2.2. Propostas de análise de orações relativas nas línguas Bantu seguindo o modelo tradicional (de núcleo externo)	114
5.2.2.1. O padrão REL S V/REL V	115
5.2.2.2. Padrão REL VS	116
5.2.2.3. Padrão S REL V	117
5.3. O modelo de elevação do núcleo.....	118
5.3.1. Pressupostos teóricos gerais sobre a teoria	118
5.3.2. O modelo de elevação do núcleo de Kayne (1994)	120
5.3.3. O modelo de elevação do núcleo de Bianchi (1999/2000)	121
5.3.4. Propostas de análise de orações relativas nas línguas Bantu seguindo o modelo de elevação do núcleo.	122
5.3.4.1. Proposta de Cheng e Kula (2006)	123
5.3.4.2. Proposta de Muriungi e Mutange (2019)	124
5.4. O modelo <i>matching</i>	126
5.4.1. O modelo <i>matching</i> de Sauerland (1998/2003).....	127
5.4.2. Proposta de análise <i>matching</i> de Citko (2001)	129
5.5. Conclusões.....	130
CAPÍTULO VI. PROPOSTA DE ANÁLISE DAS ORAÇÕES RELATIVAS EM CINYANJA	131
6.1. Introdução	131
6.2. Síntese das estratégias de relativização em Cinyanja	131
6.3. Proposta de análise das orações relativas segmentais em Cinyanja	133
6.4. Orações relativas suprasegmentais (tonais)	137
6.5. Síntese	142
CONCLUSÕES.....	144
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	147

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

[ʔ]	Vestígio
AP	Sistemas de articulação/produção e percepção
APPL	Extensão Aplicativa
CHL	Sistema Computacional da Linguagem Humana
C-I	Sistema de pensamento concetual e intencional
CL	Classe nominal
COP	Cópula
CP	Sintagma Complementador
DEM	Demonstrativo
DP	Sintagma Determinante
FI	<i>Full Interpretation (Princípio da Interpretação Plena)</i>
Flex	Marcas de flexão
FL	Faculdade da Linguagem
FUT	Futuro
GU	Gramática Universal
H	Tom alto
HA	Hierarquia de Acessibilidade
INE	Instituto Nacional de Estatística
INF	Infinitivo
INT	Interpretação
IP	Sintagma Flexional
L	Tom baixo
LF	Logical Form (forma lógica)
LOC	Locativo
MINEDH	Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano
MO ou OBJ	Marca de Objeto
MS ou SUJ	Marca de Sujeito
MT	Marca de Tempo

N	Nome
NEG	Negação
NP	Sintagma Nominal
NUM	Numeral
OBJ	Objeto
OBL	Obliquo
OP	Operador
P&P	Princípios e Parâmetros
PASS	Marcador da passiva
PCEB	Programa Curricular do Ensino Básico
PEBIMO	Programa de Experimentação de Escolarização Bilingue em Moçambique
PERF	Perfetivo
PF	Phonetic Form (forma fonética)
PL	Plural
PM	Programa Minimalista
PP	Sintagma Preposicional
Habit.	Habitual
pro	Operador nulo
PROG	Progressivo
PRS	Presente
PST	Passado
REL	Marcador relativo
S	Sujeito
SG	Singular
SVO	Sujeito-Verbo-Objeto
Spec	Especificador
VOS	Verbo-Objeto-Sujeito
VSO	Verbo-Sujeito-Objeto
TOP	Tópico
VF	Vogal Final

VP Sintagma Verbal
+wh Traço dos morfemas Q

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de distribuição das 15 Zonas Bantu.....	12
Figura 2: a Zona N e seus grupos.....	12
Figura 3: regiões Nyanja de Moçambique.....	13

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: prefixos nominais do Bantu Comum.....	20
Tabela 2: síntese da semântica das classes nominais em Cinyanja.....	22
Tabela 3: marcas de sujeito e de objeto na estrutura da forma verbal.....	29
Tabela 4: pronomes interrogativos e sua semântica.....	53
Tabela 5: prefixos dos marcadores relativos segmentares em Cinyanja.....	87
Tabela6: síntese das estratégias de relativização e morfemas relativos em Cinyanja.....	100

INTRODUÇÃO

A pesquisa sobre os mecanismos de formação das orações relativas nas diferentes línguas do mundo e a natureza dos morfemas relativos e dos movimentos sintáticos neste tipo de construções tem merecido, ao longo dos tempos, especial atenção no seio dos linguistas e gramáticos. Com base nos pressupostos teóricos da Teoria dos Princípios e Parâmetros (Chomsky 1986, 1995), em que a Gramática Universal (GU) é concebida como sendo o “conjunto de sistemas ou subsistemas de princípios e parâmetros” (Chomsky, 1965), de Vries (2005) estabelece que todas as línguas naturais têm frases relativas, mas que existem diferenças e semelhanças entre as línguas ou grupos de línguas no que diz respeito aos tipos sintáticos e semânticos de relativas, às estratégias da sua formação e à natureza dos marcadores relativos. Com base nesses princípios, existem vários estudos sobre o fenômeno de relativização nas línguas naturais, uns procurando encontrar outros princípios gerais e outros procurando parâmetros para línguas particulares. Destacam-se, nesse âmbito, trabalhos de linguistas como: Chomsky (1977, 1995); Lee (1960); Kayne (1994); Bianchi (1999, 2000); Sauerland (1998/2003); Citko (2001); Keenan e Comrie (1979); Macaba (1996); Demuth e Harford (1999); Rizzi (1997; 1999); Zeller (2004); Handerson (2007); Polinsky (2007); Ermisch (2010); Cocchi (2010); Tong (2012); Mtenje (2012), entre outros.

O objeto de estudo deste trabalho são as orações relativas do Cinyanja ou língua Nyanja¹ (N31). O objetivo principal é apresentar, de forma sistematizada, a variação paramétrica das relativas desta língua. Especificamente, pretende-se na presente pesquisa: (i) identificar a ordem de palavras na oração relativa (ii) descrever as estratégias de construção de orações relativas; (iii) identificar a natureza do(s) morfema(s) relativo(s) que codifica(m) as orações relativas; (iv) identificar as posições da Hierarquia de Acessibilidade (HA) que podem ser relativizadas; (v) analisar o tipo de concordância manifestada nas orações relativas e (vi) descrever a natureza do(s) movimento(s)-Qu nas orações relativas da língua.

O Cinyanja (N31), segundo a classificação de GUTHRIE (1967, p.71), é uma língua que pertence ao grupo das línguas Bantu, falada em Moçambique, maioritariamente nas Províncias do Niassa (Distritos do Lago, Mecanhelas e Mandimba); Tete (Distritos de Angónia, Macanga, Zumbo, Tsangano e Moatize) e Zambézia (no distrito de Milange), bem como nalguns países vizinhos, como são os casos do Malawi,

¹As palavras (nomes) nas línguas Bantu estão organizadas em classes nominais (cf. Bleek;1869). Cada classe nominal é identificada por um prefixo e/ou sistema de concordância. “As classes 7 e 8 referem-se aos nomes de línguas, de usos e de costume” (Sitoe, 1996, p. 309). Em Cinyanja, essas classes são marcadas pelos prefixos *ci-* (singular) e *zi-* (plural), respetivamente. Portanto, nesse contexto, *ci-* significa língua e *zi-* significa línguas. Com efeito, Cinyanja significa língua Nyanja. Ou seja, no contexto do presente trabalho, sempre que se escrever Cinyanja dispensa-se o termo *língua*, porque *ci-* significa língua, pelo que o uso simultâneo de *ci-* e *língua* constituiria redundância.

Zâmbia, Zimbabwe e Tanzânia. A variedade de referência na presente pesquisa é o Cinyanja (N31a), falado na Província de Tete (Moçambique).

Este estudo assenta nos pressupostos teóricos da teoria de Princípios e Parâmetros (Chomsky, 1986), incorporando o Programa Minimalista (Chomsky, 2000). Discutem-se as diversas propostas de análise da relativização neste quadro teórico, (Chomsky, 1977; Lee, 1960; Kayne, 1994; Bianchi, 1999, 2000; Sauerland, 1998, 2003; Citko, 2001) e, após reflexão, adota-se, nesta tese, o modelo do núcleo externo (Chomsky, 1977). A proposta de análise das orações relativas em Cinyanja baseia-se nas hipóteses que têm sido avançadas para este tipo de construções nas línguas Bantu seguindo o modelo de núcleo externo (Demuth e Harford's (1999/2000; Zeller; 2004; Pak, 2007; Letsholo, 2009).

Os dados analisados neste estudo foram selecionados pelo autor, fazendo intervir a competência linguística de falante nativo da língua. Antes da análise, as frases foram também submetidas a outros falantes e professores da língua para a certificação da sua gramaticalidade e aceitabilidade.

O trabalho encontra-se estruturado em seis capítulos, tal como a seguir se apresentam.

No Capítulo I, Enquadramento Teórico, é apresentado o quadro teórico em que assenta a pesquisa. Nessa apresentação, é descrita a teoria de Princípios e Parâmetros (Chomsky; 1981, e em obras posteriores: Chomsky, 1986a, 1986b), assim como se apresentam também os postulados do Programa Minimalista (Chomsky, 1995; Boeckx, 2006). No contexto do Programa Minimalista, descreve-se o papel das condições de legibilidade e de economia e uma série de operações do Sistema Computacional da Faculdade da Linguagem.

O Capítulo II é reservado à descrição da situação sociolinguística e dos elementos de gramática da língua Nyanja. Sobre a situação sociolinguística do Cinyanja faz-se um enquadramento da língua dentro do grupo das línguas Bantu, a sua expansão territorial em África, em geral, e em Moçambique, em particular, o número de falantes em Moçambique e as respetivas variedades dialetais. A descrição das variedades dialetais do Cinyanja permite definir a variedade de referência para o estudo. No que diz respeito à gramática da língua Nyanja, é feita a descrição do tom e sua marcação em Cinyanja e dos elementos básicos da morfologia e da sintaxe desta língua. No âmbito da morfologia, descreve-se a estrutura do nome, as classes nominais e a semântica das classes nominais, assim como a morfologia verbal, através da apresentação da estrutura do verbo não derivado e do verbo derivado e o estudo das posições e significados dos afixos verbais. Nos elementos da sintaxe, analisa-se a ordem canónica de palavras na frase simples e as variações possíveis dessa ordem, as construções de Duplo Objeto, as construções de tópico e as construções interrogativas parciais na língua.

No Capítulo III, descreve-se a variação tipológica das orações relativas. O capítulo inicia com a apresentação dos universais linguísticos no domínio empírico particular das orações relativas (de Vries, 2005). Com base nesses universais linguísticos, é feito um levantamento da variação tipológica das orações relativas, nas línguas naturais, em dois domínios principais, nomeadamente: a tipologia de orações relativas e as estratégias de relativização. Quanto à tipologia de orações relativas, são descritos os tipos sintáticos e semânticos de orações relativas, assim como as posições da Hierarquia de Acessibilidade (Keenan e Comrie, 1979) que podem ser relativizadas. Em relação às estratégias de relativização e marcadores relativos, descrevem-se também os morfemas segmentais ou suprasegmentais que codificam as orações relativas nas diversas línguas e as posições dos pronomes/marcadores relativos. Dado que a língua objeto de estudo neste trabalho é uma língua africana do grupo Bantu, descrevem-se, como exemplo prático, as estratégias de relativização em Chichewa, uma língua Bantu do mesmo grupo do Cinyanja e com características gramaticais muito próximas.

No Capítulo IV, faz-se a descrição das orações relativas em Cinyanja. O propósito fundamental dessa descrição consiste em, apresentada a variação tipológica das orações relativas nas línguas naturais, descrever a variação paramétrica do Cinyanja nesse domínio, no que diz respeito a: a ordem de palavras na oração relativa; as estratégias de relativização e morfemas relativos, os subtipos de orações relativas, assim como o sistema de concordância relativa manifestado nas orações relativas da língua.

O Capítulo V é reservado à revisão da literatura sobre os modelos teóricos de análise de orações relativas. Partindo da constatação segundo a qual, desde a década de 1960, até hoje, surgiram vários modelos e hipóteses sobre a derivação das orações relativas dentro da teoria linguística, neste capítulo, são apresentados três modelos principais nesse âmbito, nomeadamente: o modelo tradicional, de núcleo externo (Chomsky; 1977); o modelo de elevação de núcleo (*raising*), com principal enfoque nos desenvolvimentos dados por Kayne (1994) e Bianchi (1999, 2000), e o modelo *matching*, olhando também para as descrições e subsídios dados ao modelo por Sauerland (1998, 2003) e Citko (2001). Ao longo dessas descrições apresentam-se as hipóteses que têm sido propostas para a análise das orações relativas nas línguas Bantu seguindo cada um dos modelos. A descrição dos modelos de análise de orações relativas tem por objetivo justificar a nossa escolha para a apresentação da proposta de análise das relativas do Cinyanja.

No Capítulo VI, apresenta-se a proposta de análise das orações relativas em Cinyanja. A análise é baseada no modelo de núcleo externo (Chomsky; 1977) e nas hipóteses que têm sido apresentadas para análise das orações relativas nas línguas Bantu seguindo este modelo (Demuth e Harford's (1999/2000; Zeller; 2004; Pak, 2007; Letsholo, 2009).

No final, descrevem-se as conclusões do estudo e faz-se uma apresentação sumária dos principais resultados da presente dissertação.

CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. Introdução

A presente pesquisa assenta nos pressupostos teóricos da teoria de Princípios e Parâmetros (Chomsky, 1986), incorporando o Programa Minimalista (Chomsky, 2000). Assim, este capítulo tem por objetivo apresentar os postulados da teoria de princípios e parâmetros e do programa minimalista.

Com efeito, revisitaremos os postulados da teoria de Princípios e Parâmetros (em 1.2.), descreveremos os princípios do programa minimalista (em 1.3) e apresentaremos as conclusões do capítulo (em 1.4).

1.2. A teoria de Princípios e Parâmetros (P&P)

Introduzida pela primeira vez, no âmbito da gramática generativa, por Chomsky (1981) e em obras posteriores (Chomsky, 1986a, 1986b), a teoria de Princípios e Parâmetros passa a conceber, tal como aponta Raposo (1992, p. 54-55), a Gramática Universal (GU) como sendo constituída por dois tipos de princípios, nomeadamente: princípios rígidos, invariáveis e que qualquer gramática final terá de incorporar, e um sistema de princípios abertos (os parâmetros), cujo valor final e definitivo apenas é atingido durante o processo de aquisição, através da sua fixação numa de duas posições possíveis com base na informação obtida a partir do meio ambiente. Ou seja, a teoria de Princípios e Parâmetros descreve os princípios que seriam universais, e parâmetros, desses princípios, que seriam variáveis nas línguas particulares.

Um dos exemplos que tem sido apresentado como ilustrativo desta teoria é o princípio de projeção², com base no qual os complementos de um núcleo lexical precisam de ser realizados em todos os níveis de representação da gramática, isto é, estrutura-D, estrutura-S e forma lógica (Chomsky, 1981). Neste princípio, buscam-se variações paramétricas nas línguas naturais. Por outras palavras, tal como argumenta Borer (1984a), a parametrização é concebida como decorrente de um conjunto de traços selecionados pelas gramáticas particulares e a sua associação a determinados itens lexicais. O português, por exemplo, é uma língua com especificação positiva relativamente ao parâmetro do sujeito nulo, que permite construções com sujeitos não realizados foneticamente na estrutura oracional (sujeito subentendido), tal como no exemplo (1) abaixo:

(1) Fui ao mercado.

² O princípio de projeção prevê que a cada nível sintático (estrutura-D, estrutura-S e FL) as propriedades temáticas e de subcategorização dos itens lexicais são respeitadas (Raposo, 1992:294).

Portanto, no quadro desta teoria, a Faculdade da Linguagem (FL) é entendida como um conjunto de características e capacidades cognitivas; um componente específico da mente /cérebro humano, cujo estado inicial é determinado biologicamente e cujo estado final estável constitui a gramática de uma língua específica (Scarpa, 2003). Assim, no estado final da FL há a possibilidade de atuação de um sistema computacional responsável pela geração das frases de uma determinada língua, sobre um léxico com parâmetros fixos. Quer dizer, o léxico comporta a informação lexical peculiar a uma determinada língua e o sistema computacional é sensível a esse tipo de informação.

A fixação de valores paramétricos no léxico de uma língua é possibilitada pela conceção de que os itens lexicais são constituídos por matrizes de traços³ fonéticos, semânticos e formais. Deste modo, para a teoria dos Princípios e Parâmetros, a noção de traço é importante tanto para a própria especificação de uma dada língua, como para a atuação do sistema computacional na derivação de uma expressão linguística particular.

Descrito o essencial da teoria de Princípios e Parâmetros, o ponto seguinte reserva-se à apresentação dos postulados do Programa Minimalista.

1.3. O Programa Minimalista (PM)

Neste ponto apresentam-se os postulados do Programa Minimalista (PM). Com efeito, em 1.3.1, descreveremos que, no seu design, o Sistema Computacional da FL é governado por duas condições, nomeadamente as condições de legibilidade e as de economia. Em 1.3.2. argumentaremos que, para a derivação das frases, o Sistema Computacional da FL conta com uma série de operações, nomeadamente: *Numeração*, *Merge* (concatenar), *Agree/ Move* (concordar/ mover), *Select* (selecionar) e *Spell-Out*.

O Programa Minimalista está inserido na arquitetura da teoria de Princípios e Parâmetros (P & P). Este programa surge da perceção do sucesso da teoria P & P (Boeckx, 2006). Assim, o PM afigura-se como um conjunto de orientações motivadas pela ideia intuitiva de evitar a postulação de entidades teóricas que não sejam conceitualmente necessárias dentro da teoria.

A hipótese inicial do PM é que a FL se configura como uma resposta “ótima” às condições que deve satisfazer. Por “ótimo”, conforme Neto e Silva (2010), deve entender-se um altíssimo grau de eficiência com um número “mínimo” de recursos e operações (daí a alcunha minimalista).

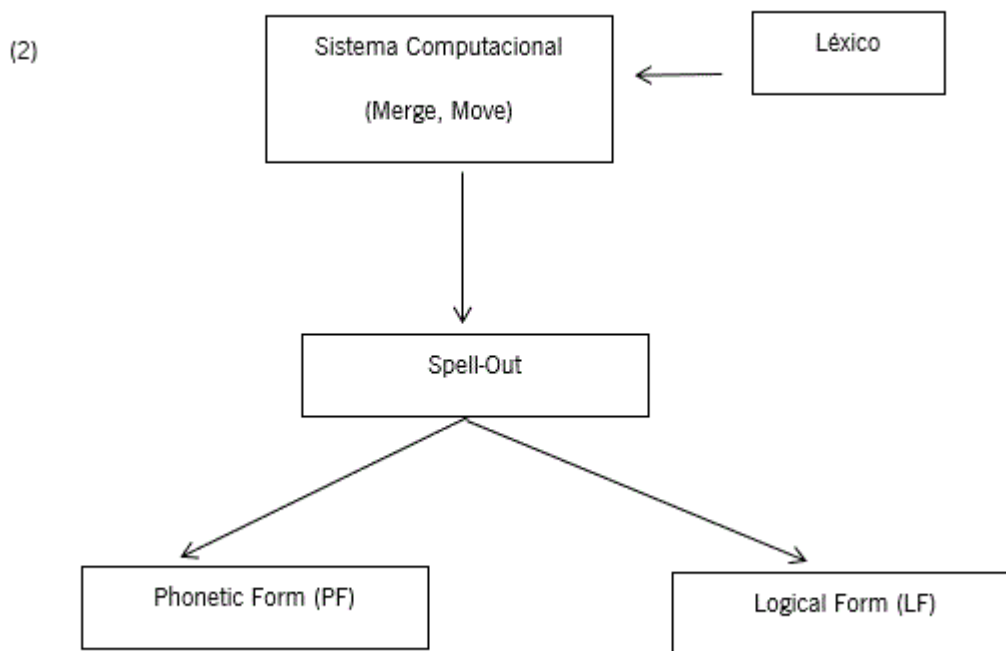
³De uma forma mais simplificada, traços podem ser concebidos como propriedades atômicas da gramática. Desta forma, analogamente, um dado traço [plural] é usado para determinar uma categoria do mundo real assim como, na química, H é usado para representar o elemento natural hidrogénio (cf. ADGER e SVENONIUS, 2010)

Essencialmente, o minimalismo postula uma FL sem mais nem menos princípios e parâmetros do que o necessário, buscando dessa forma comprimir o poder descritivo do modelo teórico dessa faculdade, definindo o mínimo de operações e excluindo o que for desnecessário, objetivando a elaboração de uma teoria que seja simétrica, uniforme, enxuta e económica, uma vez que a linguagem humana, por hipótese, apresenta essas características. O PM assenta, deste modo, na ideia de que é necessário remover do modelo tudo aquilo que não é estritamente necessário, ou que promove assimetrias ou falta de uniformidade.

Com base na ideia acima, a tese principal do PM está baseada na ideia da necessidade virtual concetual (*virtual conceptual necessity*) segundo a qual, de acordo com Boeckx (2006), se deve indagar se os princípios linguísticos propostos seguem de suposições e axiomas mais básicos que têm de ser necessariamente supostos quando se começa a investigar a linguagem, assim como tudo é suposto em termos de teoria (princípios, elementos e operações) ou deve ser justificado em termos das condições externas dadas pelas interfaces com as quais a língua se relaciona ou por condições de economia previstas para o sistema da linguagem.

Em termos práticos, no PM, a FL é um sistema de natureza mental, cognitiva e biológica destinado à tarefa de gerar expressões que permitam aos falantes se comunicarem, se expressarem e interagirem a partir de um conjunto de intenções definidas concetualmente. Essas intenções organizam-se no “sistema de pensamento”, o qual contém tudo aquilo que serve de conteúdo para atos de descrever, referir, perguntar, exprimir, etc. Nesse contexto, a linguagem estabelece a ligação entre este sistema de pensamento concetual e intencional (C-I) e os sistemas de articulação/produção e percepção (AP), que são externos a ela e chamados sistemas de desempenho ou performance.

Minimamente, a FL tem de associar um conteúdo comunicativo intencional (produzido pelo sistema de pensamento C-I) a um conteúdo fónico (produzido no sistema A-P (articulatório-percetual)). A FL gera representações capazes de ser “lidas” por cada um dos sistemas de desempenho. Esses níveis de representação são os de interface. Assim, o nível de interface com o sistema A-P é o nível de representação PF (forma fonética) e o nível de interface com o sistema C-I é o nível de representação FL (forma lógica). O Minimalismo sugere o conceito de *Spell-Out* para nomear o ponto de derivação em que as respetivas representações se separam e seguem para os níveis de interface correspondentes. A PF é exclusivamente constituída por arranjos fonéticos, com uma estrutura silábica e prosódica, numa ordem temporal e a LF é exclusivamente constituída por traços semânticos organizados no modo exigido pelo sistema C-I. A seguir se apresenta a configuração “mínima” da FL, em (2).



Este design da FL é conduzido, na sua forma de base, por duas condições, nomeadamente: as condições de legibilidade e as condições de economia.

1.3.1. Condições de legibilidade

Conforme refere Raposo (1999, p. 25), “as expressões geradas por FL têm de satisfazer *condições de legibilidade* impostas por estes sistemas”. Numa dada derivação, as operações do Sistema Computacional da Linguagem Humana (CHL) são desencadeadas, por um lado, pela necessidade de estabelecer certas relações estruturais que devem ser legíveis nas interfaces e, por outro, pela necessidade de retirar da derivação informações que não serão legíveis nessas interfaces.

Chomsky (1995, p. 220) resumiu o papel das condições de legibilidade no processo derivacional com o Princípio da Interpretação Plena (*Full Interpretation* – FI), segundo o qual “todas as informações codificadas em π devem ser completamente interpretáveis pelos sistemas sensoriais-motores e, simultaneamente, todas as informações codificadas em λ devem ser completamente interpretáveis pelos sistemas de pensamento”. Se FI é satisfeito, então a derivação de (π, λ) converge, do contrário, ela implode (*crash*). Tal como argumenta Chomsky (1995, p. 120-35), as operações de CHL devem arranjar os objetos sintáticos de modo a satisfazer FI, e, nesse sentido, são orientadas por/para as interfaces.

Relativamente aos sistemas de desempenho, a legibilidade não é sinónima de interpretabilidade. Assim, conforme Raposo (1999, p. 28-9), “os sistemas de performance «tentam» atribuir uma qualquer

interpretação à interface (bem ou mal) de acordo com o modo de funcionamento próprio. Uma interface que fracassa pode ser interpretada pelos sistemas de performance”. Com base nisso, pode concluir-se que, i.e., “a satisfação das condições de legibilidade não é uma condição absoluta para a interpretação, mas sim a melhor maneira (maneira ótima) de satisfazer os princípios particulares de funcionamento dos sistemas de performance”.

Em suma, para que haja coerência entre a concepção minimalista de FL e sua implementação na dinâmica das derivações, não só PF e LF, mas também as operações de CHL devem ser conceitualmente motivadas, no sentido de satisfazer as condições de legibilidade (Kennedy, 2007).

1.3.2. Condições de economia

Basicamente, as condições de economia preveem que o sistema computacional opera de modo a exigir o mínimo necessário para a derivação de uma frase. A análise das relações entre o sistema da língua e os sistemas de interface passa necessariamente pela investigação do modo como os princípios atuam, na medida em que se toma a concepção minimalista de que são as pressões de interface que determinam, em boa parte, o formato da linguagem.

Se FL é uma solução perfeita para as condições de legibilidade, então é natural supor que seus procedimentos sejam enxutos, não-redundantes, simétricos ou, numa só palavra, *mínimos*. A minimalidade das operações computacionais é motivada pelas restrições dos sistemas de desempenho, uma vez que, nas palavras de Chomsky (1999, p. 09), certas limitações da *memória ativa* humana impedem ou dificultam a computação de estruturas complexas, não-mínimas. Sendo assim, assume-se que as Condições de Economia sejam impostas pelas interfaces, em vez de constituírem uma natureza arbitrária do sistema.

Deste modo, as condições de economia e de interpretação plena são os pilares da concepção minimalista.

1.3.3. A derivação sintática: *Numeração; Marge, Agree/Move e Spell-Out*

Para produzir essas representações da FL, o Sistema Computacional conta com um conjunto de operações que atuam recursivamente sobre um conjunto de unidades autónomas, com propriedades específicas. Dentre as operações desse sistema computacional, estão: *Numeração*, *Merge* (concatenar), *Agree/Move* (concordar/ mover), *Select* (selecionar) e *Spell-Out*.

Em Chomsky (1995), o que era garantido pela estrutura-D, ou seja, a estrutura de constituintes conhecida como X-barra e as relações temáticas, fica assegurado por princípios de economia, pela lista

"numerada" (Numeração) e pela operação *Merge* (concatenar, em inglês). A Numeração é um apanhado de itens lexicais, que engloba também categorias funcionais como Flexão e Determinante. Cada item na lista tem um índice que indica quantas vezes aquele elemento pode ser acessado pelo Sistema Computacional. Toda a derivação começa pela montagem dessa lista numerada e só termina quando o índice de todos os elementos dela for zerado.

A operação *Merge* toma dois itens A e B que mantenham entre si uma relação temática ou de subcategorização e produz um novo objeto sintático y com a forma $\{y \{A, B\}\}$, na qual y é uma projeção de A ou de B. Os itens concatenados podem ser retirados da lista ou ser já objetos sintáticos formados por outras aplicações da regra *Merge*. Essa regra, assim como o acesso ao léxico para formar a lista numerada, aplica-se livremente, sem custo, pois é ela que cria os objetos sintáticos necessários para qualquer derivação.

A operação *Select* seleciona um item da *Numeração* a ser introduzido na derivação. Uma vez que a *Numeração* pode ser constituída por vários elementos, *Select* deve se aplicar mais de uma vez e faz-se necessária uma outra operação que combine os itens retirados da *Numeração*. Tanto *Select* quanto *Merge* não apresentam custo operacional, uma vez que constituem operações indispensáveis para que se dê início a uma derivação sintática.

Merge não se aplica necessariamente a itens lexicais. Pode-se concatenar um item lexical a um constituinte sintático já formado, produto de outras aplicações da mesma regra. Pode-se também concatenar dois constituintes já formados em paralelo. Isto é possível graças à operação *Copiar* que, juntamente com *Merge*, substitui as regras de movimento das teorias pré-minimalistas. Uma cópia (vestígio) do elemento movido permanece na posição original.

Quanto a *Agree/Move*, a sua atuação é deflagrada pela presença de traços denominados não-interpretáveis. A interpretabilidade dos traços é determinada pelas condições de legibilidade. O Princípio da Interpretação Plena determina que as informações disponibilizadas nos níveis de interface sejam legíveis para os sistemas de interface. À atuação de *Agree*, a operação *Move*, entendida na verdade como *Copy + Merge*, efetiva-se se uma posição de especificador for disponibilizada para abrigar a categoria que entrou nessa relação de concordância. *Spell-Out* é o momento da derivação em que se separa a informação relevante a ser enviada a cada uma das interfaces: a fonética e a semântica.

Nestas operações, as condições de elegibilidade, o princípio de interpretabilidade e a condição de economia são as restrições que se aplicam ao sistema computacional de modo a exigir o mínimo do necessário para a derivação de uma frase.

Em suma, a análise das relações entre o sistema da língua e os sistemas de interface passa necessariamente pela investigação do modo como os princípios atuam, na medida em que se toma a conceção minimalista de que são as pressões de interface que determinam, em boa parte, o formato da linguagem. Assim, economia e interpretação plena devem ser tratados como pilares do minimalismo.

1.4. Conclusões

Neste capítulo propusemo-nos apresentar o quadro teórico da nossa pesquisa. Para tal, referimos que a pesquisa assenta nos pressupostos teóricos da teoria de Princípios e Parâmetros (Chomsky, 1986), incorporando o Programa Minimalista (Chomsky, 2000).

Com base na teoria de Princípios e Parâmetros, assumimos que existem princípios gerais válidos para todas as línguas naturais (princípios rígidos) e que as línguas diferem umas das outras do ponto de vista da variação paramétrica (princípios abertos). Quanto ao Programa Minimalista, assumimos que, no seu design, o Sistema Computacional da Faculdade da Linguagem é governado por duas condições, nomeadamente as condições de legibilidade e as de economia. Para a derivação das frases, o Sistema Computacional da Faculdade da Linguagem conta com uma série de operações, nomeadamente: *Numeração*, *Merge* (concatenar), *Agree/ Move* (concordar/ mover), *Select* (selecionar) e *Spell-Out*.

Descrito o quadro teórico da pesquisa, o capítulo a seguir é reservado à apresentação da situação sociolinguística e à descrição dos elementos de gramática da língua Nyanja, essenciais para o presente estudo.

CAPÍTULO II - SITUAÇÃO SOCIOLINGÜÍSTICA E ELEMENTOS DE GRAMÁTICA DA LÍNGUA NYANJA

2.1. Introdução

O presente capítulo visa fornecer dados sociolinguísticos sobre a língua Nyanja e algumas características gramaticais pertinentes para a abordagem do nosso estudo. O capítulo encontra-se organizado da seguinte maneira. No ponto 2.2. apresenta-se a situação sociolinguística da língua Nyanja, no que diz respeito à localização, número de falantes e variedades dialetais. No ponto 2.3. descreve-se o tom e sua marcação em Cinyanja. No ponto 2.4. descrevem-se alguns elementos da morfologia nominal da língua, sobretudo o sistema de classes nominais e sua semântica. No ponto 2.5. apresentam-se os elementos da morfologia verbal, no que diz respeito à estrutura do verbo simples (infinitivo) e as posições dos afixos verbais. No ponto 2.6. descrevem-se os elementos da sintaxe, mais concretamente a estrutura da frase simples, as construções de Duplo Objeto, as construções de topicalização e as interrogativas parciais. No ponto 2.7. apresenta-se uma breve conclusão do capítulo.

2.2. Situação sociolinguística da língua Nyanja

A língua Nyanja ou Cinyanja, como é habitualmente referida pelos seus falantes, é uma língua do grupo Bantu. Bantu é a designação dada a um grupo linguístico que pertence à subfamília Niger-Congo da família Congo-Cordofoniana. O termo Bantu designa 'pessoas', 'gente', 'humanos' e tem sua origem no radical nominal *-ntu* com o prefixo nominal da classe 2 *ba-*, que ocorre em todas as línguas faladas na África subsahariana (com pequenas variações alomórficas). Ele foi introduzido pela primeira vez por Bleek (1869) para designar esse grupo de línguas que apresentava um conjunto de características em comum, particularmente o sistema de concordância e o sistema de classes nominais.

Ao longo dos tempos, houve várias propostas de classificação deste grupo linguístico (Lepsius (1880); Torrend (1891); Doke (1954); Cole (1960), entre outros, mas é a classificação de Guthrie (1967) que constitui, até hoje, a referência nos estudos das línguas Bantu. Com base em critérios tipológicos e de proximidade geográfica, Guthrie agrupou as línguas Bantu em 15 "Zonas", representadas por letras maiúsculas, nomeadamente: A, B, C, D, E, F, G, H, K, L, M, N, P, R, S. A seguir apresenta-se um mapa de distribuição das 15 zonas segundo Guthrie (op.cit.).

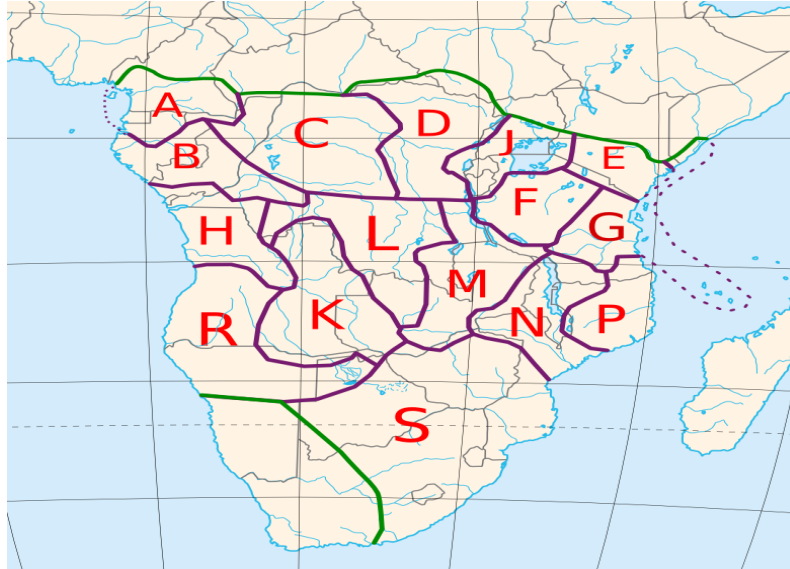


Figura 1: Mapa de distribuição das 15 Zonas Bantu (Fonte: Wikipedia 22/11/2019)

Dentro dessa classificação, a língua Nyanja pertence à Zona N. Em cada Zona existem grupos de línguas identificadas por dezenas e, em cada grupo, línguas identificadas por unidades. Nesse contexto, a língua Nyanja recebe o índice N31 (c.f. Guthrie, 1967, p.71). Assim, N31 significa 1ª língua do grupo 30 da Zona N. Como cada língua é composta por variedades dialetais, estas são codificadas por letras minúsculas. A figura a seguir apresenta a distribuição dos grupos linguísticos na Zona N e as regiões Nyanja em Moçambique.

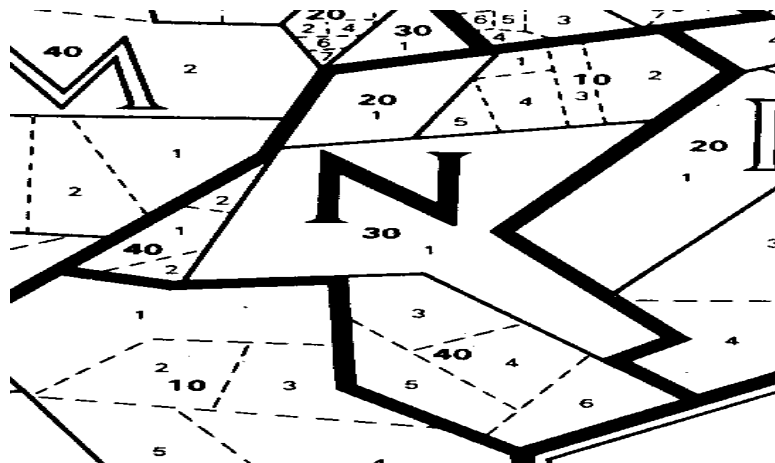


Figura 2: a Zona N e seus grupos (Fonte: web resources of bantu languages-atla.T.org)

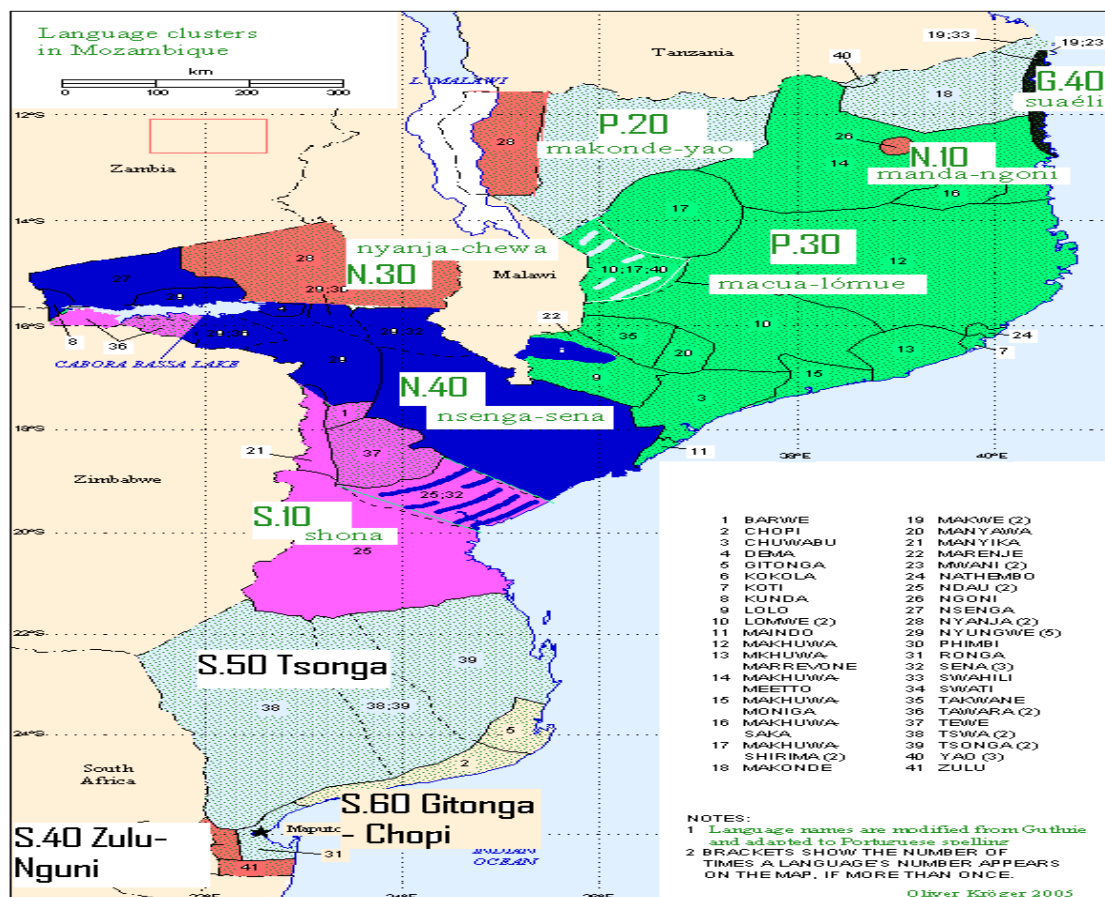


Figura 3: regiões Nyanja de Moçambique (Fonte: Oliver Kröger, 2005)

Cinyanja é uma língua falada em 5 países da África Austral, nomeadamente: Moçambique; Malawi; Zâmbia; Zimbabwe e Tanzânia. Em Moçambique ela é falada nas Províncias do Niassa (distritos do Lago, Mecanhelas e Mandimba); em Tete (distritos de Angónia, Macanga, Zumbo, Tsangano e Moatize) e na Zambézia (distrito de Milange). De acordo com o Censo Geral da População e Habitação, INE (2017, p. 82), esta constitui “a 5ª língua com maior número de falantes nativos em Moçambique”. Segundo o mesmo censo, 12,4% da população moçambicana (cerca de 1.790.831 habitantes) tem o Cinyanja como Língua Materna. Daquele número total de falantes nativos, 58% (cerca de 1.040.277 habitantes) vive na província de Tete.

No que diz respeito aos dialetos, Ngunga (2004) aponta três variedades da língua Nyanja, nomeadamente: N31a-Cinyanja (falada em Tete e Niassa); Cicewa N31b, ou Ciman`ganja, (falada em Niassa, Zambézia e Tete) e Cingoni N31c (falada em Angónia-Tete). A variedade de referência para os estudos nesta língua, e para o presente trabalho, em particular, é o Cinyanja N31a, falada em Tete.

O Cinyanja foi introduzido no ensino em Moçambique desde 1993 no Programa de Experimentação de Escolarização Bilingue em Moçambique (PEBIMO) e, na fase de implementação definitiva, no

Programa Curricular do Ensino Básico (PCEB), em 2004. De acordo com o modelo transicional⁴ adotado para a implementação das línguas maternas nas escolas, o Cinyanja serve como língua de ensino da 1^a à 5^a classe e apenas como uma disciplina na 6^a e 7^a classes. Atualmente, esta língua é ensinada em 42 escolas, sendo 24 na província de Tete, com mais de dez mil alunos (c.f. MINEDH, 2017).

Apresentados os dados sociolinguísticos do Cinyanja, no ponto seguinte, passamos a descrever o Tom e as regras de sua marcação em Cinyanja.

2.3. O tom e as regras de sua marcação

Neste subcapítulo abordaremos o tom e sua marcação em Cinyanja. As propriedades do tom têm um forte impacto na morfologia, na sintaxe e na semântica das línguas Bantu, em geral, e do Cinyanja, em particular. Assim, o foco da nossa apresentação consistirá na caracterização deste fenómeno nas línguas Bantu, assim como a definição dos critérios de sua marcação em Cinyanja.

Iniciaremos por descrever as teorias gerais sobre o tom nas línguas do mundo, em geral, e nas línguas Bantu de Moçambique, em particular, para, de seguida, apresentarmos as regras da sua marcação em Cinyanja.

2.3.1. Aspetos gerais sobre o tom

De acordo com Dicionário terminológico (2008, p. 23), o tom é “Atributo da sensação auditiva de acordo com o qual um som pode ser ordenado numa escala de grave a agudo. Acusticamente, corresponde à frequência dos sons”. Ribeiro (2010, p. 233) define o tom como sendo “modelação musical da voz na pronúncia das palavras”. Ngunga e Simbine (2012, p. 68) referem que o tom é “a altura relativa de uma sílaba ou de uma mora numa palavra”. Já Langa (2013, p. 83) diz que o tom é “o nível relativo da voz na emissão de sílaba ou palavra”. Na literatura, tem-se referido que o tom é um fenómeno presente em quase todas as línguas Bantu.

Uma língua tonal, conforme aponta Creissels (1994, p. 175), é aquela “em que uma comutação fonologicamente limitada à altura ou à melodia de uma sílaba única é suscetível de constituir o único traço de uma comutação entre duas unidades significativas mínimas numa construção sem mudanças

⁴No modelo de transição, “o ensino é conduzido nas línguas minoritárias, enquanto a língua maioritária é ensinada como disciplina, muitas vezes pelo mesmo professor bilingue. Progressivamente, as duas línguas são usadas como meios de ensino, com uma pequena compartimentação entre elas. Eventualmente, os alunos são transferidos das turmas bilingues para monolingues. A transição do bilinguismo na instrução quando o aluno é monolingue para o monolinguisimo na instrução quando o aluno é bilingue está planificada para acelerar a mudança para a língua maioritária” (Garcia, 1993).

(*inchangée*)”. Ou seja, “a altura de sílabas de algumas palavras pode servir para distinguir significados diferentes” (cf. Ngunga, 2014, p.96).

Os tons podem ser classificados em duas categorias ou tipos. Conforme Pike (1948) *apud* Lopes (1995, p. 31) “os sistemas tonais se subdividem em duas classes principais tom pontual ou fixo e tom de contorno ou melódico”. De acordo com Hyman (1975) *apud* Ugembe (2011, p. 7), o tom pontual ou de registo “é estável, isto é, na percepção, este tipo de tom não sobe nem desce durante a sua produção”. Ele pode ser alto (A) médio (M) ou baixo (B). Ngunga (2010) considera que tais três tipos/níveis de tons “são representados pelos diacritivos (´) (ˉ) (̀), respectivamente”. Os exemplos abaixo ilustram esses tipos de tons:

(1) Tom alto (Ciyao; Ngunga, 2002).

Lutééla `palito´

(2) Tom médio (Mixteco; Ngunga, 2010).

Zūkū `montanha´

(3) Tom baixo (Shimakonde; Liphola, 2001).

li-ndandoosha `fantasma´

Nos exemplos estão dados os três níveis de tons de registo. Em (1), o exemplo ilustra o caso de tom alto em Ciyao; em (2), tom médio em Mixteco e, em (3), tom baixo em Shimakonde que, nesta língua, não é marcado graficamente.

O tom de contorno ou melódico, conforme Ugembe (op. cit.:9), “é aquele que muda de nível, isto é, sobe e desce durante a sua produção”. Em Kindell (1981, p. 164) pode ler-se que “Nos sistemas de tons melódicos, a unidade totênica básica é uma glaide ascendente ou descendente, e não um tom uniforme”. Assim, Katamba (1991, p. 191) diz que o “tom descendente é composto por tom alto seguido do tom baixo enquanto o tom ascendente é composto por tom baixo seguido do tom alto”. Ngunga (2014, p. 97) indica que a maioria das línguas do mundo, em geral, e das línguas Bantu, em particular, adotou o sistema em que “as marcas (´) [acento agudo] e (̀) [acento grave] indicam o tom alto (A) e o tom baixo (B), respectivamente”. Em outras línguas, os tons altos são marcados com o acento agudo enquanto os tons baixos aparecem sem marcação (Hyman, 1975).

Os exemplos a seguir ilustram a marcação de tons descendentes e ascendentes:

(4) Tom alto e baixo marcados graficamente (Japonês padrão, Roca & Johnson; 1999, p. 395)

a. háshì `pauzinhos´

vs

b. hàshí `ponte´

(5) Tom alto marcado graficamente e tom baixo não marcado (Ciyao; Ngunga, 2004)

a. citúundu `capoeira´

vs

b. cituúundu `cesto´

Nos exemplos (4) e (5) estão dados casos de marcação de tons descendentes e ascendentes. Em Japonês padrão (cf. 4), o tom baixo é marcado graficamente com o acento grave enquanto em Ciyao (cf.5) a simples ausência de sinal gráfico significa tom baixo.

Do ponto de vista da sua função, o tom, nas línguas tonais, pode ter duas funções, nomeadamente: a função lexical e a função gramatical (Hyman, 1975; Weiss, 1980; Kindell, 1981; Katamba, 1991; Liphola, 2001; Ribeiro, 2010; Siteo, 2011; Langa, 2013; Ngunga, 2014). Ngunga (op. cit:98) define o tom lexical como sendo aquele que “desempenha a função distintiva a nível do léxico. Isto é, aquele que é portador de significado lexical, como acontece quando duas palavras com a mesma sequência dos mesmos segmentos (consoantes e vogais) que se apresentam no dicionário com entradas diferentes porque têm significados diferentes devido à diferença na altura de uma ou mais moras de uma ou mais sílabas”. Observem-se os exemplos abaixo, em que (6a) e (6b) e (7a) e (7b) tem significados diferentes devido ao contraste tonal.

(6) Changana (Nhampoca, 2018, p. 91)

a. véle `seio´

vs

b. vèlé `milho´

(7) Ciyao (Ngunga, 2014, p. 99)

a. cipaáta `espaço entre´

vs

b. cipááta `doença venérea´

(6a) e (6b) têm as mesmas sequências segmentais, assim como (7a) e (7b) têm sequências iguais. Contudo, as diferenças residem no facto de /vé/ e /vè/, em (6), e /pa/ e /pá/, em (7) serem pares mínimos.

O tom gramatical, ou sintático, é, segundo Ngunga (2014, p. 100), “aquele que aparece na gramática da língua, e não no dicionário. Por outras palavras, é aquele que serve para transmitir informação gramatical da língua. Por exemplo, a diferença entre os tempos verbais pode ser expressa através do tom”. Este tipo de tom, conforme Nhampoca (2018, p. 91) “estabelece diferenciações sintáticas nas línguas, operando, deste modo, nas frases da língua”. Abaixo apresentam-se exemplos de tons gramaticais.

(8) Shimakonde (Ngunga, 2014, p.100)

- a. Ápali `Ele não está`
- b. Apali `está`

(9) Ciyao (Ngunga e Faquir, 2011, p. 62)

- a. Nganiindya ` [eu não tinha] comido`
- b. Nganiindya ` [eu não comi]`
- c. Nganiíndyá `Não [comerei]`.

Os exemplos (8) e (9) demonstram diferentes efeitos do tom a nível gramatical. O contraste tonal em (8a) e (8b) transforma a negação (cf. 8a) em afirmação (8b). De igual modo, o contraste tonal faz com que o passado expresso em (9a) e (9b) passe para o futuro expresso em (9c).

Em Moçambique, a partir de 1988, e num período de 10 em 10 anos, (1988; 1999; 2008 e, recentemente, 2018) vêm sendo realizados seminários sobre a padronização da ortografia das línguas moçambicanas (línguas Bantu de Moçambique). O objetivo essencial desses seminários é, conforme apontam Ngunga e Faquir (2011, p. 1), a “harmonização dos sistemas de escrita das línguas...condição necessária para o seu uso efectivo como línguas de ciência e de acesso ao conhecimento.” Os seminários subsequentes, a partir do ano de 1988, têm tido como fundamentos básicos: (i) sistematizar experiências acumuladas desde o seminário anterior, tentando buscar consensos sobre aspetos que ainda se revelem problemáticos; (ii) integrar mais línguas moçambicanas no processo de padronização, tendo em conta o seu uso massivo, sobretudo, a sua introdução no ensino; (iii) “sistematizar as estratégias adotadas pelos autores de materiais escolares na educação bilingue, e não só, na representação escrita das diferentes línguas moçambicanas” (cf. Ngunga e Faquir, op. cit.p. 5).

Em cada Seminário sobre a Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas têm sido produzidos, em forma de livro, relatórios (cf. NELIMO, 1989; Siteo e Ngunga, 2000; Ngunga e Faquir, 2011). Nesses relatórios constam os aspetos gerais harmonizados para a ortografia das línguas moçambicanas assim como os aspetos ortográficos específicos de cada língua envolvida. Desde o primeiro relatório, de acordo com Ngunga (2014, p. 97) “foi sempre referido que o tom era um assunto que precisava de mais investigação”. Contudo, conforme refere o mesmo autor, “foi proposto que, a ser marcado, que se marque o tom menos frequente na língua. Isto é, se numa determinada língua o tom menos frequente for o baixo...então marcar-se-á o tom baixo. Na língua onde o tom alto for menos frequente do que o baixo, então marcar-se-á o tom alto”. Esta proposta, que foi assumida, faz com que os critérios de marcação do tom variem de língua para língua de acordo com as suas características tonais. Observem-se os exemplos abaixo.

- (10) Ngunga (op. cit.)
- a. Nyimbu `avestruz´ (Changana)
 - b. Disóoka `machado´ (Ciyao)

Na língua Changana, o tom alto é mais frequente do que o tom baixo. Daí que o tom baixo seja marcado (cf. 10a). Já na língua Yao, o tom baixo é mais frequente do que o tom alto. Daí que o tom alto seja marcado (cf. 10b). Contudo, nos referidos seminários, conforme apontam Liphola (2001), Langa (2013) e Ngunga (2014) foram feitas tentativas no sentido de reduzir a quantidade de marcas tonais nos textos escritos. “Foi sugerido que se deveria considerar a relevância do tom com base na distinção que se faz dele em termos de tom gramatical vs. tom lexical e verificar-se a importância de cada um deles para se decidir” (cf. Ngunga, 2014). De acordo com Langa (2013), imaginando-se a dificuldade de marcação do tom por parte dos escreventes, “foi proposto que este acto fosse obrigatório em trabalhos científicos (gramáticas, dicionários, artigos científicos de análise linguística para publicação em revistas ou livros/estudos de especialidade ou para apresentação em eventos científicos, etc”. Com base nesses critérios e propostas apresentadas, em cada língua, de acordo com as suas características, como temos vindo a referir, definiram-se o(s) critério(s) de marcação do tom.

Descritos os aspetos teóricos sobre o tom nas línguas do mundo, em geral, e nas línguas Bantu moçambicanas, em particular, no ponto a seguir caracteriza-se o tom em Cinyanja e o critério de sua marcação.

2.3.2. Critério de marcação do tom em Cinyanja

O tom em Cinyanja pode ser baixo ou alto e é contrastivo tanto a nível lexical como a nível gramatical. Por esta razão, esta língua é considerada tonal. Vejam-se os seguintes exemplos:

(11)

- a. N` téngo ` árvore ´
- b. N` têngo ` preço/preçário

(12)

- a. ndí -ma -cok -a ` costume sair ´
1SG.SUJ -Habt -sair -VF
- b. ndi- -ma -cok -a ` costumava sair ´
1SG.SUJ -PST -sair -VF

Tanto nos exemplos em (11a) e (11b) como nos exemplos em (12a) e (12b), as construções apresentam os mesmos elementos segmentais. A palavra que significa ` árvore ´ em (11a) difere da que significa ` preço ´, em (11b), porque, na primeira, a primeira sílaba tem o tom alto, enquanto na segunda, a mesma sílaba tem o tom baixo. Neste contexto, quando o contraste tonal tem como resultado a alteração do significado da palavra, diz-se que o tom é lexical.

Nos outros exemplos, a marcação do presente em (12a) é feita mediante a elevação do tom na primeira sílaba (na marca de concordância com o sujeito), distinguindo-se da do passado imperfeito, em (12b), em que a mesma sílaba tem o tom baixo. Quando o tom serve apenas para exprimir aspetos gramaticais, como a flexão em tempo (nos exemplos em 12), diz-se que o tom é gramatical.

No Relatório III sobre a Padronização da Ortografia das Línguas Moçambicanas (Ngunga e Faquir, 2011, p. 100) ficou estabelecido que, em Cinyanja, “o tom será marcado apenas nos pares mínimos em que, pelo contexto, não seja possível estabelecer a distinção de significados. Nesses casos, o tom será marcado com o acento agudo sobre a sílaba portadora de tom alto e o acento grave sobre a sílaba portadora do tom baixo”. Assim, /tè/ e /tè/, em (11), e /ndí/ e /ndi/, em (12), são pares mínimos marcados através de contraste entre tom alto, com acento agudo (cf 11a e 12b) e tom baixo com acento grave (cf. 11b e 12b). No presente trabalho seguir-se-á o mesmo pressuposto. Ou seja, os tons serão marcados apenas de acordo com a sua relevância do ponto de vista gramatical, sintático e lexical.

Apresentados os aspetos importantes sobre o tom e o critério da sua marcação em Cinyanja, no subcapítulo a seguir descreve-se a morfologia nominal nesta língua.

2.4. A morfologia nominal em Cinyanja

Neste subcapítulo apresentamos alguns elementos da morfologia do nome em Cinyanja. De acordo com a sua pertinência para a abordagem no presente estudo, nossas descrições centram-se na estrutura do nome, o sistema de classes nominais e a respetiva semântica dessas classes.

2.4.1. A estrutura do nome

Tal como acontece em muitas línguas bantu, o nome, em Cinyanja, apresenta, na sua estrutura, duas partes, nomeadamente: [prefixo nominal + radical nominal]. Considerem-se os seguintes exemplos:

(13)

- a. *mu-nthu* 'pessoa'
- b. *a-nthu* 'pessoas'
- c. *ma-muna* 'homem'
- d. *a-muna* 'homens'

Nos exemplos acima, onde estão presentes nomes das classes 1 e 2, temos os morfemas iniciais *mu*, em (13a); *a*, em (13b) e (13d), e *ma*, em (13c), que constituem prefixos nominais, e *-nthu*, em (13a) e (13b) e *-muna*, em (13c) e (13d), os temas nominais daqueles prefixos. O prefixo nominal é variável em função da classe enquanto o radical nominal, de uma forma geral, é invariável, excetuando-se os casos em que se aplicam regras morfofonémicas, decorrentes da interação da consoante ou vogal inicial do tema com o último fonema do prefixo.

2.4.2. Classes nominais e sua semântica

Tal como foi constatado por Bleek (1869), uma das características especiais das línguas Bantu é a forma sistemática e coerente como os nomes se encontram organizados em classes. Classe nominal, conforme Ngunga e Simbine (2012, p. 92) “é o conjunto de nomes com o mesmo prefixo e/ou padrão de concordância”. Deste modo, tal como aponta Macalane (2013, p. 56) “uma vez que o prefixo constitui a marca da classe, os nomes que exibem o mesmo prefixo independente e/ou [sistema] de concordância pertencem tendencialmente à mesma classe nominal”.

O fenómeno de classes nominais chamou, desde cedo, o interesse de muitos estudiosos. A observação sistemática sobre a forma como os nomes se encontram organizados deu origem a várias propostas de listas de classes nominais, como são os casos de Bleek (1862; 1869); Meinhof (1906); Werner (1919) e Guthrie (1967-71). No contexto do presente estudo, apresentamos a lista de classes nominais proposta por Guthrie (op. cit.), conforme a tabela abaixo, para depois descrever-se o mesmo fenómeno em Cinyanja.

Classe nominal	Prefixo(s)
1	*mu-
2	*ba-
3	*mu-
4	*mi-
5	*i-
6	*ma-
7	*ki-
8	*bi-
9	*N-
10	*N-
11	*du-
12	*ka-
13	*tu-
14	*bu-
15	*ku-
16	*pa-
17	*ku-
18	*mu-
19	*pi-

Tabela 1: prefixos nominais do Bantu Comum¹ (Guthrie, 1967) in Macalane (2013, p. 56)

Na tabela acima, existem classes nominais que estabelecem pares semânticos opondo o singular e o plural e, por outro lado, existem classes locativas que exprimem, no contexto, a situação – classe 16; direção – classe 17 e localização interna – classe 18. Os verbos no infinitivo localizam-se na classe 15. Um par semântico de nomes significa um conjunto de nomes que pertencem a uma classe seja de animais, humanos, utensílios domésticos, plantas, massivos etc.

Na oposição singular/plural temos, por exemplo:

1 é singular de 2

2 é plural de 1

3 é singular de 4

4 é plural de 3 e assim, sucessivamente.

Dizer que 1 é singular de 2 significa que o plural de todos os nomes que se encontram na classe 1 são os nomes que estão na classe 2.

Tal como foi visto na tabela anterior, Guthrie (1967) propôs uma lista composta por 19 classes. Mas, conforme explica Ngunga (2004, p. 111), “o número de prefixos nominais varia de língua para língua, de acordo com a evolução fonética dos idiomas particulares, não se podendo, por isso, esperar que seja obrigatório as línguas apresentarem todas as classes da lista acima indicada”. Por outro lado, atualmente existem línguas bantu que se dizem ter mais de 19 classes nominais.

O Cinyanja exhibe um sistema de classes nominais composto por 18 classes. A seguir apresenta-se a tabela das classes nominais do Cinyanja, com a respetiva semântica de cada classe e alguns exemplos elucidativos.

Classe	Prefixo(s)	Gênero	Semântica	Exemplos
1	mu- /∅/	Singular de 2	Pessoas (todos), também de animais	<i>mu-nhtu</i> ‘pessoa’; <i>galu</i> ‘cão’
2	a-	Plural de 1		<i>a-nthu</i> ‘pessoas’; <i>a-galu</i> ‘cães’
3	mu-	Singular de 4	Plantas, partes do corpo, Lugares.	<i>m’-combo</i> ‘umbigo’; <i>m-tengo</i> ‘árvore’
4	mi-	Plural de 3		<i>mi-combo</i> ‘umbigos’; <i>mi-tengo</i> ‘árvores’
5	di-/dzi-/∅/	Singular de 6	Partes do corpo humano e animais, coisas, lugares,	<i>di-so</i> ‘olho’ <i>lilime</i> ; ‘língua’ <i>tsakaia</i> ‘bochecha’
6	ma-	Plural de 5 e 11		<i>ma-lusi</i> ‘cordas’; <i>ma-luwala</i> ‘pátios’; <i>ma-so</i> ‘olhos’; <i>ma-lilime</i> ‘línguas’ <i>ma-tsakaia</i> ‘bochechas’
7	ci-	Singular de 8	Lugares, coisas (produtos, tubérculos)	<i>ci-manga</i> ‘milho’; <i>ci-peta</i> ‘inhame’
8	zi-	Plural de 7		<i>zi-manga</i> ‘milhos’; <i>zi-peta</i> ‘inhames’
9	N-	Singular de 10	Animais, coisas	<i>mbelele</i> ‘ovelhas’; <i>Nciwa</i> ‘chifre’
10	N-	Plural de 9		<i>mbelele</i> ‘ovlha’; <i>nciwa</i> ‘chifre’
11	lu-	Singular de 6	Coisas longas, lugares	<i>lu-zi</i> ‘corda’; <i>lu-wala</i> ‘pátio/pista’
12	ka-	Singular de 13	Diminutivos	<i>ka-mwana</i> ‘criancinhas’; <i>ka-khosi</i> ‘pescocinho’
13	ti-	Plural de 12		<i>ti-wana</i> ‘criancinhas’; <i>ti-kosi</i> ‘pescocinhos’
14	wu-	Substâncias	massivos, abstratos	<i>u-ci</i> ‘mel’; <i>wu-lesi</i> ‘preguiça’
15	ku-	Infinitivo	_____	<i>ku-pita</i> ‘ir’; <i>ku-lemba</i> ‘escrever’
16	pa-	Locativo	Situacional	<i>pa-munda</i> ‘na machamba’
17	ku-	Locativo	Direcional	<i>ku-munda</i> ‘em direção a machamba’
18	mu-	Locativo	Interioridade	<i>m’-munda</i> ‘dentro da machamba’

Tabela 2: síntese da semântica das classes nominais em Cinyanja

Na tabela, observa-se que as classes 1 e 2 desta língua envolvem nomes de pessoas (ex. *mu-nthu* 'pessoa ') e de alguns animais (ex. *galu* 'cão '). Observa-se ainda que os nomes de animais que se integram na classe 1 têm o prefixo zero (\emptyset), ou seja, são morfemas livres, sendo que se podem distinguir pela forma como flexionam para o plural ou pelos prefixos de concordância que os acompanham, tal como se ilustra nos exemplos abaixo.

(14)

- a. *pusi* 'gato'
- b. *a-pusi* 'gatos'
- c. *nyani yanga* 'meu macaco'
- d. *a-nyani anga* 'meus macacos'

Os nomes em (14) são de animais das classes 1 e 2, sendo que os seus singulares constituem morfemas livres. Este facto é provado através de: (i) os nomes *pusi* e *nyani*, (14a) e (14b), respetivamente, fazerem o plural mediante a afixação do prefixo (*a-*) da classe 2 e (ii) o nome em (14c) é da classe 1, cujo prefixo de concordância é *ya-*, e em (14d), é da classe 2, com a concordância em *a*. Agora observem-se os exemplos em 15.

(15)

- a. *nguluwe yanga* 'meu porco'
- b. *nguluwe zanga* 'meus porcos'

Os exemplos em (15) ilustram nomes das classes 9 e 10, respetivamente. Trata-se de um caso especial de nomes que não têm um prefixo que nos permita distinguir o singular (classe 9) do plural (classe 10). Veja-se que temos *nguluwe* 'porco', em 9, e o mesmo acontece em 10. Nestes casos, a distinção entre singular e plural é feita com recurso ao sistema de concordância, através do uso de possessivos ou numerais. No caso acima, a concordância foi feita com recurso a um possessivo, nomeadamente: *yanga* 'meu' (singular, por isso classe 9), em (15a) e *zanga* 'meus' (plural, por isso classe 10), em (15b), respetivamente.

Uma outra leitura que se pode fazer da tabela é que não se pode esperar que todos os nomes dos seres de uma dada classe estejam na mesma classe nominal. Isso chama-nos atenção para o facto de

que pertencer a uma classe (de objetos ou seres) não é o critério para a definição da pertença ou não a uma dada classe nominal. O prefixo do nome e/ou o seu sistema de concordância continuam sendo os critérios únicos para a definição da classe nominal. Veja-se ainda na tabela, e nos exemplos que apresentamos, que temos animais que estão nas classes 1/2 e outros que estão nas classes 9/10. Por outro lado, nomes de uma determinada classe nominal nem sempre fazem o plural com a classe imediatamente a seguir, como acontece com os casos dos pares 1/2, 3/4, 5/6, etc. Existem casos de nomes de determinada classe que operam o plural com uma classe relativamente distante. Isso pode ser visto, na Tabela 2, no caso dos nomes da classe 11, singular, que fazem o plural na classe 6.

Em Cinyanja, a classe 15 aloja todos os verbos infinitivos, enquanto as classes 16, 17 e 18 são locativas, exprimindo os valores situacional, direcional e de interioridade, respetivamente.

2.5. A morfologia verbal do Cinyanja

Descrita a morfologia do nome em Cinyanja, no ponto anterior, no presente subcapítulo debruçamo-nos sobre a morfologia do verbo na língua. O verbo é uma “palavra variável que se usa para relatar factos ou ações, descrever estados, eventos, seres ou situações, etc” (Ngunga e Simbine, 2012, p. 125). O estudo da morfologia verbal consiste na descrição da sua estrutura. Deste modo, o nosso principal objetivo é descrever a estrutura do verbo não derivado e o verbo derivado, através do estudo das posições e significados dos afixos verbais. Em Cinyanja, o verbo pode apresentar-se em tempo finito (quando conjugado) ou no infinitivo (quando não conjugado).

2.5.1. Estrutura do verbo não derivado

Sabe-se que a forma canónica do verbo nas línguas Bantu é prefixo (marca infinitiva) + radical + vogal final (VF), havendo, no entanto, por razões históricas, certas alterações em algumas línguas. Vejam-se os exemplos abaixo:

(16) Estrutura básica do verbo nas línguas Bantu (Macalane, 2013)

- a. Cinyanja: ku-*lemb-a* ‘escrever’
- b. Echuwabu: o-*gul-a* ‘comprar’
- c. Isizulu: oku-*bon-a* ‘ver’

Estes dados revelam a relativa variação da marca infinitiva nas línguas Bantu. Como se pode constatar, temos: *ku-*, em Cinyanja, *o-*, em Echuwabo e *oku-*, em Isizulu. Contudo, o que se verifica é que

todas estas línguas seguem o mesmo padrão estrutural do verbo no infinitivo. A vogal final, na estrutura do verbo na forma infinitiva, é sempre *-a*.

2.5.2. Radical

De acordo com Xavier e Mateus (1992, p. 321), denomina-se radical ou raiz verbal ao “constituente da palavra que contém o significado básico e não inclui sufixos derivacionais ou flexionais”. Por sua vez, Bauer (1988) define a raiz verbal como a parte da forma da palavra que se mantém quando todos os afixos flexionais ou derivacionais forem retirados.

De acordo com Guthrie (1962, p. 92), o radical verbal, nas línguas Bantu, apresenta, em geral, a estrutura consoante-vogal-consoante (-C-V-C). Observem-se os seguintes exemplos do Cinyanja.

(17)

- a. -lim- `capinar´
- b. -lemb- `escrever´
- c. -gon- `dormir´
- d. -dzal- `encher´
- e. -dwal- `adoecer´
- f. -yend- `andar´

Nestes exemplos, pode-se depreender que se considera também consoante: a combinação de uma consoante e uma semivogal (exemplo, *-dw*, em *-dwaA*); um grupo consonântico (ex., *-dz*, em *-dzaA*) ou uma semivogal (exemplo, *-y*, em *-yendA*).

Ngunga (2004, p. 153) refere que “os radicais não derivados são aqueles aos quais não estão adicionados quaisquer morfemas derivacionais e podem apresentar estruturas de diferentes tipos, como, por exemplo, -C, -CVC, -CVCVC ou ter estruturas mais longas”. O Cinyanja apresenta esses diferentes padrões estruturais da raiz/radical verbal, como a seguir se apresenta:

(18) Radicais com a estrutura -C-

- a. -d- `escurecer´
- b. -th- `acabar´
- c. -mw- `beber´

(19) Radicais com a estrutura –CVC-

- a. –fun- `querer´
- b. –nam- `mentir´
- c. –lil- `chorar´

(20) Radicais com a estrutura –CVCVC-

- a. –kolol- `colher´
- b. –belek- `nascer´
- c. –nyamul- `carregar´

(21) Radicais com a estrutura –CVCVCVC-

- a. –lemekez- `respeitar´
- b. –nyakodol- `chiar´
- c. –dandawul- `lamentar´

Os dados apresentados permitem ver que o Cinyanja apresenta estruturas de radical verbal desde a mais simples até às mais complexas. Mas um levantamento exaustivo do vocabulário da língua permite constatar que a maior parte dos verbos seguem o padrão –CVC- de estrutura da raiz. Se se subir deste padrão estrutural, a tarefa de identificação de vocábulos (verbos) com essas outras estruturas vai se tornando cada vez mais complexa.

2.5.3. Os afixos

De acordo com Souza (2012, p. 46), “afixação é um processo de acréscimo de um afixo ou afixos ao Morfema Lexical de Base (MLB), seja na margem esquerda ou na margem direita, respetivamente, prefixação e sufixação”. Portanto, os afixos são “morfemas que se juntam a um radical”, a tal forma de base (c.f. Cristal, 1991 *apud* Matsinhe, 1993, p. 163). Por outras palavras, os afixos verbais “podem ser considerados como morfemas de ligação que se associam a um radical verbal” (Macalane, 2013, p. 67).

De uma forma geral, distinguem-se dois tipos de afixos, nomeadamente: os flexionais e os derivacionais. Enquanto os primeiros exprimem tempo, aspeto, modalidade e não afetam a estrutura argumental do predicado, os segundos, tal como consideram Rio-tinto *et al* (2013, p. 62) “agregam-se a uma base lexical formando nela um lexema distinto do lexema que constitui essa base”. Em Cinyanja, como em outras línguas Bantu, a derivação é marcada pelos morfemas de extensão (detalhes sobre morfemas de extensão ver 2.5.3.2. deste subcapítulo). Veja-se a seguir exemplos dos dois tipos de afixos.

(22)

- a. t-a-landil-a `recebemos`
1PL.SUJ-PST-receber-VF
- b. t-a-landil-an-a `apoiamo-nos`
1PL.SUJ -PST-receber-EXT-VF

Estes dados do Cinyanja permitem aferir a diferença entre os afixos flexionais e derivacionais. Com efeito, os morfemas *t* e *a*, em (22a) e (22b), são afixos flexionais (i. e. *t* é a marca do sujeito e *a* marca a concordância de tempo/aspecto, respetivamente). Verifica-se, então, que a presença daqueles morfemas não altera o significado de base do verbo *landil* `receber`. Fenómeno diferente ocorre em (22b), onde o acréscimo, ao radical, do morfema de extensão recíproca *an*, depois do radical primário *landil*, na posição de sufixo, tem como resultado a alteração do significado da palavra para *andilan* `apoiar-se um ao outro`.

De um modo geral, em Cinyanja, os afixos flexionais ocorrem na posição de prefixo do radical e operam vários tipos de concordância sintática. Por outro lado, a derivação é feita através de morfemas de extensão que ocorrem na posição de sufixo (depois da raiz do verbo). Iniciaremos por descrever os afixos flexionais, em 2.5.3.1., para depois passarmos à descrição dos derivacionais (os morfemas de extensão), em 2.5.3.2.

2.5.3.1. Afixos flexionais

Os afixos flexionais, tal como se referiu acima, ocorrem, em geral, na posição de prefixo e fornecem diversas informações de concordância sintática.

2.5.3.1.1. Marca de concordância com o sujeito (MS ou SUJ)

Em frases afirmativas, a marca de concordância com o sujeito é o primeiro morfema na estrutura da forma verbal. Vejam-se os exemplos a seguir.

(23)

- a. **mu**-da-dy-a `comeram`
2PL.SUJ-PST-comer-VF
- b. **ti**-da-dy-a `comemos`
1PL.SUJ-PST-comer-VF

marca de tempo ocorre entre SUJ e a raiz do verbo, por causa da ausência, na estrutura, de uma marca de objeto. Em (25b) e (25c), com a presença de OBJ, a MT ocorre entre SUJ e OBJ.

2.5.3.1.4. Marca de negação (NEG)

A marca de Negação (NEG) também é um morfema flexional que ocorre antes da raiz verbal em Cinyanja. Em construções negativas, independentemente do valor temporal, geralmente, excetuando casos de presença de uma extensão verbal estativa na construção (ver 2.5.3.2.), NEG ocorre em posição inicial da estrutura verbal, deixando SUJ na posição imediatamente a seguir. Observem-se os exemplos (26).

(26)

- | | | |
|----|--|---------------------------|
| a. | si -ndi-ku- l emb-a | ‘ Não estou a escrever ’ |
| | NEG-1SG.SUJ-PRES-escrever-VF | |
| b. | si -ndi-da-mu- l emb-el-e | ‘ Não lhe escrevi ’ |
| | NEG-1SG.SUJ-PST-3SG.OBJ-escrever-EXT-NEG | |
| c. | si -ndi-dza-mu- l emb-el-a | ‘ Não lhe irei escrever ’ |
| | NEG-1SG.SUJ-FUT-3SG.OBJ-escrever-EXT-VF | |

Os dados revelam que o Cinyanja realiza a negação através do morfema *sí*, invariável, que ocorre em posição inicial da estrutura do verbo. Contudo, em certos contextos, essa marca pode ser descontínua (tal como acontece em 26b, em que temos *sí.....e*).

Descritos os afixos flexionais, passamos, a seguir, a apresentar os afixos derivacionais em Cinyanja (as extensões verbais).

2.5.3.2. Extensões verbais

As extensões verbais constituem a estratégia de derivação nas línguas Bantu, em geral, e em Cinyanja em particular. Para perceber-se melhor a noção de extensão verbal, devemos partir da distinção entre radical simples e radical complexo ou derivado. Com efeito, o radical simples ou não extenso é aquele que consta de verbos não derivados (quando não incorpora uma extensão verbal) e radical extenso é um verbo derivado, que incorpora extensão(ões) verbal(is). Nas palavras de Siteo (1988, p. 30), “os elementos que se obtêm pela subtração do radical simples ao extenso são chamados extensões verbais ou simplesmente extensões”. Ou seja, uma extensão verbal é um morfema que se afixa à direita do

radical, na posição de sufixo, estendendo-o e desencadeando o processo de derivação. Observem-se os exemplos a seguir.

(27)

- a. -kamb**an** `conversar um com o outro`
-falar-EXT
- b. -sek**ets** `fazer rir`
-rir-EXT
- c. -won**edw** `ser visto`
-ver-EXT

No contexto dos exemplos apresentados acima, se se retirarem os radicais simples, *-kamb* `falar`, *-sek* `rir` e *-on-* `ver`, em (27a), (27b) e (27c), respectivamente, veremos que as partes que ficam serão, respectivamente, *-an*, *-ets* e *-edw*, e o significado transmitido pelos radicais simples será diferente, como se vê nos exemplos, daquele que é formado quando os morfemas são adicionados à direita. A interpretação semântica de base das palavras muda quando *-an*, *-ets* e *-edw* são associados aos radicais, sendo estes, por esta razão, morfemas de extensão.

O modo de realização das extensões verbais varia de língua para língua. A seguir apresenta-se a lista das extensões verbais do Cinyanja proposta por Ngunga (2004) e Macalane (2013).

(28)

Lista de extensões verbais do Cinyanja (Ngunga, 2004; Macalane, 2013).

(i)	Passiva:	-idw/-edw
(ii)	Aplicativa:	-il/-el
(iii)	Pseudo- passiva/estativa:	-ik/-ek
(iv)	Causativa:	-its/-ets/-y
(v)	Intensiva:	-its(its)-/-ets(ests)-
(vi)	Reversiva:	-ul/-ol
(vii)	Perfetiva:	-ilil/-elel
(viii)	Recíproca:	-an/-an(an)-
(ix)	Associativa:	-an

Na lista estão apresentadas as 9 extensões verbais que o Cinyanja realiza. Estas extensões, tal como se pode ver na tabela, têm variações alomórficas. Estas variações são decorrentes da aplicação da regra

fonológica de harmonia vocálica. Segundo esta regra, de uma forma geral, num radical de mais de uma sílaba, “a qualidade das vogais precedentes determina a qualidade das vogais subsequentes” (Ngunga e Simbine, 2012, p. 49). Assim, no contexto dos morfemas de extensão, tem-se que as vogais *i*, *u* e *a* são primárias e *o* e *e* são secundárias. Assim, em Cinyanja, se a vogal do radical simples do verbo for primária, a vogal do morfema de extensão também será primária. De igual modo, se a vogal da raiz for secundária, a vogal do morfema de extensão será secundária. Vejam-se os exemplos abaixo.

(29) Harmonia vocálica

- a. ku-lim-**il**-a `sachar´ ou `capinar por´
INF-capinar-APPL-VF
- b. ku-lem-**el**-a `enriquecer´
INF-enriquecer-APPL-VF

Os exemplos dados acima permitem confirmar o fenómeno de harmonia vocálica em Cinyanja. A vogal primária *-i-* presente na raiz do verbo simples *-lim*, em (29a), faz com que o morfema de extensão também se realize com a vogal primária *-il-*. Por outro lado, em *-lem* (29b) temos a vogal secundária *-e-* que também transmite este traço para o morfema de extensão, realizando-se em *-el-*.

Referimos anteriormente que as extensões verbais desencadeiam o processo de derivação em Cinyanja. Estes morfemas, quando afixados aos radicais simples, têm como efeito a alteração da interpretação semântica de base da forma a que se associam. Deste modo, passaremos a apresentar a semântica das 9 extensões verbais apresentadas em (28).

- (i) **Extensão passiva:** indica que o sujeito sofre a ação descrita pelo verbo.

(30)

- a. ng`ombe za -wes **-ewd** -a ndi n`nyamata
10bois SUJ.PST -pastar -PASS -VF pelo 1jovem
`Os bois foram pastados pelo rapaz.´
- b. nanga ya -nyamul **-idw** -a ndi mphepo
9âncora SUJ.PST -levantar -PASS -VF pelo 9vento
`A âncora foi levantada pelo vento.´

Nos exemplos dados, onde a extensão passiva é marcada pelas formas *-edw/-idw*, verifica-se que os sujeitos ng`ombe `bois´ e nanga `âncora´, em (30a) e (30b), respetivamente, são pacientes das ações descritas pelos respetivos verbos *-wes* `pastar´ e *-nyamul* `carregar´.

(ii) **Extensão applicativa:** indica que o estado ou a ação descrita é em benefício ou malefício de alguém.

(31)

a.	Abanbo	a	-n	-gul	-il	-a	sapato	mwana
	1pai	SUJ.PST-	-1OBJ	-comprar	-APPL	-VF	10sapato	1criança

‘O pai comprou sapatos para a criança.’

b.	N`nyamata	wa	-kok	-el	-a	bulangeti	andala
	1jovem	1SUJ.PST.1OBJ-	-puxar	-APPL	-VF	5manta	1idoso

‘O jovem puxou uma manta para o idoso.’

Como se pode ver, a extensão applicativa é realizada através do morfema *-il/-el*. Nos dois exemplos, a ação descrita pelos verbos *-gul* ‘comprar’ e *-kok* ‘puxar’, em (31a) e (31b), respetivamente, é a favor das entidades *mwana* ‘criança’ e *ndala* ‘idoso’.

(iii) **Extensão pseudo-passiva/estativa:** esta extensão é parecida com a passiva, só que a estativa indica estado, qualidade iminente, possibilidade (...). Vejam-se os exemplos a seguir:

(32)

a.	cipatso	co	-dy	-ek	-a
	7fruta	7SUJ	-comer	-EST	-VF

‘fruta comestível’

b.	nyimbo	yo	-sa	-yimb	-ik	-a
	9canção	9SUJ	-NEG	-cantar	-EST	-VF

‘canção (in)cantável/ canção que não se canta’

Nos exemplos está presente a extensão estativa com a sua variação alomórfica. Um aspeto que se pode notar é a exceção à regra de ocorrência da marca de negação na estrutura da forma verbal. Na presença de uma extensão estativa, o morfema que concorda com o NP qualificado (exemplo, *yo*, em (32b)) ocupa a posição inicial e a NEG passa a ocupar a segunda posição (exemplo, *-sa*, em (32b)).

(iv) **Extensão causativa:** indica que “o sujeito da ação faz o objeto fazer algo” (c.f. Ngunga e Simbine, 2012, p.145), como indicam os seguintes exemplos.

(33)

a. N'nyamata wa -gw **-ets** -a ntengo
1jovem SUJ.PST -derrubar -CAUS -VF 3arvore

'O jovem derrubou a árvore.'

b. Amayi a -ku -gul **-its** -a nthoci
1mamã SUJ -PRES -vender -CAUS -VF 10banana

'A mamã vende bananas.'

c. Maliko wa -tut **-its** -a mwana jhon
1marcos SUJ.PST -empurrar -CAUS -VF 1criança João

'O Marcos fez o João empurrar a criança'

d. Jhon wa -thamang **-its** -a galu
1João SUJ.PST -correr -CAUS -VF 1cão

'O João fez o cão correr.'

Nos exemplos ilustra-se a ocorrência da extensão causativa através do morfema *-ets/-ets*. Nos exemplos (33a) e (33b), foi apresentada uma causalidade direta. Em (33c) e (33d), sem prejuízo de outros significados que podem decorrer de uso da língua, os sujeitos do verbo com a extensão causativa "faz (o objeto) fazer" (algo), transforma o seu objeto em sujeito de outra ação.

- (v) **Extensão intensiva:** "indica intensidade ou força com que a ação é realizada" (c.f. Ngunga e Simbine, op. cit. P. 148). Ela também pode indicar cuidado, perfeição, cautela, profundidade. Vejam-se os exemplos a seguir:

(34)

a) ku -v **-ets** -a / ku- v- **etseset-** a
15INF -ouvir -INT -VF 15INF- ouvir- INT- VF

'ouvir perfeitamente/ouvir com muita atenção'

b) ku -dul **itsits-** -a
15INF -cortar INT- VF

'cortar demasiadamente'

Os exemplos ilustram que a extensão intensiva tanto pode ocorrer na sua forma simples *-ets/-its* como na sua forma composta, através da reduplicação *-etseset/-itsits* para exprimir os diversos valores.

- (vi) **Extensão reversiva:** “indica o significado oposto do verbo não extenso” (cf. Ngunga e Simbine, 2012, p. 146).

(35)

Extensão reversiva (cf. Macalane, 2013)

- a. ku -tseg **-ul** -a vs Ku -tsek -a
 15INF -abrir -REV -VF 15INF -fechar -VF
 `abrir vs fechar`
- b. ku -ts **-ul** -a vs ku -low -a
 15INF -extrair -REV -VF 15INF -penetrar -VF
 `extrair vs penetrar`

Os morfemas de extensão reversiva realizam-se através de *-ul/-o/* para indicar diferentes variações semânticas opostas.

- (vii) **Extensão perfetiva:** “indica perfeição, exatidão, acabamento, levar a ação até ao fim sem parar” (cf. Macalane, 2013, p. 76). Vejam-se os exemplos abaixo:

(36)

- a. ku -gwil **-ilil** -a
 15INF -pegar -PFV -VF
 `pegar perfeitamente`
- b. ku -maliz **-ilil** -a
 15INF -acabar -PFV -VF
 `acabar completamente`

Nos exemplos, está presente o morfema de extensão perfetiva *-ilil* que dá a ideia de perfeição, em (36a), e acabamento completo, em (36b).

- (viii) **Extensão recíproca:** de acordo com Ngunga e Simbine (op. cit., p. 151), a extensão recíproca “indica que a ação referida pelo verbo extenso envolve pelo menos mais do que um sujeito que é objeto da ação praticada pelo outro e vice-versa”. Vejam-se nos exemplos a seguir.

(37)

- a. Dzulo ti -da -won **-an** -a
 Ontem 1SG.SUJ -PST -ver -RECP -VF
 `Vimo-nos ontem`

- b. Ankolo wanga ndi aciwene wanga a -da -kok **-an-a**
 1tio meu e 1irmão meu 2SUJ -PST -puxar -RECP -VF

‘O meu tio e o meu irmão tinham-se puxado.’

Nos exemplos está presente a extensão *-an-* que indica reciprocidade em Cinyanja. Tal como se pode verificar, existem sujeitos *tí* ‘nós’ e *ankolo wanga ndi aciwene wanga* ‘o meu tio e o meu irmão’, em (37a) e (37b), respetivamente, que são, ao mesmo tempo, agentes e pacientes da ação descrita pela forma verbal, em cada contexto.

Assim, a estrutura geral da forma verbal em Cinyanja, com a presença de todos os afixos aqui estudados, consiste nos morfemas que se apresentam a seguir.

(38) Estrutura do verbo em Cinyanja:

Negação (NEG)-	sujeito (MS/SUJ)-	tempo/aspecto-	(objeto) (OBJ)-	radical-	Extensão verbal- (EXT)	Vogal Final (VF)
	1ª sing.: -ndi	PST:	-da			
	2ª sing.: -u	PRES:	-ku			
	3ª sing.: -wa	FUT:	-dza			
	1ª plur.: -ti					
	2ª plur.: -mu					
	3ª plur.: -a					

2.5.3.3. Impacto das extensões applicativa (-il/-el-) e causativa (-its/-ets/) na valência do verbo.

Na maioria das línguas bantu, e em Cinyanja, em particular, as extensões applicativa e causativa têm impacto na estrutura argumental do verbo. Ou seja, conforme referem Langa (2013), Hyman (2007), Mutaka e Tamanji (2000), Ngunga (200), entre outros, estas extensões verbais aumentam a valência inicial do verbo.

Nesse processo de incremento de valência, verbos transitivos de dois lugares podem passar para três lugares (ditransitivos aplicativos) com a presença de uma extensão applicativa (confrontar 39a com 39b) ou com a presença de uma extensão causativa – ditransitivos causativos - (confrontar 40a com 40b), abaixo.

(39)

- a. Abambo a -phik -a nsima
 1papa 1SUJ.PST -cozinhar -VF 9xima

‘O papa cozinhou xima.’

b.	Abambo	a	-wa	-phik	-il	-a	ana	nsima
	1papa	1SUJ.PST	-	-cozinhar	-APPL	-VF	2criança	9chima
							OBJ(OI)	

‘O papa cozinhou xima para as criança.’

(40)

a.	Anthu	a	-meny	-a	n´khungu
	2pessoas	2SUJ.PST	-bater-	-VF	1ladrão

‘As pessoas bateram no ladrão.’

b.	Anthu	a	-meny	-ets	-a	n´khungu	kwa	mapolisi
	2pessoas	2SUJ.PST	-bater	-CAUS	-VF	9ladrão	pela	2polícia

‘As pessoas fizeram bater o ladrão pela polícia.’

Os verbos em (39) e (40) são transitivos (i.e. de dois lugares). Tal como se pode ver, em (39a) e (40a) eles ocorrem sem nenhuma extensão verbal; em (39b) e (40b), com a sufixação das extensões aplicativa e causativa, os verbos passaram de predicados de dois lugares para três lugares.

Essa característica de incremento da valência dos verbos permite também às extensões aplicativa e causativa transitivizar os verbos intransitivos, tal como se ilustra nos exemplos em (41).

(41)

a.	Mwana	wa	-lil	-a
	1criança	1SUJ.PST	-chorar-	-VF

‘A criança chorou.’

b.	Mwana	wa-	-lil	-il	-a	1amayí
	1criança	1SUJ.PST	-chorar	-APPL	VF	1mãe

‘A criança chorou pela mãe.’

c.	N`yamata	wa-	-lil	-its	-a	mwana
	1rapaz	1SUJ.PST	-chorar	-CAUS	-VF	1criança

‘O rapaz fez chorar a criança.’

Em (41a) está dado um verbo intransitivo (i.e. de 1 lugar) “chorar” que ocorre sem nenhuma extensão verbal. A sufixação das extensões aplicativa *-il-* e causativa *-its-* a esse verbo, em (41b) e (41c), respetivamente, permitiu transitivizá-lo.

Apresentados os aspetos da morfologia nominal e verbal do Cinyanja, pertinentes para a nossa abordagem, no subcapítulo que se segue descrevem-se os aspetos essenciais da sintaxe da língua.

2.6. Elementos de sintaxe do Cinyanja

Tal como se referiu na introdução deste capítulo, a descrição dos elementos da sintaxe do Cinyanja para o presente estudo centra-se, concretamente, na estrutura da frase simples, as construções de Duplo Objeto (CDO), as construções de topicalização e as interrogativas parciais ou interrogativas-Qu.

A frase pode ser definida como sendo uma sequência de palavras, pronunciadas ou escritas, capaz de exprimir, por si só, um pensamento completo. Na gramática generativa, tal como considera Trask (1993) *apud* Ngunga e Simbine (2012, p. 209), a frase é definida como sendo “categoria sintática considerada maior (categoria) suscetível de ser estudada como tal, sendo todos os seus componentes unidos por regras sintáticas resultando numa estrutura bem formada”.

2.6.1. Estrutura da frase simples em Cinyanja

Em Cinyanja, como na maioria das línguas Bantu, a ordem canónica de palavras numa frase simples com verbo transitivo é: sujeito + verbo + objeto (SVO). Ou seja, em frases simples com verbo transitivo, o sujeito (SUJ) precede o predicado, que é encabeçado pelo verbo (V), seguindo-se-lhe o complemento ou complementos verbais (OBJ). Bearth (2003) observa que a ordem SVO em Bantu “pode ser expandida adicionando adjuntos representados por um X, dando a ordem SVOX”. Esta ordem é a que é manifestada em Cinyanja, quando advérbios e outros argumentos são acrescentados à oração principal, tal com ilustra o exemplo abaixo:

(42)

N`nyamta	a	-na	-dy	-a	nthoci	imodzi	dzulo	Ku-phwando
1rapaz	1SUJ-	-PST	-comer	-VF	9banana	NUM-uma	ontem	17LOC-festa

`O rapaz comeu uma banana ontem na festa.´

No exemplo (42) está dada uma frase simples, com o verbo transitivo *kudya* ‘comer’, que forma a estrutura básica SVO através dos argumentos *n`nyamata* ‘rapaz’ (o sujeito) e *nthoci imodzi* ‘uma banana’ (o objeto direto). Na construção estão também presentes adjuntos circunstanciais marcados através do adjunto adverbial de tempo *dzulo* ‘ontem’ e de lugar *kuphwando* ‘na festa’, formando, desta forma, a estrutura SVOX.

Enquanto SVO é a ordem canónica, outras ordens, influenciadas por fatores pragmáticos, são possíveis. A variação da ordem de palavras na frase simples em Cinyanja depende também da presença

ou ausência de marca de objeto OBJ na estrutura da forma verbal. Sem OBJ na estrutura do verbo, apenas duas ordens são possíveis, nomeadamente: SVO e VOS, tal como se ilustra nos exemplos abaixo:

(43)

- a. abambo a -na -ph -a mbuzi (SVO)
 1papa SUJ -PST -matar -VF 9cabrito
 'O papá matou o cabrito.'
- b. a -na -ph -a mbuzi abambo (VOS)
 SUJ -PST -matar -VF 9cabrito 1papa
 LIT: 'matou o cabrito o papa.'
- c. *a- -na -ph -a abambo mbuzi (VSO)
 SUJ- -PST -matar -VF 1papa 9cabrito
 LIT: 'matou o papá o cabrito.'

Os exemplos acima mostram que, quando o morfema de OBJ está ausente na estrutura do verbo, o objeto deve seguir o verbo imediatamente, pelo que somente as duas ordens, nomeadamente SVO e VOS, são possíveis. O contrário gera formas estranhas na língua, tal como acontece em (43c).

Por outro lado, quando o morfema de OBJ está presente na estrutura da forma verbal todas as permutações dos três elementos (SVO) são logicamente possíveis, tal como se apresenta nos exemplos a seguir:

(44)

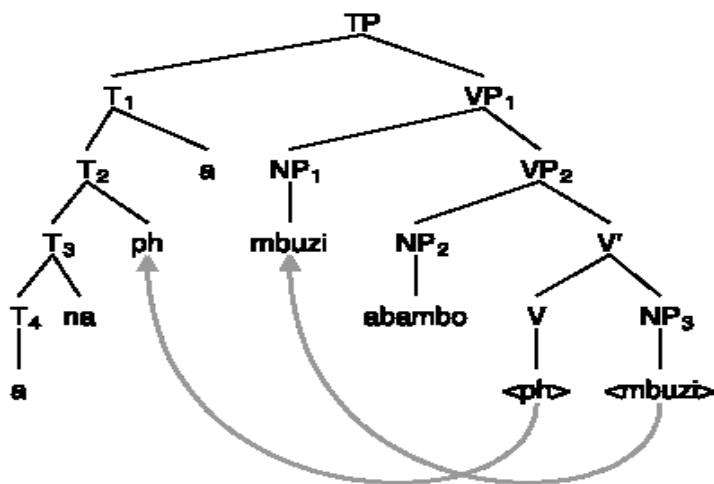
- a. abambo a -na -yi -ph -a mbuzi (SVO)
 1papá 1SUJ -PST -9OBJ -matar -VF 9cabrito
 'O papá matou o cabrito.'
- b. a -na -yi -ph -a mbuzi abambo (VOS)
 1SUJ -PST -9OBJ -matar -VF 9cabrito 1papá
 LIT: 'matou o cabrito o papa.'
- c. a -na -yi -ph -a abambo mbuzi (VSO)
 1SUJ -PST -9OBJ -matar -VF 1papá 9cabrito
 LIT: 'matou o papá o cabrito.'
- d. Abambo Mbuzi a -na -yi -ph -a (SOV)
 1papa 9cabrito SUJ -PST -9OBJ -matar -VF
 LIT: 'O papá o cabrito matou.'
- e. Mbuzi abambo a -na -yi -ph -a (OSV)
 9cabrito 1papa SUJ -PST -9OBJ -matar -VF
 LIT: 'O cabrito o papá matou.'
- f. Mbuzi a -na -yi -ph -a abambo (OVS)
 9cabrito 1SUJ -PST -9OBJ -matar -VF 1papa
 LIT: 'O cabrito matou o papá.'

A partir dos dados que mostramos acima pode-se dizer que o morfema de OBJ em Cinyanja funciona como um pronome incorporado. Uma vez presente o OBJ, o NP objeto tem o estatuto de adjunto e é livremente ordenável em relação ao verbo, mantendo uma relação de concordância anafórica. Tal como referem Bresnan e Mchombo (1987), ao analisarem dados do Chichewa, quando o marcador de OBJ está presente, o NP associado ao objeto direto pode ser omissivo ou ordenado livremente e aparece fora do VP. Contudo, quando essa marca é omissiva, é necessário um NP objeto direto que aparece dentro do VP (i.e., imediatamente a seguir ao verbo).

Na ordem VOS (cf. 43b) há dois movimentos sintáticos: o primeiro consiste no movimento de V para T e, o segundo, no movimento do objeto da posição de complemento de V para uma posição à esquerda de VP, enquanto o sujeito permanece *in situ*. Ou seja, o objeto move-se à esquerda enquanto o sujeito permanece na sua posição de base. Esta é, tipicamente, uma estratégia de desfocalização do objeto (Koch, 2004; Moura, 2018). Partindo do pressuposto de que o acento nuclear da frase recai sobre o elemento mais encaixado à direita (Cinque 1993) e que o Foco informacional é atribuído ao constituinte que contém o elemento que recebe o acento nuclear, o movimento à esquerda de VP é uma forma de remover o objeto do domínio de atribuição de foco, permitindo assim a focalização do sujeito. O deslocamento do objeto faz com que o sujeito passe a ser o elemento focalizado, enquanto o objeto permanece em estado de ativação parcial (*stand by*), podendo voltar à posição focal a qualquer momento.

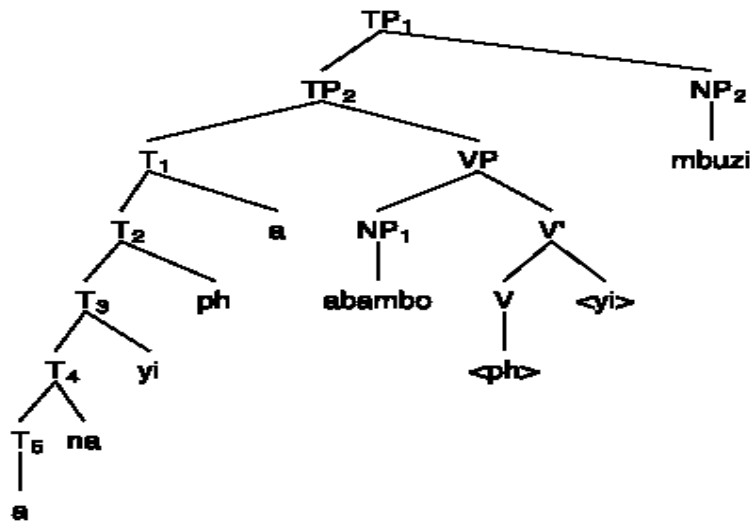
Na esteira do que foi já proposto para as línguas românicas por Zubizarreta (1997) e Costa (1998), adotamos aqui a ideia de que o objeto se move por *scrambling* colocando-se numa posição de adjunção a VP. A estrutura atribuída ao exemplo (43b) é, assim, a seguinte:

(45) Representação de (43b)



A ordem VSO só é possível quando houver um marcador de objeto no complexo verbal, que assumimos ser um clítico pronominal, o que faz com que o objeto lexical seja um adjunto (i.e. um elemento deslocado). A representação sintática do exemplo (44c) é a indicada em (46), em que o NP *mbuzi*, está numa posição de deslocação à direita de TP.

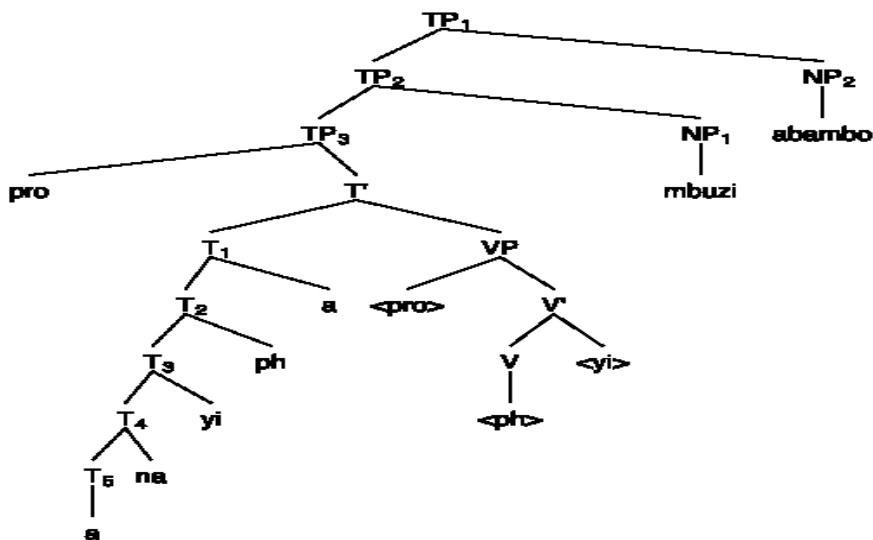
(46) Representação de (44c)



Note-se que, também neste caso, o sujeito é o elemento mais encaixado no interior de VP, recebendo assim o foco informacional.

Nesta perspetiva, a ordem VOS com redobro pronominal (44b) é analisada como envolvendo os dois argumentos, sujeito e objeto, numa posição de deslocação à direita.

(47) Representação de (44b)



Nesta representação, ambos os elementos estão deslocados, sendo que o NP *abambo* é redobrado pelo pronome sujeito, *pro*, e o NP *mbuzi* é redobrado pelo clítico OBJ *yi*.

Apresentada a estrutura canónica da frase simples em Cinyanja e as permutações logicamente possíveis, no ponto a seguir, passamos a descrever as construções de Duplo Objeto.

2.6.2. Construções de Duplo Objeto

De acordo com Brito (2009, p. 142) uma construção de Duplo Objeto (CDO) “é constituída por duas expressões nominais [argumentos internos do verbo] sem qualquer preposição” entre o objeto direto e indireto. A frase (48) é uma CDO em Cinyanja.

(48)

abambo	a	-mu	-pts	-a	nsomba	mwana
1papa	1SUJ.PST	-OBJ(OI)	-dar	-VF	9peixe	1criança

LIT: O papa deu peixe criança

INT: ‘O papa deu o peixe à criança.’

As CDO têm sido, ao longo dos tempos, assunto de interessantes debates no seio dos linguistas. De acordo com a sua pertinência na abordagem da presente pesquisa, o objetivo desta secção é demonstrar que o Cinyanja é uma língua totalmente assimétrica. Conforme notam Baker et al. (2012, p. 54) “Durante mais de trinta anos, as construções simétricas e assimétricas de objeto têm sido um tópico clássico na sintaxe das línguas Bantu e mais além”. De acordo com van der Wal (2016, p. 1) “as línguas são simétricas se ambos os objetos de um verbo ditransitivo se comportarem da mesma forma em testes como a passivização e a pronominalização”. Verbos ditransitivos são classificados em três tipos, nomeadamente, os ditransitivos lexicais, realizados por verbos como “dar” e “oferecer”, os ditransitivos aplicativos e os ditransitivos causativos formados, nomeadamente, através da sufixação de uma extensão verbal aplicativa ou causativa a verbos transitivos de dois lugares.

Inicaremos por descrever as construções de CDO nas línguas Bantu, em 2.6.2.1., para a seguir, descrevermos as mesmas em Cinyanja, em 2.6.2.2.

2.6.2.1. Simetria e assimetria em CDO nas línguas Bantu

Dependendo da forma como as línguas podem mostrar simetria e assimetria nas CDO, van der Wal (op. cit., p. 2) classifica as línguas Bantu em 4 tipos, nomeadamente: tipo 1: totalmente simétricas; tipo

2: apenas simétricas lexicais e aplicativas; tipo 3: apenas simétricas lexicais e tipo 4: totalmente assimétricas. Nas linhas seguintes passaremos a descrever estes quatro tipos de línguas.

• **Línguas do tipo 1.**

As línguas do tipo 1, totalmente simétricas, são aquelas em que ambos os objetos se comportam simetricamente, quer sejam selecionados por um verbo ditransitivo lexical quer por um aplicativo ou um causativo, tal como mostraremos nos exemplos (49), (50) e (51), do Zulu.

Em Zulu, numa CDO em que esteja presente, por exemplo, o verbo ditransitivo “dar” (ditransitivo lexical), ambos os objetos podem ser marcados (pronominalizados) no complexo verbal e produzem-se os mesmos resultados na passivização. Vejam-se os exemplos em (49).

Zulu (Zeller, 2011/2012 apud van der Wal, 2016)

(49) *Ditransitivo lexical*

- a. UJhon u -nik -a abantwana imali
 1joão 1SUJ -trazer -VF 2criança 9dinheiro
 ‘O João está a dar dinheiro às crianças.’
- b. UJhon u **-ba** -nik -a imali (abantwana)
 1joão 1SUJ 3PL.OBJ(OI) -trazer -VF 9dinheiro 2criança
 LIT: ‘O João está a dar-lhes dinheiro às crianças.’
 INT: ‘O João está a dar dinheiro às crianças.’
- c. UJhon u **-yi** -nik -a abantwana (imali)
 1joão 1SUJ -9OBJ(OD) -trazer -VF 2crianças 9dinheiro
 LIT: O João está a dá-lo às crianças o dinheiro.
 INT: ‘O João está a dar dinheiro às crianças.’

Os ditansitivos aplicativos mostram o mesmo comportamento de marcação dos objetos, tal como mostram os exemplos em (50).

(50) *Aplicativo*

- a. ULanga u -phek -el -a umama inyama
 1langa 1SUJ -cozinhas -APPL -VF 1mamã 9carne
 ‘O Langa está a cozinhar a carne para a mãe.’
- b. ULanga u **-m** -phek -el -a inyama (umama)
 1langa 1SUJ -3SG.OBJ(OBL) -cozinhas -APPL -VF 9carne 1mamã
 LIT: ‘O Langa está a conzinhá-la carne a mãe.’
 INT: ‘O Langa está a cozinhar a carne para a mãe.’

- c. ULanga u **-yi** -phek -el -a umama (inyama)
 1langa 1SUJ -9OBJ (OD) -cozinhas -APPL -VF 1mamã 9carne
 LIT: 'O Langa está a cozinhá-la para a mãe a carne.'
 'O Langa está a cozinhá-la carne a mãe.'

Este comportamento prevalece em CDO com ditransitivos causativos em Zulu, tal como se mostra nos exemplos em (51) abaixo.

(51) *Causativo*

- a. ULanga u -phek -is -a umama ukudla
 1langa 1SUJ -cozinhas -CAUS -VF 1mamã 7comida
 'O Langa faz a mãe cozinhar a comida.'
- b. ULanga u **-m** -phek -is -a ukudla (umama)
 1langa 1SUJ 3SG.OBJ (OBL) -cozinhas -CAUS -VF 7comida 1mamã
 LIT: 'O Langa está a faze-la cozinhar a comida a mãe.'
 INT: 'O Langa faz a mãe cozinhar a comida.'
- c. ULanga u **-ku** -phek -is -a umama (ukudla)
 1langa 1SUJ -15OBJ (OD) -cozinhas -CAUS -VF 1mamã 7comida
 LIT: 'O Langa está a faze-la cozinhar a mãe a comida'
 'O Langa faz a mãe cozinhar a comida.'

• **Línguas do tipo 2**

As línguas do tipo 2, com simetria lexical e aplicativa, são aquelas em que objetos de verbos ditransitivos lexicais e aplicativos se comportam simetricamente, mas objetos de verbos causativos não. Van der Wal (2016, p. 3-4) revela que o Sotho do Sul mostra essas características, tal como se demonstra a seguir.

Os exemplos (52) mostram que os objetos de verbos ditransitivos lexicais podem ser pronominalizados em Sotho do Sul.

Sotho do Sul (Thabo Ditsele, comunicação pessoal, apud van der Wal, 2016:4)

(52) *Ditransitivos lexicais*

- a. Ntale o fa bana lijo
 1papa 1SUJ dar 2criança 7comida
 'O Pai dá comida às crianças.'
- b. Ntale o **ba** fa lijo
 1papa 1SUJ 3PL.OBJ (OI) dar 7comida
 'O Pai dá-lhes a comida.'
- c. Ntale o **li** fa bana
 1papa 1SUJ 5OBJ (OD) dar 2criança
 'O Pai deu-a às crianças.'

Os objetos de verbos aplicativos também podem ser pronominalizados em Sotho do Sul, como mostram os exemplos em (53) abaixo.

(53) *Aplicativo*

- a. Banana ba -pkeh -el -a 'me nama
 2meninas 2SUJ -cozinhar -APPL -VF 1mãe 9carne
 'As meninas estão a cozinhar carne para a minha mãe.'
- b. Banana ba **-mo** -pkeh -el -a nama
 2meninas 2SUJ 3SG.OBJ(OBL) -cozinhar -APPL -VF 9carne
 'As meninas estão a cozinhar carne para ela. (i.e. As meninas estão a cozinhar-la carne)
- c. Banana ba **-e** -pkeh -el -a 'me
 2meninas 2SUJ -9OBJ(OBL) -cozinhar -APPL -VF 1mãe
 'As meninas estão a cozinhar-la para a minha mãe.'

(Machobane, 1989, p 24 apud van der Wal, 2016, p. 4)

Contudo, em construções com verbos causativos, ambos os objetos não podem ser pronominalizados em Sotho do sul, como se ilustra nos exemplos em (54).

(Machobane, 1989, p. 24 apud van der Wal, 2016, p. 4)

(54) *Causativo*

- a. Ntale o -bal -is -a bana buka
 1pai 1SUJ -ler -CAUS -VF 2criança 5livro
 'O meu pai faz as crianças lerem o livro.'
- b. Ntale o **-ba** -bal -is -a buka
 1pai 1SUJ 3PL.OBJ -ler -CAUS -VF 5livro
 'O meu pai fá-las ler o livro.'
- c. *Ntale o **-e** -bal -is -a bana
 1pai 1SUJ 5OBJ -ler -CAUS -VF 2criança
 INT: 'O meu pai fá-lo ler pelas crianças.'

• **Línguas de tipo 3**

Línguas com CDO do tipo 3 são descritas como sendo aquelas em que apenas verbos ditransitivos lexicais podem pronominalizar os dois objetos.

Em Kiluguru, os objetos duplos comportam-se simetricamente apenas em ditransitivos lexicais (cf. exemplos 55), mas mostram assimetria tanto com predicados aplicativos como com causativos (cf. exemplos 56 e 57, respetivamente).

Kiluguru (Marten e Ramadhani, 2001, p. 266-269)⁵

(55) *Ditransitivo lexical*

- a. Chibua ko **-w** -eng` -a (iwana) ipfitabu
1Chibua 1SUJ -3PL.OBJ -dar -VF 2criança 8livro
'Chibua está dando-as os livros às crianças.'
- b. Chibua ko **-pf** -eng` -a iwana (ipfitabu)
1Chibua 1SUJ -8OBJ -dar -VF 2criança 8livro
'Chibua está dando-os os livros às crianças.'

(56) *Aplicativo*

- a. Mayi ko **-w** -ambik -il -a (iwana) ipfdyo
1mãe 1SUJ -3PL.OBJ -cozinhar -APPL -VF 2criança 7comida
LIT: 'A mãe está cozinhando-as a comida para as crianças.'
- b. *Mayi ko **-pf** -ambik -il -a (ipfdyo) iwana
1mãe 1SUJ -7OBJ -cozinhar -APPL -VF 7comida 2criança
INT: 'A mãe está cozinhando-a, a comida para as crianças.'

(57) *Causativo*

- a. Wanzehe wa **-mw** -ambik -its -a (Chuma) ipfdyo
2anciãos 2SUJ -3SG.OBJ -cozinhar -VF 1Chuma 7comida
LIT: 'Os anciãos fizeram-o Chuma cozinhar comida.'
- b. *Wanzehe wa **-pf** -ambik -its -a (ipfdyo) iwana
2anciãos 2SUJ -7OBJ -cozinhar -CAUS -VF 7comida 2criança
LIT: 'Os anciãos fizeram Chuma cozinhar-la a comida.'

• **Línguas do tipo 4**

As línguas do tipo 4, por sua vez, não mostram quaisquer propriedades simétricas em CDO. Estas foram sempre conhecidas como totalmente assimétricas (cf. van der Wal, 2016, p. 6).

Em ditransitivos lexicais, aplicativos ou causais, apenas o objeto recetor/aplicado/causado pode ser marcado como objeto no complexo verbal, como mostram os exemplos (58, 59 e 60) do Swahili, a seguir.

Swahili (van der Wal, 2016, p. 6).

(58) *Ditransitivo lexical*

- a. A -li **-m** -p -a kitabu
3SG.SUJ -PST -3SG.OBJ -dar -VF 7livro
'(Ela) deu-lhe um livro.'

⁵Marten e Ramadhani (2001:266) notam que "ambas as ordens de objetos são boas, mas apenas o objeto benefativo pode ser objeto marcado (em geral, o objeto marcado precede o objeto não marcado, e é o primeiro objeto que é enfatizado. Além disso, os aplicativos sem alteração de valência podem ser utilizados para dar ênfase".

- b. *A -li **-ki** -p -a Juma
 3SG.SUJ -PST -7OBJ -dar -VF 1Juma
 INT: `(Ela) deu-o a Juma.`

(59) *Aplicativo*

- a. A -li **-m** -nunul -i -a kitabu
 3SG.SUJ -PST -3SG.OBJ -comprar -APPL -VF 7livro
 `(Ela) comprou-lhe um livro.`
- b. *A -li **-ki** -nunul -i -a Juma
 3SG.SUJ -PST -7OBJ -comprar -APPL -VF 1Juma
 `(Ela) comprou-o para Juma.`

(60) *Causativo*

- a. A -li **-m** -kat -ish -a kamba
 3SG.SUJ -PST -3SG.OBJ -cortar -CAUS -VF 5corda
 `(Ela) obrigou-o a cortar a corda`
- b. *A -li **-ki** -kat -ish -a Juma
 3SG.SUJ -PST -5OBJ -cortar -CAUS -VF 1Juma
 INT: (Ela) fez o Juma corta-la`

2.6.2.2. Construções de Duplo Objeto do Cinyanja

O Cinyanja mostra características de uma língua totalmente assimétrica (i.e. não mostra qualquer propriedade simétrica).

Em CDO com verbo ditransitivo lexical, apenas o dativo (recetor) pode ser marcado como objeto no verbo. A marcação do tema gera formas agramaticais, tal como mostram os exemplos (61) abaixo.

(61) Ditransitivo lexical

- a. Abambo a **-wa** -pats -a maluzi ana
 1papa SUJ -3PL.OBJ -dar -VF 6corda 2criança
 LIT: `O Papa deu-lhes cordas às crianças.`
 INT: `O Papa deu cordas às crianças.`
- b. Abambo a **-wa** -pats -a maluzi
 1papa SUJ -3PL.OBJ -dar -VF 6corda
 `O papa deu-lhes cordas`
- c. *Abambo a **-ya** -pats -a maluzi ana
 1papa SUJ -6OBJ -dar -VF 6corda 2criança
 LIT: `O Papa deu-as cordas às crianças.`
 INT: `O Papa deu cordas às crianças.`
- d. *Abambo a **-ya** -pats -a ana
 1papa SUJ -6OBJ -dar -VF 2criança
 INT: O papa deu-as às crianças.`

- e. *Abambo a -pats -a maluzi ana
 1papa SUJ -dar -VF 6corda 2criança
 INT: O papa deu cordas às crianças.´

Como os dados mostram, é possível pronominalizar o objeto recetor nas CDO. A pronominalização do objeto recetor também licencia o seu apagamento na estrutura da frase (cf. 61b). Contudo, o Objeto Direto não pode ser marcado na estrutura do complexo verbal nestes contextos, o que justifica a agramaticalidade das frases (61c e 61d). O exemplo (61e) mostra que, em CDO com verbo ditransitivo lexical em Cinyanja, a pronominalização do OI é obrigatória. Esta última característica é também válida para os ditransitivos aplicativos e causativos, como se exemplifica em (62c) e (63c), respetivamente.

Nas construções com ditransitivos aplicativos, apenas o objeto aplicado pode ser pronominalizado em Cinyanja, tal como mostram as frases em (62). Ou melhor, o objeto aplicado deve ser pronominalizado, pois a não pronominalização gera formas agramaticais (62c).

(62) *Aplicativo*

- a. Joni wa **-wa** -phik -il -a nsima ana
 1João 1SUJ -3PL.OBJ -cozinhar -APPL -VF 9chima 2criança
 ´O João cozinhou chima para as crianças.´
- b. *Joni wa **-yi** -phik -il -a nsima ana
 1Joni 1SUJ -9OBJ -cozinhar -APPL -VF 9chima 2criança
 INT: ´O João cozinhou chima para as crianças.´
- c. *Joni wa -phik -il -a nsima ana
 1Joni 1SUJ -cozinhar -APPL -VF 9chima 2criança
 INT: ´O João cozinhou chima para as crianças.´

De igual modo, em CDO com ditransitivos causativos, apenas o objeto causado deve ser pronominalizado em Cinyanja, tal como mostram os exemplos em (63).

(63) *Causativos*

- a. Petulo wa **-wa** -phik -its -a nsima ana
 1Pedro 1SUJ -3PL.OBJ -cozinhar -CAUS -VF 9Chima 2criança
 ´O Pedro fez as crianças cozinharem chima´
- b. *Petulo wa **-yi** -phik -its -a nsima ana
 1Pedro 1SUJ -9OBJ -cozinhar -CAUS -VF 9Chima 2criança
 INT: ´O Pedro fez as crianças cozinharem chima.´
- c. *Petulo wa -phik -its -a nsima ana
 1Pedro 1SUJ -cozinhar -CAUS -VF 9Chima 2criança
 INT: ´O Pedro fez as crianças cozinharem chima´

Descritas as construções de Duplo Objeto, a secção que se segue debruça-se sobre as construções de tópico em Cinyanja.

2.6.3. Construções de Tópicos

De acordo com Duarte (2003, p. 316), Tópico, numa predicação, corresponde ao constituinte que “designa aquilo acerca de que se afirma, nega ou questiona a propriedade expressa pelo predicado, que constitui o comentário acerca desse tópico”. Quando a estrutura Sujeito-Predicado corresponde à estrutura Tópico-Comentário pode-se dizer que existe o tópico não-marcado. Inversamente, há situações em que o tópico da frase não exibe a função gramatical de sujeito. Nestes casos, considera-se que existe um tópico marcado. Ou seja, frases com tópicos marcados são aquelas em “que um dado constituinte mantém a relação gramatical de sujeito e um constituinte distinto, mais ou menos fortemente associado com o elemento interno à predicação e ocupando uma posição externa à oração, tem a função textual de tópico frásico” (cf. Duarte 2003, p. 316). Observem-se os exemplos do português abaixo:

(64) [Os casais] *Suj/TOP* [dormiram] *pred./coment.*

(65) [Peixe] *TOP* [odeio vermelho]

Nos exemplos acima estão dadas duas construções com tópico. Em (64) o tópico *os casais* é ao mesmo tempo sujeito da oração, sendo, deste modo, uma construção de tópico não-marcado. Já em (65), temos uma frase de tópico marcado, pois, o nome *peixe* não é sujeito da oração *odeio vermelho*.

Nas linhas a seguir passaremos a descrever as estruturas de tópico marcado. A tipologia dos tópicos marcados varia parametricamente de acordo com a língua ou variedade linguística. Por exemplos, Mateus et al (2003, p. 489-506) apresentam, em relação ao português europeu, quatro estratégias básicas de marcação de tópicos, nomeadamente: tópico pendente; deslocação à esquerda do tópico pendente; deslocação à esquerda clítica e topicalização. As autoras acrescentam a essa lista a estratégia emergente de “topicalização selvagem”. Considerem-se os exemplos a seguir:

(66)

- a. **Peixe**...odeio vermelho.
- b. **Manuel***i*...os meninos vieram com **ele***i* da escola.
- c. **Aos meninos***i*, oferecemos-**hes***i* mangas.
- d. **Aos meninos***i*, oferecemos **[-]***i* mangas.
- e. **Esse relatório***i*, acho que não precisamos **[-]***i* para a reunião de hoje.

Estas frases exemplificam as 5 estratégias de topicalização em português europeu. Em (66a), é dada uma construção de tópico pendente. Uma construção de tópico pendente tem um grau muito pouco elevado de conectividade com o comentário, pois não existe no comentário (exemplo, *odeio vermelhão*) qualquer lacuna ou elemento pronominal que seja referencialmente dependente de “*peixe*” que é o constituinte com a função de tópico. Em (66b) tem-se uma construção de deslocação à esquerda do tópico pendente. Embora com baixo grau de sintatização, existe uma conectividade referencial entre o tópico (*Manuel*) e o pronome (*ele*) no interior do comentário (interior da oração *os meninos vieram com **ele** da escola*).

De um modo geral, tanto a topicalização como a deslocação à esquerda clítica têm um elevado grau de conectividade referencial, categorial, casual e temática com a expressão no interior do comentário (cf. Duarte, 1987). Por outro lado, enquanto na topicalização, o tópico está ligado a uma categoria vazia no interior do comentário (como acontece na relação entre *aos meninos* e a lacuna [-], em 66d), na deslocação à esquerda clítica, o tópico está obrigatoriamente ligado a um pronome clítico visível (tal como acontece na relação entre *aos meninos* e *-lhes*, em 66c).

Já a topicalização selvagem, tal como referem Duarte e Matos (2003), ocorre quando há deslocamento de um sintagma preposicional (PP) desacompanhado de preposição, como acontece em (66e), onde, em vez de “*desse relatório*”, o tópico é realizado como um sintagma nominal (NP) “*esse relatório*”.

No que diz respeito às línguas bantu, existe alguma literatura sobre estratégias de topicalização, com especial ênfase no papel do pronome resuntivo na deslocação à esquerda do objeto. A língua Nyanja, tal como a maioria das línguas Bantu, usa diferentes estratégias de topicalização. A principal regra de marcação de um elemento como tópico consiste na sua deslocação à esquerda. Tipicamente, o constituinte deslocado deixa no comentário um pronome resuntivo ou clítico pronominal como sua marca de correferência (Bresnan e Mchombo, 1987). Nas linhas a seguir passaremos a descrever as diferentes estratégias apresentadas acima no contexto do Cinyanja.

Do ponto de vista da ocorrência das estratégias de topicalização em Cinyanja, as 5 estratégias de topicalização descritas acima podem ser separadas em três grupos, nomeadamente, as que ocorrem sem restrições, as que apresentam algumas restrições e as que não ocorrem, tal como a seguir se apresenta.

2.6.3.1. Tópico pendente e deslocação à esquerda do tópico pendente

Em Cinyanja, as estratégias de tópico pendente e de deslocação à esquerda do tópico pendente ocorrem naturalmente sem nenhuma restrição. Observem-se os exemplos a seguir:

(67)

a. Eh... ndiwo, ndi -ma -Kond -a masamba ya mawungu
Bem... caril, 1SG.SUJ -PRES -gostar -VF 6folha de 6abóbora

‘ Bem... caril, gosto de folhas de abóbora ’.

b. abambo*i*, ti -da -kamb -an -a na-woi umawa
1papa 1PL:SUJ -PST -falar -RECP -VF com-ele de manhã

‘ O *pai* falámos com ele esta manhã ’.

No exemplo em (67a) foi empregue a estratégia de tópico pendente. Neste exemplo, verifica-se que há um grau muito pouco elevado de conectividade entre o tópico *ndiwo* ‘ caril ’ e o comentário à direita. No contexto da construção em (67b) foi usada a estratégia de deslocação à esquerda do tópico pendente, pois, embora em menor grau, existe uma conectividade referencial entre o tópico *abambo* ‘ o pai ’ e o pronome *-wo* ‘ ele ’ no interior do comentário.

2.6.3.2. Deslocação à esquerda clítica e topicalização

A deslocação à esquerda clítica e a topicalização ocorrem em Cinyanja com algumas restrições. A deslocação à esquerda clítica pode ocorrer em frases matriz e em orações subordinadas (i.e. em contextos encaixados), tal como ilustram os exemplos (68b) e (68c).

(68)

a. Anaasukulu, aphunzitsi a -na -wa, -pats -a mabukhu
2alunos 1professor 1SUJ -PST -3PL.OBJ (OI) -dar -VF 6livros

‘ Aos alunos*i*, o professor deu-lhes*i* livros ’

b. Petulo wa-nena kuti, bhukhu limeneli, sa -na -li -welenge
Pedro 1SUJ-dizer que livro 5este NEG -PST -5OBJ ler

‘ O Pedro disse que, esse livro, ainda não o leu ’

c. Njama, kwa nfumu, alenje a -na -i -pelek -a
9carne ao 1regulo caçador 1SUJ- -PST -9OBJ -entregar -VF

‘ Carne, ao regulo, o caçador entregou-a ’

Contudo, não é possível incorporar o objeto direto na posição de tópico quando já tiver sido incorporado o complemento indireto, em verbos que exigem a cliticização, tal como mostra o exemplo em (69) a seguir.

(69)

*Kwa nfumu_k, nyama_i, alenje a -na -*ij -wa_k -pats -a
Ao 1regulo 9carne 1caçador 1SUJ -PST -OBJ(OD) -OBJ(OI) -dar -VF

INT: `Ao régulo_k, carne_i, o caçador deu-lha_jk´.

Tal como se pode observar, a agramaticalidade da construção em 69 é causada pela presença do morfema de objeto direto *-i* na estrutura do verbo, pois, quando o segundo objeto (OI) estiver incorporado, em verbos que o exigem, o objeto direto (OD) não pode também ser incorporado.

A topicalização é uma estratégia que também pode ocorrer em frases matriz, como em (70a), ou em orações subordinadas, como em (70b) abaixo:

(70)

a. mbuzi_i, abambo a -na **[-i]** -tsekul -il -a citseko
10cabritos 1pai 1SUJ -PST -abrir -APPL -VF 7porta

`Aos cabritos_i, o pai abriu **[-i]**o portão´.

b. Petulo wa-nena kuti, bhukhu limeneli_k, sa -na **[-i]**k -welenge
Pedro 1SUJ-dizer que livro 5este NEG -PST -ler

`O Pedro disse que, esse livro, não leu´

A topicalização é um fenómeno que está ausente em verbos ditransitivos lexicais que exigem a cliticização obrigatória do OI em Cinyanja, já que a omissão do morfema de concordância com o OI gera formas agramaticais (como 71a) e, nessas construções, apenas o OI pode ser incorporado (veja-se 71b).

(71)

a. *Ana asukulu_i, aphunzitsi a -na **[-i]** -pats -a mabukhu
2alunosi 1professor 1SUJ -PST -dar -VF 6livros

`Aos alunos_i, o professor deu **[-i]**livros´.

b. Mabukhu_i, aphunzitsi a -na ***[-i]** -wa -pats -a Ana asukulu_i,
6livros 1professor 1SUJ -PST -2OBJ -dar -VF 2alunosi

INT: `Os livros, o professor deu-os aos alunos´.

2.6.3.3. Topicalização selvagem

A topicalização selvagem não é permitida em Cinyanja, tal como se ilustra no exemplo abaixo.

(72)

- a. ine si -ndi -da -pit -e ku-sukulu
1eu NEG -1SUJ -PST -ir -NEG 17LOC-escola
'Eu não fui à escola'
- b. *sukulu_i ine si -ndi -da -pit e [-]_i
17LOC-escola 1eu NEG -1SUJ -PST -ir NEG
'À escolai, eu não fui [-],'

O exemplo em (72b) mostra que nesta língua não é possível topicalizar o obliquo (OBL) apagando o locativo 'ku' que o introduz. Essa impossibilidade justifica a agramaticalidade e, por conseguinte, a não ocorrência desta estratégia na língua.

Descritos os elementos essenciais da topicalização em Cinyanja, no ponto a seguir passamos a descrever as estruturas interrogativas, concretamente as interrogativas parciais ou interrogativas-Qu.

2.6.4. Interrogativas parciais em Cinyanja

De acordo com Raposo et al. (2013, p. 1834), "De um modo geral, as orações interrogativas, quer subordinadas quer não, caracterizam-se por serem informações incompletas" (i.e. exprime-se o desconhecimento do valor de um dos constituintes). Tal como consideram Mateus et al. (2003, p. 460) "as frases interrogativas constituem a expressão de um ato ilocutório directivo, através do qual o locutor pede ao alocutário que lhe forneça verbalmente uma informação de que não dispõe". Portanto, uma frase interrogativa exprime tipicamente um pedido de informação.

As frases interrogativas podem ser totais ou parciais. Observem-se os exemplos abaixo.

(73)

- a. Os alunos receberam os livros?
b. Os alunos receberam os livros, não é verdade?
c. O que receberam os alunos?

A frase em (73a) é uma interrogativa total, pois a dúvida recai sobre o valor de verdade de toda a proposição. Em (73b) a frase é uma interrogativa "tag" que, em geral, constitui um pedido de confirmação do conteúdo proposicional da declarativa que a precede. Já na construção em (73c) ilustra-

se uma interrogativa parcial ou interrogativa-Qu, pois a dúvida incide sobre um constituinte da frase, no contexto, o OBJ.

Por razões de ordem metodológica, na presente secção descreveremos apenas a ocorrência das interrogativas parciais ou interrogativas-Qu em frases matriz do Cinyanja.

2.6.4.1. Morfemas interrogativos

Na perspectiva de Macalane (2013, p. 122), na qual se baseia a descrição nesta secção, os morfemas interrogativos são recursos linguísticos que, não sendo palavras, as línguas usam na construção de frases interrogativas. Tal como acontece em outras línguas Bantu, em Cinyanja os morfemas-Qu não têm apenas uma função exclusivamente interrogativa, podendo ser igualmente relativos, exclamativos ou quantificadores. Por esta razão, com base no pensamento de Zavitnevich-Beaulac (2009), os morfemas interrogativos nesta língua podem ser considerados proformas-Qu sem nenhuma semântica quantificacional enquanto se encontram no léxico. “Uma vez selecionados para a computação, os morfemas-Qu podem ser combinados com outros elementos (particular/sufixos), resultando em morfemas interrogativos, relativos, quantificadores com função existencial ou universal”. (Macalane, op. cit.).

Em Cinyanja, os morfemas-Qu possuem diferentes funções semânticas dependendo dos outros elementos a que estão associados na estrutura de superfície. Esses morfemas que exprimem interrogação em Cinyanja apresentam formas básicas polissêmicas cuja referência varia em função do prefixo a que se associam. Por exemplo, *-ni?* pode indicar um pronome interrogativo referente a “pessoas” (*yani/ayani* ‘quem!’); ou “coisa” (*cijani* ‘o que’). Assim, conforme considera Macalane (op.cit., p. 130), “as formas pronominais em Cinyanja são morfemas presos, que se associam a diferentes tipos de prefixos para se referirem a diversas entidades, tais como pessoas, coisa, modo, local, razão, tempo e quantidade”.

A seguir apresenta-se uma tabela que sistematiza o paradigma dos morfemas interrogativos do Cinyanja, com base na proposta de Macalane (2013).

Forma pronominal	Referente
<i>-ni?</i> ‘quem?’ / <i>-ti?</i> ‘qual?’	Pessoa
<i>-ni?</i> ‘o quê?’ / <i>-nji?</i> ‘o quê?’ / <i>-ti?</i> ‘qual?’	Coisa
<i>-nji?</i> ‘como?’; ‘de que maneira?’	Modo
<i>-ti?</i> ‘onde?’	Local
<i>-nji?</i> ‘por que razão?’ / <i>cifukwa cijani?</i> ‘por que razão?’	Razão
<i>-ti?</i> ‘quando?’; ‘em que dia?’ / <i>-nji?</i> ‘quando?’	Tempo
<i>-ngati?</i> ‘quanto(s)?’	Quantidade

Tabela 4: pronomes interrogativos e sua semântica (Macalane, 2013)

Observem-se os exemplos a seguir, baseados em Macalane (2013), em que se aplica o morfema *-ti* para construir interrogativas indicando diferentes referentes.

(74)

- | | | | | | | | | | |
|----|-------------------------------------|-----------|---------|--------|---------------|---------------|------|-----|---------------|
| a. | Kodi | mwana | wa | -da | -gw | -a | -wo | ndi | yu-ti? |
| | Q | 1criança | 1SUJ | -PST | -cair | -VF | -ela | COP | 1SUJ-INT |
| | ‘Qual é a criança que tinha caído?’ | | | | | | | | |
| b. | Kodi | mu | -da | -li | ku-ti? | | | | |
| | Q | 2PL.SUJ | -PST | -estar | LOC-INT? | | | | |
| | ‘Onde estavam?’ | | | | | | | | |
| c. | Kodi | cimanga | canu | ndi | ci-ti? | | | | |
| | Q | 7maçaroca | vossa | COP | qual? | | | | |
| | ‘Qual é a vossa maçaroca?’ | | | | | | | | |
| d. | mu- | -dza | -fik | -a | nyengo | yi-ti? | | | |
| | 2PL.SUJ- | -FUT | -chegar | -VF | hora | que? | | | |
| | ‘A que horas irão chegar?’ | | | | | | | | |

Nos exemplos estão dadas frases interrogativas usando o morfema *-ti* em Cinyanja. Com recurso a diferentes prefixos, os resultados que se obtêm são frases interrogativas que apontam para diferentes referentes: em (74a), com o prefixo *yu-* a construção aponta para um ser animado (no caso, pessoa); em (74b), com o prefixo locativo *ku-* construiu-se uma interrogativa que se refere a um lugar; em (74c), com recurso ao prefixo *ci-*, a interrogativa aponta para um objeto; enquanto em (74d), usando o prefixo *yi-* construiu-se uma frase interrogativa que se refere ao tempo.

2.6.4.2. Posição dos morfemas-Qu em interrogativas parciais

Para efeitos desta breve análise, consideram-se apenas as interrogativas matriz, i.e., aquelas que não estão sob domínio de outras construções. De um modo geral, conforme argumenta Macalane (2013), Cinyanja é uma língua que apresenta a estrutura *Q-in-situ* como o padrão básico de ocorrência das frases interrogativas (Q-SVO-morfema-Qu), podendo operar-se a estratégia de movimento-Qu em estruturas interrogativas parciais marcadas. A ocorrência da estratégia de movimento-Qu é governada por algumas restrições. Tal como observaremos, em todos os contextos, nesta língua, as frases interrogativas matriz são introduzidas pela partícula interrogativa (*kodi*).

Tal como acontece em outras línguas, nas frases interrogativas-Qu do Cinyanja a dúvida pode recair em diferentes elementos da estrutura da frase. Nos exemplos em (75a) e (75b) estão dadas frases

interrogativas em que a questão recai sobre o constituinte com a função sintática de sujeito (interrogativas de sujeito).

(75)

- a. kodi wa -meny -a mpila **ndi ndani?**
 Q 3SG.SUJ.PST -chutar- -VF 3bola COP quem
 LIT: `*chutou bola é quem?`
 `Quem é que chutou a bola?`
- b. kodi **ndi ndani** wa -meny -a mpila
 Q COP quem SUJ.PST -chutar -VF 3bola
 `Quem chutou a bola`

Observando os exemplos em (75a) e (75b), pode dizer-se que as interrogativas-Qu de sujeito em Cinyanja tanto podem deslocar o sintagma-Qu para uma posição à esquerda, adjacente à partícula interrogativa (*kodi*), tal como acontece em (75b), como podem fixar o sintagma-Qu na posição *in situ*, como acontece no exemplo em (75a). Nos dois casos, o sintagma-Qu é precedido pela cópula (*ndi*). Assim, pode dizer-se também que a posição canónica do sintagma-Qu sujeito é à esquerda, em frases marcadas (cf. 75b), e à direita, em frases não marcadas (75a).

Nas frases em (76a) e (76b), abaixo, estão dadas construções interrogativas em que a dúvida recai sobre o objeto direto (interrogativa de objeto direto). Em interrogativas de objeto direto em que o sintagma-Qu permanece *in situ*, os elementos SVO encontram-se na sua ordem básica (cf. 76b). Neste tipo de interrogativas-Q *in situ* a cópula (*ndi*) não é permitida.

(76)

- a. kodi **n- ciyani** a -teng -a aphunzitsi?
 Q COP o quê 3SG.SUJ.PST -levar -VF 1professor
 `o que levou o professor?`
- b. kodi aphunzitsi a -teng -a **ciyani?**
 Q 1professor SUJ.PST -levar -VF o quê
 LIT: `o professor levou o quê?`
 INT: `o que levou o professor?`

Nas construções interrogativas também a dúvida pode recair sobre o constituinte com a relação gramatical de objeto indireto (interrogativa de objeto indireto), tal como em (77a) e (77b); recair sobre os constituintes com a função de adjunto circunstancial (interrogativas de adjunto circunstancial), tal

como em (78a) e (78b), ou recair sobre mais de um constituinte da frase (em interrogativas múltiplas), tal como nas frases (79a), (79b) e (79c).

Tal como acontece com as frases interrogativas-Qu de objeto direto, com sintagmas-Qu *in situ* (cf. 76b), em interrogativas de objeto indireto como em interrogativas de adjunto circunstancial com sintagmas-Qu *in situ*, também a cópula (*ndi*) não é permitida (cf. 77a e 78b). Nos três casos, quando se verifica a deslocação à esquerda do sintagma interrogativo, a cópula (*ndi*) deve obrigatoriamente preceder o sintagma-Qu, sendo que as construções em (76b e 77a), nas quais os sintagmas-Qu objetos se encontram na sua posição de base são consideradas como sendo o padrão da língua. Em alguns contextos, a estrutura *ndi* pode sofrer o processo fonológico de supressão da partícula *-di* passando a ocorrer apenas como *n-* na posição de pré-prefixo do sintagma-Qu, tal como acontece em *n-cjya-ni* (cf. 76a), acima, e *n-caka-nji* (em 78a), a seguir.

(77)

- a. kodi Manuel wa- -m -pats -a nsomba **ndani?**
 Q 1Manuel SUJ.PST- -3SG.OBJ -dar -VF 9peixe quem?
 'o Manuel deu o peixe a quem?'
- b. kodi **ndi ndani** Manuel wa -m -pats -a nsomba?
 Q COP quem 1Manuel SUJ.PST -3SG.OBJ -dar -VF 9peixe
 'a quem o Manuel deu o peixe?'

(78)

- a. kodi **n- cakanji** mu -dza -gul -e sapato?
 Q COP- quando 2PL.SUJ -FUT -comprar -PERF 10sapatos
 'quando é que irá comprar os sapatos?'
- b. kodi mu- -dza -gul -a sapato **cajanji**
 Q 2PL.SUJ- -FUT -comprar -VF 10sapatos quando
 LIT: 'Irá comprar os sapatos quando?'.
 'quando é que irá comprar os sapatos?'

Em Cinyanja, interrogativas com duas variáveis simultaneamente incógnitas são raras, havendo quem não as reconheça e diga que estas construções são agramaticais na língua. Para todos os efeitos, as construções em que o sintagma-Qu sujeito é deslocado para a posição à esquerda, enquanto o sintagma-Qu objeto se encontra na sua posição de base (cf. 79a), são gramaticais na língua, o que está em conformidade às regras de formação deste tipo de frases nas línguas em que ocorrem.

(79)

- a. kodi **ndani** wa -teng -a **ciyani?**
Q quem 3SG.SUJ.PST -levar -VF o que
`quem levou o quê?`
- b. *kodi **n-** **ciyani** wa -teng -a **Ndani?**
Q COP o que 3SG.PST -levar -VF quem
`o que levou quem?`
- c. *kodi **n-** **ciyani** **ndani** wa -teng -a?
Q COP o que quem 3SG.SUJ.PST -levar -VF
`*o que quem levou?`

Descritas as construções interrogativas parciais, o tópico que se segue é reservado à apresentação das conclusões do capítulo.

2.7. Conclusões

O capítulo tinha por objetivo apresentar os dados sociolinguísticos e alguns elementos da morfologia nominal e verbal e da sintaxe da língua Nyanja. Nas descrições feitas, viu-se que o Cinyanja (N31a) é a variedade de referência para os estudos nesta língua e na qual se baseia o presente estudo. O tom é marcado, em Cinyanja, apenas em pares mínimos. Os nomes, na língua, encontram-se organizados em classes nominais, em que cada classe é identificada pelo prefixo e/ou sistema de concordância. A morfologia verbal em Cinyanja apresenta uma estrutura complexa (aglutinante), podendo encontrar-se, na estrutura do verbo, as marcas flexionais de concordância com o SUJ, OBJ, NEG, tempo/aspecto e as marcas derivacionais (as extensões verbais). A estrutura canônica da frase simples nesta língua é SVO, sendo que, em contextos pragmáticos, outras estruturas como VOS, SVO, SOV, OSV são possíveis.

O Cinyanja é uma língua totalmente assimétrica (i.e. não mostra características de simetria). Tanto em verbos ditransitivos lexicais como em ditransitivos aplicativos e ditransitivos causativos apenas o dativo, o objeto aplicado ou objeto causado, respetivamente, pode ser pronominalizado.

As estruturas de tópico pendente e de deslocação à esquerda do tópico pendente ocorrem em Cinyanja sem restrições. A deslocação à esquerda clítica e a topicalização ocorrem em Cinyanja com algumas restrições. A deslocação à esquerda clítica e a topicalização podem ocorrer em frases matriz ou em orações subordinadas. Não é possível incorporar o objeto direto na posição de tópico quando já tiver sido incorporado o OI, em verbos que exigem a cliticização. Por sua vez, não é possível aplicar a estratégia de topicalização selvagem nesta língua.

Em Cinyanja, os morfemas-Qu não têm apenas uma função exclusivamente interrogativa, podendo ser igualmente exclamativos ou quantificadores. Os morfemas-Qu nesta língua possuem diferentes funções semânticas dependendo dos outros elementos a que estão associados na estrutura de superfície. Esses morfemas que exprimem interrogação em Cinyanja apresentam formas básicas polissêmicas cuja referência varia em função do prefixo a que se associam. De um modo geral, o Cinyanja é uma língua que apresenta a estrutura *Qu-in-situ* como o padrão básico de ocorrência das frases interrogativas. As frases interrogativas-Qu matrizes são introduzidas pelo morfema interrogativo (*kodl*). Nas estruturas em que há movimento dos sintagmas-Q para a posição à esquerda, o sintagma interrogativo é obrigatoriamente precedido pela cópula (*ndij*). Nas interrogativas-Qu *in situ* de objeto direto, indireto e de adjunto circunstancial, a cópula (*ndi*) não é aplicada.

Descrita a situação sociolinguística da língua Nyanja e os elementos básicos de sua gramática, no capítulo seguinte apresenta-se a variação tipológica das orações relativas nas línguas do mundo, em geral, e nas línguas Bantu, em particular.

CAPÍTULO III - A VARIAÇÃO TIPOLOGICA DAS ORAÇÕES RELATIVAS

3.1. Introdução

O presente capítulo tem como fundamentos básicos os universais linguísticos apresentados por de Vries (2005), e outros autores, nomeadamente:

- que todas as línguas naturais têm orações relativas, mas nem todas elas possuem todos os tipos de relativas, assim como não existem relativas canónicas para todas as línguas;
- que existem diferenças e semelhanças nas estratégias de formação, marcadores relativos e ordem de palavras na oração relativa entre as línguas naturais. Nesta esteira Cocchi (2014) constata que as línguas Bantu, diferentemente das românicas e germânicas, por serem aglutinantes, podem apresentar “afixos morfologicamente presos, como marcadores relativos”;
- que existem relativas livres, nas nem todas as línguas usam esta estratégia de relativização.

Com base nestes universais linguísticos no domínio empírico das orações relativas, o capítulo visa fazer o levantamento da variação tipológica das orações relativas, nas línguas naturais, em dois domínios principais, nomeadamente: a tipologia de orações relativas, (c.f. 3.2) e as estratégias de relativização (c.f. 3.3).

No que respeita à tipologia das orações relativas, apresentaremos os tipos sintáticos e semânticos de orações relativas, assim como as posições da Hierarquia de Acessibilidade (Keenan e Comrie, 1979) que podem ser relativizadas. Na secção sobre estratégias de relativização e marcadores relativos, descreveremos os morfemas segmentais ou suprasegmentais que codificam as orações relativas nas diversas línguas e as posições dos pronomes/marcadores relativos.

Pelo facto de a língua objeto de estudo neste trabalho, o Cinyanja, ser uma língua africana do grupo Bantu, descreveremos, em 3.4. deste capítulo, como exemplo prático, as estratégias de relativização em Chichewa, uma língua Bantu do mesmo grupo do Cinyanja e com características gramaticais muito próximas. O capítulo encerra com uma breve conclusão.

3.2. Tipologia de orações relativas

Do ponto de vista das bases para a definição de parâmetros, Comrie (1981) aponta 4 (quatro) características básicas que podem possibilitar a diferenciação das orações relativas entre as línguas, nomeadamente:

- (i) a posição que a relativa ocupa em relação ao núcleo nominal modificado;
- (ii) as posições sintáticas que podem ser relativizadas (se todos os argumentos ou apenas algum(s)).

(iii) o tipo de marcador relativo (se pronome, complementador ou um operador nulo);

(iv) a forma de expressão do núcleo nominal na oração.

Estas características fornecem bases para a definição dos critérios de classificação das frases relativas. Servindo-se destas bases, autores como Brito (1988), Alexandre (1998; 2005, p. 85), Jolkesky (2008, p. 248), entre outros, referem que, basicamente, as frases relativas podem ser classificadas segundo critérios semânticos e sintáticos.

Com base nesses pressupostos, neste subcapítulo, começaremos por apresentar os tipos semânticos de orações relativas, em 3.2.1.; a seguir, os tipos sintáticos de orações relativas, em 3.2.2.; e, finalmente, as posições sintáticas que podem ser relativizadas (Hierarquia de Acessibilidade), em 3.2.3.

3.2.1. Tipos semânticos de orações relativas

Do ponto de vista semântico, “as relativas podem ser restritivas ou apositivas” (c.f. Alexandre, op ct., p. 85). Estes tipos de orações distinguem-se pelo tipo de modificação que operam ao sintagma nominal relativizado.

Nos dois pontos seguintes, descrevemos as características básicas de cada um destes dois tipos de orações relativas, começando pelas apositivas para depois apresentar as restritivas.

3.2.1.1. Orações relativas apositivas

De acordo com Veloso (2013, p. 2068) numa oração relativa apositiva “o determinante e o grupo nominal...formam um sintagma nominal autónomo com valor referencial próprio. Ou seja, neste tipo de construções, a oração relativa não contribui para a identificação do referente”. Por essa razão Chimbutane (1995, p. 22) refere que este tipo de orações tem “uma função semântica acessória, daí que, normalmente, podem ser omitidas sem que isso afete o significado essencial do período em que ocorrem”.

Observe-se o exemplo a abaixo:

(1) Essa caneta, [que o João comprou ontem], não escreve

Como se pode ver nesta construção, a oração relativa (*que o João comprou ontem*) fornece apenas uma informação acessória à da oração principal (ter sido o João que comprou a caneta ontem). Sendo acessória, a sua ausência não afetaria o significado da frase *Essa caneta não escreve*.

3.2.1.2. Orações relativas restritivas

Para a descrição deste tipo de orações, Lopes (1971, p. 117) citado por Alexandre (2010, p. 51), considera que “podemos tratar a oração relativa como um conjunto, suponho Q, que, tal como um adjetivo, determina, quantificando-o, um subconjunto no conjunto [das entidades denotadas pelo antecedente]”. Assim, estas orações podem ser compreendidas como sendo “modificadores relativos do nome” (Velooso, 2013, p. 2068). Ou seja, chamam-se orações restritivas “quando assumem função de modificador (M) dum SN, limitando os seu(s) referente(s)” (c.f. Jolkesky, 2008, p. 248).

Observe-se o exemplo (2):

(2) A lata_i que o João tocou [v]_i é do Pedro

O verbo (tocar) tem a seguinte entada lexical.

Tocar: V <___ TEMA>

SD

Descritos os tipos semânticos de orações relativas, o ponto seguinte é reservado à descrição dos tipos sintáticos de relativas.

3.2.2. Tipos sintáticos de orações relativas

Do ponto de vista sintático, as orações relativas podem ser “pós-nominais, pré-nominais e circumnominais” (Comrie, 1981, p. 145). De Vries (2000: 5) acrescenta um quarto tipo sintático de orações relativas, “as correlativas”.

As orações relativas pós-nominais seguem o seu núcleo nominal (o antecedente). As línguas como o português, inglês, Changana, apresentam este tipo de relativas, tal como ilustram os exemplos a seguir.

(3) Orações relativas pós-nominais

a. Changana (Macaba (1996:12)

Xi Fanisu [lexi ni-nikeke mamana tolo] xi xongile

cl7 fotogr-afia REL 1SUJ-dar mãe ontem cl7 bonita

‘a fotografia que eu dei à mãe ontem é bonita’.

b. a menina [que eu vi]

c. the picture [which Bill liked]

a foto que Bill gostou

Como se pode depreender, nestas construções, a oração relativa [lexi ninikeke mamana tolo] ‘que eu dei a mão ontem’, em a), segue o DP relativizado *xifanisu* ‘fotografia’; a oração relativa [que eu vi] segue o DPA *menina*, em b) e, em c), a oração [which Bill liked] segue o nome *the picture* ‘a foto’.

As orações relativas pré-nominais, em oposição às primeiras, precedem o núcleo nominal relativizado, como em (4); e as circunominais apresentam o núcleo nominal interno, tal como em (5).

(4) Mandarim (De Vries, 2002, p. 4).

Wō	bā	[nǐ	gěi	Wō	de]	shǔ	diūdiào-le
1eu	TP/ACC	2P-você	dar	1P-eu	REL	5-livro	perder-PERF

‘Perdi o livro que você me deu’

(5) Bambara (Keenan; Comrie, 1977, p. 65)

Tye	Ye	[ne	ye	so	min	ye]	san
CI1-homem	PASS	1SG.SUJ-eu	PASS	cavalo	5-REL	ver	comprar

‘O homem comprou o cavalo que eu vi’

Como se pode verificar, em (4), o núcleo nominal *shǔ* ‘livro’ aparece depois da oração relativa [nǐ gěi wō de] ‘que você me deu’, marcando deste modo a relativa pré-nominal. Por outro lado, em (5), *so* ‘cavalo’ é interno à oração relativa [ne ye (...) min ye] ‘que eu vi’.

Por sua vez, as orações relativas correlativas, tal como refere Oiticica (1942), “são logicamente e sintaticamente complementares”. Ou seja, as orações do tipo das correlativas são introduzidas por dois conectores interdependentes. Por esta razão, Medeiros (2014, p. 36) refere que o termo “correlativa” é empregado para a combinação entre uma oração relativa e uma expressão nominal possivelmente não adjacente a ela”. Esse tipo de construção é muito comum em línguas antigas como o latim e o grego, ou em línguas modernas como o Hindi.

Veja-se o exemplo do Hindi, abaixo:

(6) (Bhatt, 2010, p. 4 in Medeiros 2014, p 36)

[jo	sale-par	hai]	[Maya	us	CD-ko	khari:d-egi:]
Rel	promoção-em	está	Maya	DEM	CD-ACC	comprar-Fut.F

‘o que está em promoção, Maya vai comprar este CD’

Neste contexto da correlativização, uma relativa na periferia à esquerda da frase (*o que está em promoção*) está diretamente conectada com um nominal no interior da expressão que segue a frase (*este CD*). O português, em geral, não apresenta este tipo de construções relativas.

Para Bhatt, as orações relativas correlativas são CPs específicos (o que ele chama de CorrCP) e são derivadas via movimento.

Em suma, as descrições feitas neste subcapítulo permitem-nos assumir que as orações relativas podem ser classificadas do ponto de vista semântico e sintático, sendo que, do ponto de vista semântico, elas podem ser apositivas ou restritivas e, do ponto de vista sintático podem ser pré-nominais, pós-nominais, circunominas e correlativas.

3.2.3. Posições sintáticas de relativização

Keenan e Comrie (1979) referem que a variação tipológica das relativas obedece a padrões regulares de distribuição dos constituintes: a Hierarquia de Acessibilidade (HA). As línguas variam conforme as posições da HA que podem ser relativizadas. Esta variação não é aleatória. Pelo contrário, a relatividade de certas posições depende de outras e essas dependências são universais. Esta hierarquia apresenta a seguinte ordem:

Sujeito > Objeto Direto > Objeto Indireto > Oblíquo > Genitivo > Objeto de Comparação

(Gimenez, 2011, p. 22 *apud* Keenan; Comrie, 1979, p. 66).

A leitura da HA permite aferir, de acordo com Gimenez (op cit), que “a posição de sujeito é a mais suscetível de relativizar, por ser a mais alta. Em contrapartida, a posição de objeto de comparação, por ocupar a posição mais baixa, é a menos suscetível à relativização”. Ou seja, segundo o mesmo autor, “se uma língua pode relativizar a posição de objeto de comparação, também é capaz de relativizar todas as outras posições anteriores ... se uma língua relativizar apenas uma função, essa função será a de sujeito”.

As posições da HA devem ser entendidas como um conjunto de possíveis distinções que uma língua pode fazer. Nem todas as línguas distinguem necessariamente todas essas categorias /posições sintáticas, seja em termos de formação de orações relativas seja em termos de outros processos. Por exemplo, algumas línguas como o Hindi tratam os objetos de comparação como objetos comuns de preposição. Nestes casos, os NPs são tratados como oblíquos (OBLs) comuns e a posição de objeto de comparação na HA não é preenchida/realizada. Da mesma forma, conforme argumentam Gary e Keenan (1976), é possível que numa língua a formação de orações relativas possa distinguir dois tipos

de objetos diretos (OBJs). Se assim acontecesse, teríamos de expandir a HA nesse ponto. Deste modo, toma-se a HA como especificando um conjunto de possíveis possibilidades às quais a formação das orações relativas pode ser sensível.

Assim, existem restrições na hierarquia. As restrições definem as condições a que qualquer gramática da linguagem humana deve atender. Comrie e Keenan (1979) apresentam três principais restrições da hierarquia, nomeadamente:

- (i) a gramática deve ser projetada para permitir a relativização de sujeitos, que é a extremidade superior da HA. Assim, por exemplo, nenhuma língua pode apenas relativizar OBJ ou locativos sem a posição de sujeito. É possível, no entanto, que uma língua permita a relativização apenas de Sujeitos.
- (ii) no que diz respeito à relativização, uma língua é livre de tratar as posições adjacentes na HA, mas não pode saltar posições. Assim, se uma dada estratégia se pode aplicar a Sujeitos e Genitivos também se aplica a Objetos Diretos e Indiretos.
- (iii) cada ponto da HA é um possível ponto de corte para qualquer estratégia que se aplique a esse ponto. Isso significa que, uma vez que uma dada estratégia se aplique em algum ponto da HA, somos livres para encerrar a sua aplicação em qualquer ponto inferior.

Apresentadas as posições da HA que podem ser relativizadas nas línguas e as suas respetivas restrições, na secção a seguir, descrevemos as estratégias de relativização e os morfemas relativos.

3.3. Estratégias de relativização e morfemas relativos

Por um lado, línguas diferentes variam na maneira como formam uma oração relativa, por outro lado, uma mesma língua pode apresentar mais de uma maneira de formar estas orações. Assim, tendo em conta os aspetos acima apresentados, neste subcapítulo descreveremos a natureza dos marcadores relativos, em 3.3.1. e a distribuição dos morfemas relativos na oração, em 3.3.2.

3.3.1. A natureza dos marcadores relativos

A literatura existente permite descrever três (3) recursos principais de que as línguas do mundo se servem para formar orações relativas, nomeadamente:

- (7)
 - a. pronome ou marcador relativo que é um morfema independente;
 - b. marcadores relativos que são afixos morfológicamente presos;
 - c. marcação relativa através de Tom (relativas prosódicas) ou operadores nulos.

Os marcadores em a) e em b) podem ser chamados de estratégias segmentais de formação de orações relativas e c), estratégia não/auto/suprasegmental.

3.3.1.1. A estratégia de pronome independente

De acordo com Oliveira e Camacho (2013, p. 32-33), a estratégia de morfema independente “envolve o uso de pronomes especiais que, em geral, são formalmente relacionados a expressões demonstrativas e/ou pronomes indefinidos/interrogativos. Esses pronomes são usados para representar o papel do núcleo nominal na oração restritiva”. Línguas como o português e o inglês usam esta estratégia como canônica para codificar a oração relativa.

Em português, tal como aponta Veloso (2013, p. 2063), “o pronome relativo [estratégia canônica] pode ser uma palavra simples [variável em função do tipo de relativa], como *que* ou um grupo mais complexo (a que se chama também locução relativa), como *o qual*”. Outras línguas como o inglês também apresentam a estratégia de pronome relativo, por exemplo *who*, para marcar a oração relativa. Veja-se os exemplos em (8a), (8b) e (9) abaixo.

(8)

a. O rapaz [*que* tu persuadiste a sair] é meu amigo. (Brito, 1988, p. 142).

b. Alguns alunos do primeiro ano [*aos quais* o professor entregou o exame] ainda não saíram.

(Veloso, 2013, p. 2063 In Raposo et al, 2013)

(9)

Please hand this over to the man [*who* is wearing a red jacket]. (de Vries, 2005)

‘Por favor, entregue isso ao homem que está vestindo uma jaqueta vermelha’.

Tal como se pode depreender, em (8a) a oração relativa [*que* tu persuadiste a sair] é introduzida por uma palavra simples, *que*, e, em (8b), a oração [*aos quais* o professor entregou o exame] tem como constituinte relativo um PP, que, por sua vez, contém a locução relativa, *os quais*. No caso do inglês, na construção em (9), a oração [*who* is wearing a red jacket] é introduzida pelo pronome *who*. Em todos os casos, “a função do pronome relativo consiste em retomar, dentro da oração relativa, o grupo nominal modificado (Veloso, 2013, p. 2063).

3.3.1.2. A estratégia de marcador morfológicamente preso

A estratégia de marcador preso, tal como referem Ngunga e Simbine (2012, p. 199), “envolve uma forma verbal à qual se afixam as marcas de concordância com o nome a que se refere o qualificado”. De acordo com Ermich (2010), nas línguas com marcadores relativos presos, estes morfemas podem variar morfológicamente em função do tempo, pessoa ou posição da Hierarquia de Acessibilidade expressa na oração relativa. Observem-se os exemplos em (10).

(10) Changana

- a. Yindlu ni -nga -yi -von -a i yikulu
9casa 1SG.SUJ -REL.PST -9OBJ -ver -VF é 7grande
‘a casa que eu vi é grande’
- b. Yindlu ni -yi -von -ak -a i Yikulu
9casa 1SG.SUJ -9OBJ -ver -REL -VF é 7grande
‘a casa que eu vejo é grande’
- c. Yindlu ni -nga -ta -yi -von -ak -a i Yikulu
9casa 1SG.SUJ -REL -FUT -9OBJ -ver -REL -VF é 7grande
‘a casa que eu vir é grande’

Nos casos acima, estão dadas orações relativas da língua Changana de diferentes valores temporais. Em (10a), está presente uma oração relativa afirmativa do passado; em (10b), uma oração relativa afirmativa do presente; e, em (10c), uma oração relativa afirmativa do futuro. Tal como se pode depreender, a oração relativa afirmativa do passado, em (10a), é marcada pelo marcador relativo *-nga*, que ocorre entre a marca de sujeito e a marca de objeto e que, ao mesmo tempo, exprime o passado; em (10b), o marcador relativo é *-ak* que ocorre depois da raiz do verbo. Outro aspeto notável é que, em construções relativas do presente nesta língua, a marca do tempo é zero; já em (10c), em que temos uma oração relativa de tempo futuro, a marca da relativa é descontínua (veja-se *-nga* e *-ak*) e apresenta também a marca do futuro ‘fisicamente’ visível na estrutura da forma verbal (*-ta*).

3.3.1.3. A estratégia prosódica

Para Cheng e Kula (2006, p. 33-34), a estratégia prosódica ou a estratégia de tom é feita através da colocação do “tom baixo [ou alto] na marca de sujeito” na estrutura do complexo verbal. Observem-se os exemplos do Bemba e Ciwandya, a seguir.

(11) Bemba (Cheng e Kula, 2006, p. 33)

a. ba-kafúndisha bá-léé-lolesh-a panse
1professor 1SUJ-PRS-olhar-VF 16fora
'O professor está a olhar para fora'

b. ba-kafúndishá bà-léé-lolesha Panse ni ba-Mulate
1professor 1SUJ.REL-PRS-olhar 16fora COP 1Mulate
'o professor que está a olhar para fora é o Sr. Mulate'

(12) Ciwandya (Al Mtenje, 2011, p. 123)

a. m-balá í-ná-bá n-dalámá z-aángá
9adrão 1SUJ -PST-roubar 10dinheiro 10-meu
'O ladrão roubou meu dinheiro'

b. m-balá í-ná-bá n-dalámá z-aángá
9ladrão 1SUJ.REL-PST-roubar 10dinheiro 10meu
'o ladrão que roubou meu dinheiro'

Nas orações acima observa-se que, em (11 a), a presença do tom alto na marca do sujeito *bá* faz com que a oração seja uma frase simples, mas a mudança do tom alto para o baixo, *bá*, (cf. 11 b) faz com que a oração passe de frase simples para oração relativa. O contrário deste processo é o que acontece em Ciwandya. Nesta língua, a presença de um tom baixo no prefixo de concordância com o sujeito *-í* leva a uma interpretação não relativa da frase, como ilustrado em (12a), mas, a mudança do tom baixo para o tom alto na mesma marca *-í*, faz com que a oração seja relativa, tal como se vê em (12b).

Em suma, para marcar as orações relativas, as línguas podem usar morfemas relativos independentes, marcadores presos na estrutura (aglutinante) do complexo verbal ou marcas suprasegmentais como o tom (alto ou baixo).

3.3.2. Distribuição dos pronomes/marcadores relativos

No domínio da localização/distribuição dos morfemas relativos na estrutura sintática, Keenan (1985) e Comrie (1985) consideram quatro estratégias de relativização: a estratégia de pronome relativo; a cortadora; a de retenção de pronome ou resuntiva e a de não redução.

A estratégia de pronome relativo é a estratégia canónica (padrão) de formação de orações relativas no PE. Esta estratégia, conforme Dixon (2010, p. 315) *apud* Camacho e Oliveira (2013, p. 32-33), “envolve o uso de pronomes especiais que, em geral, são formalmente relacionados a expressões demonstrativas e/ou pronomes indefinidos/interrogativos. Esses pronomes são usados para representar o papel do núcleo nominal na oração restritiva”. Em línguas como o inglês e português, o morfema relativo é um morfema independente (como *who* ou 'que', respetivamente), tal como se apresenta no exemplo abaixo:

- (13) A flor_i de que_i gostei *ec* morreu.
(14) the baby [who_i the woman is holding *ec*]
o bebé que a mulher está segurando
'o bebé que a mulher está a segurar'

Nestes exemplos, o SP *de que* e o pronome *who* estão associados a uma categoria vazia (*ec*) em posição argumental. As palavra-Qu *que* e *who* retomam o antecedente *a flor*, e *o bebé*, respetivamente.

A estratégia cortadora envolve uma relativa de SP, em que a preposição não é realizada foneticamente na estrutura (Faria & Duarte (1989) e Brito (1995)). A relativa cortadora pode ser exemplificada com base no exemplo 13, agora repetido em 15.

- (15) A flor_{i,que} gostei *ec* morreu.

A estratégia de retenção pronominal, ou copiadora (Tarallo, 1985), ou resuntiva (Brito, 1995), envolve, segundo Camacho (2010, p. 170), “o uso de um pronome pessoal na oração restritiva que é correferente com o constituinte relativizado.” Em português, a resuntiva é uma das estratégias não canónicas, estigmatizadas pela norma. Observe-se o exemplo a seguir:

- (16) (Alexandre, 2000, p. 58). Olha o tipo_i [que eu lhe_i emprestei o meu carro].

No contexto acima, a forma dativa do pronome pessoal (*lhe*), no interior da oração relativa, ocupa a posição argumental a que o constituinte relativo está associado. Assim, o pronome pessoal ocupa a posição do NP relativizado na frase matriz.

A estratégia de não redução é aquela em que o NP relativizado aparece dentro da oração relativa. Comrie (1989; 1998) define dois subtipos desta estratégia, nomeadamente: as circunominais (c.f. 5) e as correlativas (c.f. 6).

Descritas as estratégias de relativização e a distribuição dos pronomes relativos nas línguas do mundo, em geral, no ponto seguinte descrevemos as estratégias de relativização nas línguas Bantu.

3.4. Estratégias de relativização nas línguas Bantu

As línguas Bantu, tal como referimos no capítulo II, possuem uma morfologia nominal e verbal complexas, caracterizadas por: um sistema de prefixos de classe e um sistema de concordância, para os nomes, e, para os verbos, um conjunto de afixos indicando sujeito, objetos, tempo/aspecto, assim como processos sintáticos como os morfemas causativo, aplicativo ou passivo (Cocchi, 2010, p. 61). Paralelamente a isso, muitas línguas bantu, como acontece nas línguas do mundo, são tonais. Nas línguas tonais, tal como refere Ngunga (2014, p. 96) “a altura do núcleo de sílabas de palavras pode servir para distinguir significados diferentes”. Esta morfologia aglutinante⁶ e o impacto do tom nas frases faz com que as línguas Bantu apresentem uma riqueza do ponto de vista das estratégias de relativização e marcadores relativos. Nesta secção, apresentaremos um quadro geral das estratégias de relativização nas línguas Bantu, em (3.4.1), os subtipos de orações relativas do ponto de vista do sistema de concordância relativa em (3.4.2) e, em (3.4.3), ilustraremos as estratégias de relativização e morfemas relativos em Chichewa (uma língua Bantu com características gramaticais muito próximas às do Cinyanja).

3.4.1. Tipologia das estratégias de relativização nas línguas Bantu

Um levantamento da literatura existente sobre o fenómeno de relativização nas línguas Bantu permite constatar que, neste grupo de línguas, as orações relativas podem ser formadas com recurso a morfemas segmentais ou suprasegmentais. Iniciaremos por descrever a estratégia segmental de formação de orações relativas nestas línguas para, de seguida, passarmos para a estratégia suprasegmental.

3.4.1.1. Estratégia segmental de formação de orações relativas

Na estratégia segmental de formação de orações relativas é possível identificar dois grupos de línguas. Por um lado, estão as línguas que codificam as orações relativas através de um morfema

⁶Morfologicamente, são línguas aglutinantes aquelas em que a maioria das palavras são formadas pela aglutinação de morfemas, e cada morfema representa uma unidade significativa, para determinar por ex: os substantivos, o gênero, o diminutivo, plural, verbos, etc...), ou seja, os afixos unem-se à raiz, porém mantendo a identidade fonológica dos morfemas. Como são os morfemas afixais que marcam essas categorias gramaticais é natural que nesse tipo de língua haja um grande número de afixos, que geralmente se adicionam as raízes sem provocar e sem sofrer mudanças morfológicas. Um exemplo claro de língua aglutinante são as línguas Bantu que têm um sistema de classes prefixais riquíssimo. Estes morfemas exercem tanto um papel morfológico quanto semântico (cf. Santiago, 2013, pp. 28-9).

fonologicamente independente e, por outro lado, as línguas cujos marcadores são unidades subnominais (i.e. clíticos) que ocorrem na estrutura do verbo.

Nas orações relativas segmentais cujo marcador relativo é um elemento fonologicamente independente, geralmente, a ordem SVO é mantida. Os marcadores relativos apresentam marcas de concordância com o antecedente, tal como ilustram os exemplos (17a) e (17b), do Ciwandya. e (17c) e (17d), do Sotho Sul, respetivamente:

(17)

Ciwandya (Mtenje, 2011, p. 128).

a. u-kaláta **yó** um`mányisi a -ka -weléeng -a yi-ka-me-nena
 5carta **5REL** 1professor 1SUJ -PST -ler -VF 9-PST-1OBJ-falar
 i-nfúumu
 9régulo

‘A carta que o professor leu criticava o régulo’

b. awaléndo **wó** uBánda a -ka -wa -líng -a m`mawíila
 2visitante **2REL** 1Banda 1SUJ -PST -3PL.OBJ -ver -VF ontem
 Waúuka
 3.PL.OBJ-PERF-ir-VF

‘Os visitantes que o Banda viu ontem foram-se embora’

Sotho Sul (Zeller, 2004)

c. Motho **yô** a -sepela **-go**
 1pessoa **1REL** 1SUJ -caminhar **-SR**

‘uma pessoa que caminha’

d. Badisâna **ba** mosetsana a -ba -tseba **-go**
 2pastor **2REL** 1menina 1SUB -2OBJ conhecer **-SR**

‘os pastores que a rapariga conhece’

Tal como os exemplos ilustram, o marcador relativo fonologicamente independente ocorre imediatamente a seguir ao antecedente nas línguas Bantu. Este marcador, regra geral, é constituído por dois morfemas, nomeadamente, uma marca de concordância com o antecedente (cf. *y-* *w-*, das construções 17a e 17b, respetivamente) e o marcador relativo. O marcador relativo pode ser uma marca invariável ou variável. Nos contextos acima, pode-se constatar que o marcador relativo em Ciwandya é o morfema *-o* (invariável) ao qual se afixam os morfemas de concordância com o antecedente. Mas, em Sotho Sul (cf. 17c e 17d), o marcador relativo varia de acordo com a classe do antecedente. Os marcadores relativos segmentais podem coocorrer com sufixos relativos. Os sufixos relativos (SR) são marcas que se podem

afixar ao verbo (como sufixos), tal como acontece em Sotho Sul (cf. 17c e 17d) ou ocorrer na fonteira prosódica da oração relativa, tal como exemplificaremos em Chichewa nas secções seguintes.

As orações relativas cujos marcadores relativos são afixos incorporados no complexo verbal apresentam, geralmente, diferentes tipos de estruturas nas línguas Bantu. A estrutura que, na literatura, tem sido considerada como canónica nestas línguas (cf. Demuth e Harford, 1999; Zeller, 2004; Henderson 2006/7; Letsholo, 2009) é a manifestada em línguas como o Shona e Swahili, em que, quando o marcador relativo é um afixo, há inversão de sujeito (cf. 18; e 19a e 19b, respetivamente). Por conseguinte, a ordem de palavras é VS. Contudo, línguas como Swati e Luganda preservam a ordem SVO em orações relativas codificadas por um clítico (cf. 20 e 21, respetivamente).

Em todos os casos, quando o marcador relativo é uma unidade subnominal, ele ocorre como um clítico/afixo na estrutura do verbo. Contudo, a posição do marcador relativo pode variar conforme a língua ou o contexto. Tanto pode ocorrer como prefixo inicial na estrutura da forma verbal (cf.18) ou logo a seguir às marcas de sujeito e de tempo ou ainda como sufixo verbal (cf. 19a e 19b, respetivamente).

(18) Shona (Demuth e Harford, 1999 apud Letsholo, 2009, p. 132)

mbatya	dza	-va	-kason	-er	-a	vakadzi	mwenga
1roupa	1OREL	-2SUJ	-cozer	APPL	-VF	2mulher	2noiva

‘as roupas que as mulheres coseram para a noiva’

(19) Swahili (Ndomba, 2020)

a.	watoto	a	-li	-o	-wa	-pend	-a	mwalimu
	2criança	1SUJ	-PST	-2REL	-3PL.OBJ	-amar	-VF	1professor

‘as crianças que o professor amou’

b.	watoto	a	-wa	-pend	-a	-o	mwalimu
	2crianças	1SUJ	-3PL.OBJ-Habt	-amar	-VF	-2REL	1professor

‘as crianças que o professor ama’

(20) Swati (Zeller, 2004 apud Letsholo, 2009, p. 132)

umfati	tintfombi	let	-m	-elekelel	-a	-ko
1mulher	10rapariga	-1OREL	-1SG.OBJ	-ajudar	-VF	-SREL

‘a mulher que as raparigas ajudam’

(21) Luganda (Ashton et al. 1954: 144 apud Pak, 2007:2)

emikeeka	abawala	gye	-ba	-a	-luk	-a	te-gi-gasa
4tapete	2rapariga	4REL	-2SUJ	-PST	-coseram	-VF	NEG-4OBJ-adequados

‘Os tapetes que as raparigas coseram não são adequados’

Henderson (2006) considera que tanto as estruturas REI SV como as estruturas REL VS envolvem movimento A-barra. A sua suposição crucial é que Spec-CP é a única posição disponível para movimentos nestas línguas. Os traços-phi em estruturas VS como em estruturas não VS estão em C. Retomaremos à discussão sobre a natureza do movimento-Qu em cada estratégia de relativização e a ordem de palavras na oração relativa no Capítulo 5 deste trabalho.

3.4.1.2. Estratégia não segmental (tonal) de formação de orações relativas

Tal como se definiu em 3.3.1.3, as línguas Bantu que usam a estratégia não segmental de formação de orações relativas podem ser classificadas em dois grupos, nomeadamente: (i) as que usam o tom alto como marca de relativização, como em (22) e (ii) as que usam o tom baixo para relativizar, como em (23). Do ponto de vista da ordem de palavras na oração relativa, a estratégia não segmental apresenta características similares às das orações relativas formadas através de marcadores relativos clíticos. Ou seja, na maior parte das línguas Bantu, quando o marcador relativo é um tom (alto ou baixo), há inversão do sujeito (cf. 22). Contudo, existem casos de línguas, como o Lingala (cf. 24), que admitem a ordem SV em relativas tonais, tal como se exemplifica abaixo.

(22) Lunda (Kawasha, 2002, p. 55)

a. wombá w -a -let -a chúma
 1wombá 1SUJ -PST -trazer -VF 7coisa

‘Wombá trouxe uma coisa’

b. chúma Chá -let -a wombá
 7coisa 7OBJ -trazer -VF 1wombá

INT: ‘a coisa que Wombá trouxe’

(23) Ikalanga (Letsholo, 2009, p. 140)

a. nlúmé wá -ká -ízel -a
 1homem 1SUJ -ASP -dormir -VF

‘O homem está dormindo’

b. nlúmé wà -ká -ízel -a
 1homem 1SUJ -ASP -dormir -VF

‘o homem que está dormindo’

c. *lori Yá -á -ká -teng -a yá -ká -míla
 9carro 9OBJ -1SUJ -ASP -comprar -VF 9OBJ -PST perdido

INT: ‘O carro que ele comprou está perdido’

(24) Lingala (Bokamba, 1979 *apud* Demuth e Harford. 1999, p. 26)

Litoko Póso á -tóng -áki lelo
 5tapete 1Poso 1SUJ -tecer -PST hoje

‘o tapete que Poso teceu hoje’

Os exemplos em (22), (23) e (24) demonstram diferentes fenómenos decorrentes do emprego da estratégia não segmental na formação de orações relativas em línguas Bantu. Nos exemplos em (22), do Lunda, a relativização do objeto é codificada através da presença do tom alto na marca que com ele concorda na estrutura do verbo (cf. 22b). Um fenómeno oposto a este é o que acontece em Ikalanga (cf. 23). Nesta língua, a presença do tom alto na marca de concordância com o sujeito (cf. 23a) faz com que a frase tenha uma interpretação não relativa. Contudo, o contraste do tom alto para o tom baixo (23b) marca a relativização, pois, nesta língua, um morfema de concordância relativa não pode ter um tom alto (o que justifica a agramaticalidade de 23c). Por outro lado, a oração em (22b) mostra que, em Lunda, quando a estratégia tonal é usada para a formação de relativas de objeto, há inversão de sujeito. Contudo, em Lingala (cf. 24) é possível formar relativas tonais gramaticais preservando a ordem SV. Embora os falantes da língua prefiram a inversão de sujeito em construções relativas não segmentais, as frases do tipo (24) são consideradas gramaticais.

As línguas Bantu podem usar mais do que uma estratégia de relativização. Existem línguas que permitem a formação de orações relativas quer com recurso a marcadores relativos segmentais quer com recurso a marcadores relativos não segmentais. Em Lingala, por exemplo, as orações relativas podem ser formadas através de um marcador segmental (cf. 25a) ou através de um marcador relativo não segmental (cf. 25b). Para além desse fenómeno, as línguas Bantu podem também servir-se das duas estratégias segmentais de formação de orações relativas descritas em (3.4.1.1). Em Kiswahili, por exemplo, as orações relativas podem ser formadas com recurso a um morfema independente, como em (26a), ou através de um clítico, como (26b), a seguir:

(25) Lingala (Bokamba, 1981).

- a. mukanda múye baasi ba -tind -aki awa
 5carta 5REL 2mulher 2SUJ- -enviar -PST aqui
 'a carta que as mulheres enviaram aqui'
- b. mukanda mú -tind -aki baasi awa
 5carta 5OBJ -enviar -PST 2mulher aqui
 'a carta que as mulheres enviaram aqui'

(26) Kiswahili (Ndomba, 2020, p. 4)

- a. kitabu amba-cho Jumane a -li -ki -som -a
 7livro 7REL 1Jumane 1SUJ -PST -7OBJ -ler -VF
 'o livro que Jumane leu'
- b. kitabu a -li -cho -ki -som -a Jumane
 7livro 1SUJ -PST -7REL -7OBJ -ler -VF 1Jumane
 'o livro que Jumane leu'

Apresentado o quadro geral das estratégias de relativização nas línguas Bantu, no ponto a seguir descreve-se o sistema de concordância relativa contido nessas estratégias.

3.4.2. Sistema de concordância relativa nas línguas Bantu

As línguas Bantu apresentam variação tipológica do ponto de vista do sistema de concordância nas orações relativas. Henderson (2007, p. 167), analisando as orações relativas que não são de sujeito, refere que as línguas Bantu podem ser classificadas em três tipos quanto à “concordância que os marcadores relativos e os verbos mantêm com os outros elementos da oração (o antecedente e o sujeito lógico)”, nomeadamente: “relativas de Tipo 1: concordância com o sujeito e com o antecedente; relativas Tipo 2: concordância com o sujeito apenas; e relativas de Tipo 3: Concordância com antecedente apenas”.

As relativas do Tipo 1 podem ser demonstradas através de relativas do Shona e Zulu (cf. 27 e 28, respetivamente). Nestas línguas, o marcador relativo (um clítico) concorda com o antecedente enquanto o verbo apresenta marca de concordância com o sujeito. Para o Shona apresentamos a oração (18), aqui repetida em (27).

(27) Shona (Demuth e Harford, 1999 *apud* Henderson, 2007, p. 168)

mbatya	dza	-va	-kason	-er	-a	vakadzi	mwenga
10roupa	10REL	-2SUJ	-cozer	-APPL	-VF	2mulher	2noiva

‘as roupas que as mulheres coseram para a noiva’

(28) Zulu (Poulos 1982, *apud* Henderson, 2007, p. 168)

Inja	e-mfana	wa	-yi	-theng	-a
9cão	9REL -1menino	-1SUJ	-9OBJ	-comprar	-VF

‘o cão que o menino comprou’

Nos exemplos de Shona e Zulu, acima, em que as relativas estão formadas através de afixos/clíticos, pode observar-se que, tanto o marcador relativo *dza*, do Shona (cf. 27), como o marcador *e-*, do Zulu (cf. 28), concordam com os respetivos antecedentes, respetivamente, *mbatya* ‘roupas’ e *inja* ‘cão’. Por sua vez, os verbos apresentam marcas de concordância com o sujeito lógico da oração. O morfema *-va-*, no verbo *-kason-* ‘cozer/tecer’ (cf. 27) concorda com o sujeito *vakadzi* ‘mulheres’, enquanto o morfema *wa-*, no verbo *-theng-* ‘comprar’, concorda com o sujeito *mfana* ‘menino’. Nas línguas em que os objetos podem ser pronominalizados, quer de forma obrigatória quer de forma facultativa, o verbo pode apresentar, nas relativas de objeto, também a marca de concordância com o antecedente. Em (28),

por exemplo, o verbo, para além de apresentar a marca de concordância com o sujeito, exhibe também a marca de concordância com o objeto (o morfema *-yi*).

Nas relativas do Tipo 2, aquelas que exibem marcas de concordância com o sujeito apenas, o marcador relativo foneticamente realizado não apresenta marca de concordância com o antecedente. Contudo, o verbo concorda com o sujeito lógico, tal com ilustram os exemplos do Zulu (em 29) e Swati (em 30) a seguir.

(29) Zulu, Zeller (2004) *apud* Henderson (2007, p. 168)

incwadi	isitshudeni	a	-isi	-yi	-fund	-a	-yo
9carta	7estudante	REL	-3SG.SUJ	-9OBJ	-ler	-VF	-REL

‘a carta que o estudante está lendo’

(30) Swati, Zeller (2004) *apud* Henderson (op. cit.)

umfati	tintfombi	let	-m	-elekelele	-a	-ko
1mulher	10rapariga	-10REL	-3PL.BJ	-ajudar	-VF	-REL

‘a mulher que as raparigas ajudam’

Tal como se pode ver nestes exemplos, os marcadores relativos *a*, do Zulu (cf. 29), e *let*, do Swati (cf. 30), não concordam com os antecedentes *incwadi* ‘carta’ e *umfati* ‘mulher’, respetivamente. Contudo, os verbos *-fund* ‘ler’, do Zulu, e *-elekelele* ‘ajudar’, do Swati, concordam com os sujeitos lógicos *isitshudeni* ‘estudante’ e *tintfombi* ‘raparigas’, através dos morfemas *-isi* e *-m*, respetivamente. Tal como apresentamos nas relativas do Tipo 1, o verbo pode concordar com os dois elementos. No exemplo do Zulu, (29), pode observar-se que o complexo verbal, para além da marca de concordância com o sujeito, exhibe o morfema *-yi* que concorda com o antecedente.

Nas orações do Tipo 3, aquelas que exibem concordância apenas com antecedente, “não existe um complementador relativo segmental” (Henderson, 2007, p. 169). Ou seja, as relativas com concordância do Tipo 3 são formadas através do tom na marca de concordância com o antecedente e o verbo não concorda com o sujeito pós-verbal, tal como mostram os exemplos do Dzamba (em 31) e do Lingala (em 32), a seguir:

(31) Dzamba (Bokamba, 1976 *apud* Henderson, 2007, p. 169)

imundondo	mú	-kpa	-aki	omoto
5jarro	50BJ	-tomar/levar	-PST	1pessoa

‘o jarro que a pessoa levou’

(32) Lingala (Henderson, op. cit.)

mukanda	mú	-tind	-aki	Poso
5carta	5OBJ	-enviar	-PST	2mulheres

‘a carta que Poso enviou’

Nos dois contextos, o morfema *mu-* (na estrutura do verbo), que suporta o tom (alto) relativo, concorda com o antecedente. O verbo não exibe marca de concordância com o sujeito lógico que se encontra na posição pós-verbal.

3.4.3. A formação de orações relativas em Chichewa

Chichewa (N31b), segundo a classificação das línguas Bantu de Guthrie (1967/71), é uma língua da Zona N, grupo N30 (Cewa-Nyanja), falada maioritariamente em Malawi, Zambia e Moçambique. Por pertencer ao mesmo grupo linguístico do Cinyanja, as duas variedades linguísticas apresentam maior grau de inteligibilidade e similaridades estruturais. O Chichewa é a língua cooficial no Malawi, amplamente usada em programas de ensino e nos meios de comunicação social, onde, conforme refere Mchombo (2004, p. 1) “cerca de 65 por cento da população tem alfabetização funcional ou domínio ativo dessa língua”.

Mchombo (op. cit., p. 40) refere que “o Chichewa apresenta duas formas de marcação de orações relativas”, nomeadamente, a que usa o marcador relativo *-mene* e a outra forma que envolve o uso do morfema *-o*. Segundo o autor, o morfema *-o* é sufixado ao verbo e prefixado por uma marca de concordância com o antecedente. Contudo, Downing e Mtenje (2011) acrescentam uma terceira estratégia de formação de orações relativas nesta língua, a estratégia tonal, que envolve o uso de tom alto na marca de concordância com o sujeito na estrutura do verbo. Nas linhas a seguir passaremos a descrever estas três estratégias.

- **A estratégia -méné**

Em orações relativas formadas através do marcador relativo *-méné*, este marcador introduz a oração relativa e a ele é prefixado um morfema de concordância com o antecedente. A ordem de palavras na oração relativa obedece ao padrão SVO, tal como ilustra o exemplo a seguir.

(33) (Mchombo, 2004, p. 40)

a.	anyani	améné	á	-kú	-b	-á	míkándá	a	-ku	-dz
	2macaco	2REL	2SUJ	-PRES	-roubar	-VF	4missanga	2SUJ	-PRES	-trazer

-éts CAUS -a -VF chisokonezo 7confusão

‘os macacos que estão roubando missangas estão causando confusão’

b.	mikándá	[i]améné	anyani	á	-kú	-b	-á [-]	ndi	ya	akazi
	4missanga	4REL	2macaco	2SUJ	-PRES	-roubar	-VF	são	-4OBJ	2mulher
	aá	ku	Mangochi							
	2-assoc	17LOC	Mangichi							

‘as missangas que os macacos estão roubando pertencem às mulheres de Mangochi’

Os exemplos mostram que a estratégia *-méné* pode ser usada para formar tanto relativas de sujeito como relativas de objeto. Quando a relativa é de objeto, há uma lacuna na posição de objeto. Este facto traz evidências de que, em orações relativas de objeto, *-méne* é gerado de uma posição pós-verbal para a periferia esquerda. Nos dois tipos de relativas, a ordem de palavras na oração obedece ao padrão REL S V.

Em construções de Duplo Objeto, ambos os objetos podem ser relativizados. Contudo, os dois objetos comportam-se de maneiras diferentes em relação à relativização, tal como ilustram os exemplos (34) abaixo:

(34) (Mchombo, op. cit., p. 41)

a.	Mikanda	améné	anyaní	á	-kú	-pats	-a	njovu	ndi
	4missanga	4REL	2macaco	2SUJ	-PRES	-dar	-VF	10elefante	são
	y	-o	-fíl	-a					
	4OBJ	-assoc	-vermelho	-VF					

‘as missangas que os macacos estão dando aos elefantes são vermelhas’

b.	njovu	ziméné	anyaní	á	-kú	-zi	-pats	-a	mikanda
	10elefante	10REL	2macaco	2SUJ	-PRES	2OBJ (OI)	-dar	-VF	4missanga
	zi	-ma	-dy	-a	nzimbe				
	10OBJ	-HAB	-comer	-VF	10 cana-de-açúcar				

‘os elefantes aos quais os macacos estão dando missangas comem cana-de-açúcar’

c.	?njovu	ziméné	anyaní	á	-kú	-pats	-a	mikanda
	10elefante	10REL	2macaco	2SUJ	-PRES	-dar	-VF	4missanga
	zi	-ma	-dy	-a	nzimbe			
	10OBJ	-HAB	-comer	-VF	10 cana-de-açúcar			

INT: ‘Os elefantes aos quais os macacos estão dando missangas comem cana-de-açúcar’

As construções acima mostram que, quando o segundo objeto (dativo) é relativizado em Chichewa, uma marca de concordância com esse objeto deve estar patente no verbo. A ausência dessa marca gera

formas estranhas na língua (cf. 34c). De acordo com Mchombo (op. cit.), nesse contexto, a marca de objeto funciona como um pronome resuntivo e o pronome resuntivo é comum na formação de orações relativas nesta língua.

- **A estratégia tonal**

A presença do marcador relativo *-méné* tem o efeito fonológico de marcar o verbo dentro da oração relativa com tom alto (Mchombo, op. cit, p. 42). Portanto, quando o marcador *-méné* introduz a oração relativa, as marcas de sujeito e de tempo/aspecto são marcadas com tons altos. O uso do tom alto para identificar a relativização licencia a omissão do marcador relativo segmental. Este facto faz com que o tom seja uma estratégia de relativização em Chichewa. A relativização através do tom alto não tem consequências na ordem de palavras na oração. Ou seja, quando a estratégia tonal é empregue não há inversão de sujeito em Chichewa e a ordem continua obedecendo o padrão REL S V mesmo em relativas de objeto, tal como se apresenta a seguir (em 35):

(35) (Downing e Mtenje 2011, p. 107)

- a. mwána wá súkúlú á -ná -lémb -a [kálaata apunzitsi á -ná -weléeng-a]
 1criança da 9escola -1SUJ PST -escrever -VF 9carta 1professor 1SUJ.REL-PST-ler-VF
 kwa ányúuzi (OR de Objeto)
 para 2jornalista
 `um aluno escreveu a carta que o professor leu para o jornal`
- b. anyaní á -kú -b -a mikanda (..) (OR de Sujeito)
 2macaco 1SUB.REL -PRES -roubar -VF 4missanga
 `os macacos que estão roubando missangas`

Nas construções em (35) estão dadas construções relativas formadas através da estratégia tonal em Chichewa. Em (35a) a oração relativa é *kálaata apunzitsi ánáweléenga`* a carta que o professor leu`. Ou seja, à semelhança da ordem que também é encontrada em Lingala (cf. Bakamba, 1979), tal como se referiu anteriormente, nos contextos de relativização de objetos com recurso à estratégia tonal não há inversão de sujeito em Chichewa e a ordem mantém-se SV.

- **A estratégia de marcador -o**

A terceira estratégia de relativização em Chichewa consiste no uso do sufixo relativo *-o*. Segundo Mchombo (2004, p. 44) “O morfema *-o* é anexado ao verbo e é marcado por uma marca de concordância com o antecedente”, tal como ilustra o exemplo abaixo.

(36) (Mchombo, op. cit:45)

mbuzi	mú	-ku	-zí	-fun	-a	-z	o	zi-li	pa
10cabrito	1SUJ	-PRES	-10OBJ	-querer	-VF	-10OBJ	-REL	10estar	16LOC
chulu									
7formigueiro									

‘as cabras que vocês querem estão no formigueiro’

Em suma, a descrição feita nesta subsecção permitiu constatar que o Chichewa apresenta três estratégias de formação de orações relativas, nomeadamente as estratégias segmentais *-méné* e *-o* e a estratégia tonal, que consiste na marcação do tom alto na marca de concordância com o sujeito lógico. Em todas as estratégias de relativização a ordem de palavras na oração relativa é REL S V.

3.4. Conclusões

No presente capítulo revimos a literatura sobre o tema em estudo, começando pela tipologia das orações relativas e morfemas relativos e abordando as relativas nas línguas Bantu. De uma forma geral, referimos que critérios sintáticos e semânticos fornecem parâmetros de descrição das construções relativas nas diferentes línguas. Em termos semânticos, as relativas podem ser restritivas ou apositivas e, em termos sintáticos, elas classificam-se em: pós-nominais, pré-nominais, correlativas e circunominais. Para marcar as orações relativas, as línguas podem usar morfemas relativos independentes, marcadores presos na estrutura (aglutinante) do verbo ou através do tom [alto ou baixo]. As estratégias de relativização também se distribuem entre as de pronome relativo, retenção pronominal (ou resuntiva), de lacuna e de não redução. As estratégias de retenção pronominal, de lacuna, correlativas e tonal são comuns nas línguas Bantu. Em termos de morfemas relativos, as línguas românicas e germânicas apresentam pronomes relativos, enquanto as línguas Bantu apresentam uma variação entre marcadores relativos segmentais, que podem consistir em morfemas fonologicamente independentes ou morfemas subnominais (clíticos) e estratégias suprasegmentais, que podem consistir em tons altos ou baixos.

A ordem de palavras varia segundo a língua, a estratégia de relativização e o tipo de antecedente. Em relação às línguas e estratégias de relativização, foi demonstrado que, na maioria das línguas Bantu, quando o marcador relativo é um elemento independente, a ordem de palavras é SVO enquanto que, quando o marcador for um clítico ou um tom (alto ou baixo), regra geral, há inversão de sujeito (i. e. a ordem passa a ser VS). Contudo, existem línguas, como é o caso do Chichewa (cf. Downing e Mtenje,

2011), em que o uso da estratégia tonal não altera a ordem SV dos constituintes da oração, ou o Cinsenga (cf. Simango, 2006), em que, sempre que o antecedente da oração for um objeto, independentemente da estratégia em uso (segmental ou não segmental) a ordem de palavras é VS.

Apresentada a variação das orações relativas nas línguas do mundo, em geral, e nas línguas Bantu, em particular, no capítulo seguinte faz-se uma análise descritiva das orações relativas em Cinyanja.

CAPÍTULO IV - ORAÇÕES RELATIVAS EM CINYANJA

4.1. Introdução

Este capítulo é dedicado à descrição das estruturas de relativização na língua Nyanja. Encontra-se dividido da seguinte forma: em primeiro lugar, é apresentada a ordem de palavras na oração relativa (em 4.2); na secção seguinte (em 4.3), são descritas as estratégias de relativização e os morfemas relativos; na secção (4.4), apresenta-se a interface fonologia-sintaxe das orações relativas do Cinyanja ;na secção (4.5), são discutidos os diferentes subtipos de orações relativas nesta língua; na penúltima secção (4.6.), descreve-se o sistema de concordância relativa em Cinyanja e, por fim, na secção 4.7., apresentam-se as conclusões do capítulo.

4.2. Ordem básica de palavras na oração relativa

Do ponto de vista da ordem básica de palavras na oração relativa, o Cinyanja pode ser assumido como uma língua de relativas pós-nominais, (i.e., aquelas em que o antecedente ocorre à esquerda e a oração relativa, à direita). A oração relativa pode ser formada através de um marcador relativo que a introduz ou pelo tom ou ainda por um marcador relativo que ocorre na posição final da oração relativa (i.e., um sufixo relativo). Observe-se os seguintes exemplos:

(1)

a. (munthu [m 'mene ndí-da-m-won-a]) (wathawa)
1pessoa 1OBJ-REL 1SUJ-PST-3SG.OBJ-ver-vf 1SUJ-fugir
'a pessoa que vi fugiu'.

b. (munthu) ([á -da -ndi -timb -a -ya]) (wathawa)
1pessoa -SUJ -PST -1SG.OBJ -bater -VF -REL SUJ-fugir
'a pessoa que me bateu fugiu'.

c. (munthu) ([ndí-da-m-won-a]) (wathawa)
1pessoa 1SUJ-PST-3SG.OBJ-ver-VF 1SUJ-fugir
'a pessoa que vi fugiu'.

Nos exemplos em (1a), (1b) e (1c) estão dadas orações relativas em Cinyanja. Nos três casos, o antecedente *munthu* 'pessoa' ocorre à esquerda, enquanto as orações relativas *mmene ndidamwona* 'que eu vi', em (1a), *ándanditimbayo* 'que me bateu', em (1b), e *ndidamwona* 'que eu vi', em (1c), ocorrem à direita. Por outro lado, em (1a), a oração é introduzida por um marcador relativo (no caso, *-mene*); na frase em (1b), o marcador relativo *-o* ocorre na posição final da oração relativa, como sufixo do verbo, enquanto em (1c) a oração relativa não contém nenhum morfema relativo segmental e a única marca de relativização consiste no tom alto na marca de concordância com o sujeito frásico na estrutura da forma verbal. No ponto a seguir, passamos a descrever cada uma dessas estratégias de relativização e os respectivos morfemas relativos.

4.3. Estratégias de relativização e morfemas relativos em Cinyanja

Os morfemas relativos podem ser compreendidos como sendo recursos (ou estratégias) linguísticos de que a língua se serve para formar orações relativas. A língua Nyanja usa recursos segmentais e suprasegmentais na formação de orações relativas. Os recursos segmentais consistem no uso do morfema *-mene*, que segue o antecedente e introduz a oração relativa, ou o morfema *-o*, que ocorre na posição final da oração relativa. Por outro lado, tal como acontece em Chichewa (Mchombo, 2004; Downing e Mtenje, 2011) a presença do marcador relativo *-mene* tem o efeito fonológico de marcar o verbo dentro da oração relativa, e os outros elementos que estiverem dentro dela, com tom alto. O uso do tom alto para identificar a configuração da oração relativa licencia a omissão do marcador relativo. Assim, a estratégia suprasegmental, em Cinyanja, consiste na omissão dos marcadores relativos segmentais e uso apenas do tom alto da marca de concordância com o sujeito na estrutura da forma verbal que é característica deste tipo de orações. Nos pontos a seguir, começaremos por descrever a estratégia *-mene* para, depois, passarmos para a estratégia do marcador *-o* e, por fim, descrevermos a estratégia tonal.

4.3.1. A estratégia de marcador relativo *-mene*

A estratégia que usa o marcador *-mene* é a mais comum em Cinyanja e a que ocorre em todos os tipos de orações, sem nenhuma restrição. Neste caso, o marcador relativo *-mene* é acompanhado por um prefixo que é um morfema que marca concordância de classe com o antecedente. A ordem de palavras na oração é REL S V, tal como ilustram os exemplos a seguir:

(2)

- a. (m`polisi [m`mene á -na -li Pa -nchito]) (wa -cokapo)
1policial 1REL 1SUJ- PST -estar LOC- serviço 1PST- sair
`o policial que estava em serviço ausentou-se`.
- b. (njinga [imene Joni wá -gul -a]) (ndi yo-fuwila)
9bicicleta 9REL 1João 1SUJ.PST -comprar -VF é OBJ-vermelha
`a bicicleta que o João comprou é vermelha`.

Os exemplos em (2) mostram que quer em relativas de sujeito (cf. 2a) quer em relativas de objeto (cf. 2b) o marcador relativo não se altera morfológicamente. O elemento que altera é o prefixo que concorda em classe com o antecedente. Tal como se pode constatar, o morfema *m-* marca concordância com o antecedente *m`polisi`* 'o policial', em (2a), e *i-* marca concordância com o antecedente *njinga`* 'bicicleta', em (2b).

4.3.2. A estratégia de morfema -o

Diferentemente da estratégia *-mene*, o marcador *-o* ocorre na posição final da oração relativa, na fronteira à direita do VP. Este marcador é também acompanhado por um morfema que marca a concordância com o antecedente. Na periferia direita do VP, o marcador *-o* é flexível em termos de posição de ocorrência. Ele tanto pode afixar-se ao verbo da oração relativa, aos argumentos internos do verbo, como aos adjuntos circunstanciais. Em todos esses contextos, o marcador ocorre na posição enclítica (posição de sufixo). Vejam-se os exemplos a seguir:

(3)

- a. (n`nyamata) ([wá -na -pit -a Kunyumbayo]) (wabwela)
1rapaz 1SUJ -PST -ir -VF LOC.casa.REL 1voltar
`o rapaz que tinha ido a casa voltou`
- b. (anthu) ([ú -da -timb -a -wo]) (athawa)
2pessoas SUJ -PST -bater -VF -REL 2fugir
`as pessoas em que bateste fugiram`
- c. (tiwana) ([ú -da -ti -gwil -a dzuloʔ]) (tafikanso)
13criancinha 1SUJ -PST -3PL.OBJ pegar -VF ontem.SREL 13voltar
`as criancinhas que pegaste ontem voltaram de novo/voltaram`
- d. (cimanga) ([mú -da -ci -won -a dzulo mumphi-kaco])
7maçaroca SUJ -PST -OBJ -ver -VF ontem LOC.pa-nela.REL
(ndi canga)
É 7meu
`a maçaroca que viram ontem na panela é minha`

Nos exemplos em (3), acima, estão dadas orações relativas formadas com recurso ao marcador relativo *-o* (enclítico relativo). Como se pode depreender, em cada uma das orações, o marcador *-o* é acompanhado por um morfema que marca concordância com o antecedente, nomeadamente: *-y*, que concorda com o NP *n`nyamata`jovem`*, em (3a); *-w*, que concorda com o NP *wanthu`pessoas`*, em (3b); *-t*, que concorda com o NP *tiwana`criancinhas`*, em (3c); e *-c*, que concorda com o NP *cimanga`maçaroca`*, em (3d). Por outro lado, é possível notar que este morfema, em todos os contextos em que ocorre, encerra a oração relativa. Na frase (3b), em que o verbo não tem argumento(s) interno(s), o marcador relativo ocorre na posição de sufixo verbal (*údantimbawo`que bateste`*). Na frase em (3a), em que há um argumento interno (*kunyumba`à casa`*), o marcador relativo ocorre como sufixo desse argumento.

Mesmo em casos de presença de adjuntos circunstanciais (cf. 3c e 3d), o marcador relativo afixa-se na posição de sufixo do último elemento da estrutura da oração relativa. Isto equivale a dizer que, se o marcador *-o* não for afixado ao último elemento da oração, se geram formas estranhas na língua. Observe-se o que acontece com as frases em (3a) e (3d), quando o marcador relativo é deslocado da sua posição canónica:

(4)

- a. *(n`nyamata) ([wá -na -pit -a -yo kunyumba]) (wabwela)
 1rapaz 1SUJ -PST -ir -VF -SREL LOC.casa 1voltar
 INT: `o rapaz que tinha ido à casa voltou`
- b. *(cimanga) ([mú- -da -ci -won -a mumphikaco dzulo])
 7maçaroca SUJ- -PST -OBJ -ver -VF LOC.panela.REL ontem
 (ndi canga)
 é 7meu
 INT: `a maçaroca que viram ontem na panela é minha`

Como se pode notar, a oração em (4a) é totalmente agramatical na língua. O marcador relativo nunca pode ser afixado à forma verbal enquanto existir um outro argumento dentro da oração relativa. Por outro lado, quando o verbo da oração tiver mais de um argumento, como em (4b) (em que está presente, para além do locativo de interioridade *mumphika`na panela`*, o advérbio de tempo *dzulo`ontem`*), a colocação do marcador relativo num argumento intermédio gera também formas agramaticais.

Outro elemento que diferencia a estratégia *-o* da estratégia *-mene* é que a estratégia do marcador *-o* só pode ser aplicada para formar orações relativas de sujeito ou orações relativas de objeto em que o

sujeito sintático não estiver realizado foneticamente na estrutura da oração em Cinyanja. Quando o sujeito estiver presente na oração, em posição pré-verbal, esta estratégia não é aplicável, tal como ilustra o exemplo em (5).

(5)

**(njinga)* (*Jon*) ([wá -na -gul -a -yo]) (*yawonongeka*)
 9bicicleta 1João SUJ -PST -comprar -VF -REL estragou-se
 INT: 'a bicicleta que o João comprou estragou-se'.

Esta estrutura em (5) mostra que, em Cinyanja, não é possível que o antecedente da oração relativa preceda imediatamente o sujeito, sem algum elemento de ligação. Este facto impossibilita que o morfema *-o*, que ocorre à direita, possa formar orações relativas quando estiver presente na oração um sujeito pré-verbal.

Para desfazer este problema, é necessário fazer-se uma inversão da ordem canónica de palavras na oração. Ou seja, deve-se, nestes contextos, inverter a ordem sujeito-verbo para verbo-sujeito (i.e. ordem VS), tal como mostra o exemplo a seguir:

(6)

(njinga) ([wá -na -gul -a *Joniyø*]) (*yawonongeka*)
 9bicicleta 1SUJ -PST -comprar -VF João.SREL estragou-se
 'a bicicleta que o João comprou estragou-se'.

Como se pode ver, se o sujeito ocorrer em posição pós-verbal, a construção passa a ser gramatical. Como o marcador relativo ocorre no final da oração, neste caso, ele passa a ocorrer como enclítico do sujeito.

Os marcadores relativos *-mene* e *-o* podem coocorrer na mesma estrutura sem afetar a gramaticalidade da oração. Nestes contextos, porque *-mene* está presente, a ordem de palavras é sempre SV. Observe-se o exemplo abaixo:

(7)

(nwana [m' mene Maliya á -ku -m -pats -a Nthociyø]) ndi wa-pa-no
 1criança 1REL Maria SUJ -PRES -OBJ -dar -VF Banana.REL é OBJ-LOC-aqui
 'a criança a quem a Maria está a dar a banana é daqui'.

Tal como o exemplo em (7) ilustra, é possível formar estruturas gramaticais em Cinyanja fazendo coocorrer os dois morfemas relativos segmentas.

4.3.3. A estratégia tonal

Tal como referimos em (2.3.2), do Capítulo II, o tom em Cinyanja pode ser baixo ou alto e é contrastivo tanto a nível lexical como a nível gramatical.

Do ponto de vista ortográfico, em Cinyanja, tal como apresentamos também em (2.3.2) do Capítulo II, o tom é marcado apenas em pares mínimos em que, pelo contexto, não seja possível fazer a distinção de significados. Nestes casos, “o tom é marcado com acento agudo sobre a sílaba portadora de tom alto e acento grave [ou sem nenhuma marcação] sobre a sílaba portadora de tom baixo” (cf. Ngunga e Faquir, 2011, p. 100).

Tal como referimos anteriormente, todos os elementos do VP nas orações relativas do Cinyanja, tal como acontece com o Chichewa, são marcados, na sua configuração, por tons altos em todas as estratégias de relativização. Contudo, e com base na regra apresentada acima (Ngunga e Faquir, 2011), nas construções relativas em Cinyanja, apenas a marca de concordância com o sujeito ou com a negação (no caso de orações relativas negativas) é que serão marcadas com o tom alto, por serem contrastivos. Os morfemas e outros elementos do VP não serão marcados com tom alto por ser a característica natural neste tipo de construções. Ou seja, o uso do tom alto no morfema de concordância com o NP sujeito ou com a negação (no caso de orações relativas negativas) deve-se ao facto de este ser contrastivo e licenciar possível omissão do marcador relativo segmental. Deste modo, em construções relativas do Cinyanja, tal como acontece em Chichewa, os marcadores relativos *-mene* ou *-o* podem ser omitidos sem alterar a interpretação relativa da frase.

Os exemplos abaixo mostram que o contraste entre tom baixo e tom alto na marca de concordância com o sujeito na estrutura do VP tem como efeito a interpretação relativa ou não relativa da frase.

(8)

- a. (mbala) (i-na-b-a somba yanga)
 9ladrão 9SUJ-PST-roubar-VF 10-peixe meu
 ‘o ladrão roubou o meu peixe’.
- b. (mbala) ([í-na-b-a somba yanga]) (yathawa)
 9ladrão 9SUJ-PST-roubar-VF 10peixe meu SUJ-fugir
 ‘o ladrão que roubou o meu peixe fugiu’.

Como se pode ver nos exemplos acima, a interpretação relativa da frase decorre da aplicação do tom alto na marca de concordância com o sujeito *-í*, em (8b), sendo que, quando o tom é baixo nessa marca, (cf. 8a), a frase é interpretada como não relativa.

Tal como acontece com a estratégia de marcador relativo *-o*, a estratégia de tom alto na marca de concordância com o sujeito também não pode ser usada para relativizar objetos quando na periferia esquerda já estiver presente o sujeito da oração. Para resolver este problema, a estratégia continua sendo a inversão da ordem sujeito-verbo para a ordem verbo-sujeito, por forma a tornar a construção gramatical. Quando o antecedente for [-animado], a inversão de sujeito é suficiente para tornar a oração gramatical e semanticamente não ambígua. Porém, quando os dois argumentos (sujeito e objeto) forem [+animados] ou [+humanos], uma simples inversão da ordem torna a oração apenas gramatical, mas semanticamente ambígua. A desambiguação, nestes casos, pode ser feita através de fatores pragmáticos ou através da derivação da raiz/radical simples do verbo anexando uma extensão verbal passiva. Observem-se os exemplos a seguir.

(9)

- a. *(njinga) (Joni) (*//wá* -na -gul -a] (ya-wonongeka)
 9bicicleta 1João 1SUJ -PST -comprar -FV 9estragar-se
 INT: 'a bicicleta que o João comprou estragou-se'.
- b. (njinga) (*//wá* -na -gul -a Joni]) (ya- wonongeka)
 9bicicleta SUJ -PST -comprar VF 1João 9- Estragar-se
 'a bicicleta que o João comprou estragou-se'.
- c. (mwana) (*//wá* -na -tut -a Joni]) (wa-li pa-no)
 1criança SUJ PST- empurrar- VF 1João SUJ-estar LOC-aqui
 INT 1: 'A criança que o João empurrou está aqui'.
 INT 2: 'A criança que empurrou o João está aqui'.
- d. (mwana) (*//wá* -na -n -tut -a Joni]) (wa-li pa-no)
 1criança SUJ PST- OBJ- -empurrar -VF 1João SUJ-estar LOC-aqui
 INT 1: 'A criança que o João empurrou está aqui'.
 INT 2: 'A criança que empurrou o João está aqui'.
- e. (mwana) (*//wá* -na -tut -idw -a ndi Joni] (wa-li pa-no)
 1criança SUJ -PST -empurrar -PASSV -VF pelo 1João 1SUJ-estar LOC-aqui
 INT única: 'A criança que foi empurrada pelo João está aqui'.

Tal como os exemplos mostram, para tornar gramatical a oração em (9a), basta a inversão de sujeito para VS (como acontece em 9b). No entanto, quando os dois argumentos forem [+animado] ou [+humano], como acontece em (9c) e (9d), mesmo com a ausência da marca de objeto na estrutura da forma verbal (cf. 9c) ou com a sua presença (cf. 9d), a construção formada apresenta alguma ambiguidade do ponto de vista da interpretação semântica. Os NPs *mwana* 'criança' e *Joni* 'João' tanto podem ser interpretados como sujeito ou como objeto da oração, fazendo com que a estrutura tenha dois significados possíveis (i.e., as orações tanto podem ser interpretadas como de sujeito ou como de objeto). A desambiguação desta estrutura pode ser possível através do próprio contexto (conhecida a entidade que praticou a ação tanto pelo locutor como pelo alocutário), ou derivando o verbo com uma extensão verbal passiva, como acontece em (9e). Quando assim acontece, o Agente, em vez de NP, passa obrigatoriamente a ser um PP.

4.3.4. A estratégia resuntiva

A estratégia resuntiva manifesta-se em orações relativas do Cinyanja através da colocação, na estrutura do VP, de uma marca de concordância com o antecedente. Por forma a melhor entendermos esta estratégia, começamos por descrever a distribuição do marcador de objeto em Cinyanja. Tal como descrito no Capítulo II, existem verbos que não exigem a presença de um marcador de objeto na estrutura do VP (como são os casos dos verbos, *kutsekula* 'abrir', *kunyamula* 'carregar', *kulemba* 'escrever') e verbos que exigem a presença de um marcador (por exemplo, *kupatsa* 'dar', *kutenga* 'levar'). Observem-se os exemplos a seguir.

(10)

- a. N`nyamata wa -na -wa -pats -a foni ana
 1jovem 1SUJ -PST -OBJ(OI) -dar -VF telefone 2criança
 Rapaz *lhes* deu telefone *as* crianças
 INT: 'O Rapaz deu telefone às crianças'
- b. *N`nyamata wa -na -pats -a foni ana
 1jovem 1SUJ -PST -dar -VF telefone 2criança
 INT: 'O rapaz deu telefone às crianças'
- c. Joni wa -lemb -a kalata
 1João 1SUJ -escrever -VF carta
 'O João escreveu uma carta'
- d. Joni wa -li -lemb -a kalata
 1João 1SUJ -OBJ (OD) -escrever -VF carta
 LIT: João *a* escreveu *a* carta
 INT: 'O João escreveu uma carta'

Os dados apresentados em (10) revelam uma variação na distribuição dos marcadores de objeto em Cinyanja. Por um lado, verbos de três lugares exigem a presença do marcador de objeto indireto (compare-se 10a e 10b), enquanto, nos de dois lugares, a presença do marcador de objeto direto é facultativa (compare-se 10c e 10d). Por outro lado, em estruturas com verbos de três lugares, apenas o último argumento (o OI) pode ser pronominalizado e a presença do marcador de objeto é obrigatória tanto em frases simples (mais detalhes ver no capítulo II deste trabalho) como em orações relativas.

O facto de, com predicados de dois lugares, a presença do marcador de objeto não ser obrigatória sugere que, com estes verbos, a marca de objeto é um pronomine incorporado, uma forma pronominal cliticizada, tal como já discutido na secção 2.6 do Capítulo II. Nesta perspetiva, nos contextos em que o objeto lexical coocorre com o marcador de objeto, estamos face ao fenómeno de redobro clítico, independentemente atestado noutras línguas, como o grego, o romeno ou certos dialetos do castelhano.

Tal como sucede com as frases simples de (10), as orações relativas de objeto que contêm predicados de dois lugares podem ou não exibir a marca de objeto, tal como se apresenta a seguir, em (11):

(11)

- a. (citseko [cimene n`sikana wá -na -tsakul -a]) (cagwa)
 7porta 7REL 1rapariga SUJ -PST -abrir -VF 7cair
 `a porta que a rapariga abriu caiu`
- b. (citseko [cimene nsikana wá -na -ci -tsekul -a]) (cagwa)
 7porta 7REL 1rapariga SUJ -PST -OBJ -abrir -VF 7cair
 LIT: `a porta que a rapariga *a* abriu caiu`
 INT: `a porta que a rapariga abriu caiu`

Na esteira de Mchombo (2004), consideramos que, em (11b), a oração relativa é resuntiva, já que que *-ci*, sendo um afixo/clítico de natureza pronominal, funciona como um pronomine resuntivo.

Por outro lado, existem construções relativas de objeto em Cinyanja que, embora a marca de objeto ocorra no complexo verbal, não são resuntivas. É o caso das construções de duplo objeto ilustradas nos exemplos abaixo.

(12) Contexto de cliticização obrigatória

- a. *(amayi [amene nsikana wá -na -pats -a foni]) (akudwala)
 1senhora 1REL 1rapariga SUJ -PST -dar -VF 9tenefone 1adoecer
 INT: `a senhora a quem a rapariga deu o telefone esta doente`
- b. (amayi [amene nsikana wá -na -wa -pats -a foni])
 1senhora 1REL 1rapariga SUJ -PST -OBJ -dar -VF 9tenefone
 (akudwala)
 1adoecer
 `a senhora a quem a rapariga deu o telefone esta doente`

Em (12) estão exemplificadas orações relativas com o verbo ditransitivo lexical *kupatsa* 'dar'. Na secção 2.6, vimos que, de uma forma geral, este tipo de verbo exige que o segundo objeto, o OI, seja invariavelmente redobrado através de um marcador de objeto. Esta propriedade aplica-se em qualquer tipo de frase e justifica a agramaticalidade de (12a) e a gramaticalidade de (12b). Estes dados revelam, assim, que as orações relativas de objeto indireto exibem o mesmo padrão que as orações em que não há relativização no sentido em que o argumento com a função de objeto indireto é obrigatoriamente redobrado por um afixo quer esteja relativizado quer não. O carácter obrigatório deste afixo sugere que se trata de um morfema de concordância e não de um afixo pronominal, pelo que não consideramos que, neste caso, a relativa seja de tipo resuntivo.

Nesta secção sobre as estratégias de relativização e morfemas relativos, referimos que, no caso dos marcadores segmentais, tanto o marcador relativo *-mene*, que introduz a oração relativa, como o marcador *-o*, que ocorre na posição de sufixo no final da oração, são acompanhados por prefixos, que são morfemas que estabelecem concordância de classe com o antecedente. Em todos os casos, o morfema que se afixa ao marcador relativo varia conforme a classe nominal a que pertence o antecedente.

A tabela a seguir apresenta os morfemas que se afixam a cada um dos marcadores relativos segmentais (*-mene* e *-o*), de acordo com classe nominal do antecedente.

Classe	Prefixo(s)	Gênero	Prefixo(s) do marcador (-mene)	Prefixo(s) do marcador (-o)
1	mu - /∅/	Singular de 2	m-	-y-
2	a-	Plural de 1	a-	-w-
3	mu-	Singular de 4	u-	-w-
4	mi-	Plural de 3	ya-/a-	-y-
5	di-/dzi-/∅/	Singular de 6	li-	-l-
6	ma-	Plural de 5 e 11	a-	-w-
7	ci-	Singular de 8	ci-	-c-
8	zi-	Plural de 7	zi-	-z-
9	N-	Singular de 10	i-	-y-
10	N-	Plural de 9	zi-	-z-
11	lu-	Singular de 6	li-	-l-
12	ka-	Singular de 13	ka-	-k-
13	ti-	Plural de 12	ti-	-t-
14	wu-	Substancias	u-	-w-
15	ku-	Infinitivo	ku-	-k-
16	pa-	Locativo	pa-	-p-
17	ku-	Locativo	ku-	-k-
18	mu-	Locativo	m-	-m-

Tabela 5: prefixos de marcadores relativos segmentais em Cinyanja

4.4. Interface fonologia e prosódia nas orações relativas do Cinyanja

As orações relativas do Cinyanja são caracterizadas por uma quebra prosódica definida por uma pausa mais ou menos prolongada que marca fronteiras dentro e fora da oração. A forma como as pausas são demarcadas numa construção que contém um NP com oração relativa varia de acordo com a estratégia de relativização e morfemas relativos envolvidos nesta língua. Observem-se as frases (3) agora repetidas em (13) abaixo, com a demarcação das quebras prosódicas. Nestes exemplos, os parênteses marcam a quebra/pausa prosódica e os colchetes marcam o início e o fim da oração relativa.

Em orações formadas através do marcador relativo *-mene* (cf. 13a), o antecedente e a oração relativa formam um único sintagma prosódico. Ou seja, a oração é pronunciada sem a quebra/pausa a partir do antecedente até ao final da oração relativa. No final da oração relativa, há uma quebra/pausa que separa a oração dos outros elementos da frase matriz. Nos casos de coocorrência entre os marcadores *-mene* e *-o*, a quebra prosódica acontece (à direita) apenas no constituinte que contém o marcador *-o* (cf. 13b). Nas orações relativas formadas com recurso ao marcador relativo *-o* a quebra/pausa prosódica efetua-se em diferentes posições (cf. 13c, 13d, 13e, 13f): primeiro, de modo diferente do que acontece com a estratégia *-mene*, em todos os contextos em que a estratégia de marcador *-o* é aplicada, o antecedente separa-se da oração relativa através de uma quebra/pausa prosódica; segundo, existe sempre uma quebra/pausa prosódica do constituinte que contém o marcador *-o* e, terceiro, se depois da quebra prosódica demarcada pela presença do marcador *-o* ocorrerem outros termos que fazem parte da oração relativa (como é o caso dos adjuntos circunstanciais), tal como acontece com a construção em (13f), esses termos são separados dos outros elementos da estrutura através de quebras prosódicas, sendo que este terceiro caso é pouco aceitável na língua. Por fim, em construções relativas tonais (quando *-mene* e *-o* são omitidos), tal como se ilustra no exemplo em (13g), há uma quebra/pausa prosódica entre o antecedente e a oração relativa e uma outra quebra/pausa que marca o fim da oração e a separa de outros elementos externos. A não observância desta interface entre a sintaxe e a fonologia, em termos de regras prosódicas, pode gerar formas não atestadas na língua, tal como acontece em (13h).

(13)

- | | | | | | | | | |
|----|---------------------------------------|---------|------|------|------|-----|--------------|-----------|
| a. | (n`nyamata | [m`mene | wá | -na | -pit | -a | kunyumba]) | (wabwela) |
| | 1rapaz | 1REL | 1SUJ | -PST | -ir | -VF | LOC.casa | 1voltar |
| | `o rapaz que tinha ido à casa voltou` | | | | | | | |
| b. | (n`nyamata | [m`mene | wá | -na | -pit | -a | kunyumbayo]) | (wabwela) |
| | 1rapaz | 1REL | 1SUJ | -PST | -ir | -VF | LOC.casa.REL | 1voltar |
| | 'o rapaz que tinha ido à casa voltou` | | | | | | | |

- c. (n`nyamata) ([wá -na -pit -a Kunyumbayɔ]) (wabwela)
 1rapaz 1SUJ -PST -ir -VF LOC.casa.SREL 1voltar
- `o rapaz que tinha ido à casa voltou`
- d. (wanthu) ([ú -da -wa -timb -a -wo]) (wathawa)
 2pessoa SUJ -PST 2OBJ -bater -VF -SREL 2fugir
- `as pessoas em que bateste fugiram`
- e. (tiwana) ([ú -da -ti -gwil -a dzulo tɔ]) (tafikanso)
 13criancinha SUJ -PST -OBJ -pegar -VF ontem.SREL 13voltar
- `as criancinhas que pegaste ontem voltaram de novo/voltaram`
- f. ?(cimanga) ([mú -da -ci -won -a dzulo ɔ]) (mumphiká])
 7maçaroca SUJ -PST -OBJ -ver -VF ontem.SREL LOC.pa-nela.
 (ndi canga)
 é 7minha
- `a maçaroca que viram ontem na panela é minha`
- g. (cimanga) ([mú -da -ci -won -a dzulo mumphika])
 7maçaroca 2SUJ -PST -OBJ -ver -VF ontem LOC.pa-nela
 (ndi canga)
 é 7minha
- `a maçaroca que viram ontem na panela é minha`
- h. ???(n`nyamata) [wá -na -pit -a Kunyumba]) (wabwela)
 1rapaz 1SUJ -PST -ir -VF LOC.casa 1voltar

INT: `o rapaz que tinha ido à casa voltou`

Apresentadas as estratégias de relativização e morfemas relativos, assim como a prosódia nas orações relativas, na secção a seguir passamos a descrever os subtipos de orações relativas da língua Nyanja.

4.5. Subtipos de orações relativas em Cinyanja

Neste ponto descrevem-se os subtipos de orações relativas manifestadas na língua. Começaremos por descrever os tipos semânticos para depois passarmos aos tipos sintáticos. Nos tipos semânticos, diferenciaremos as relativas restritivas das relativas apositivas em (4.5.1). Nos subtipos sintáticos, em (4.5.2), analisaremos as posições da Hierarquia de Acessibilidade (HA) que podem ser relativizadas nesta língua; descreveremos as relativas livres ou sem antecedente em (4.5.3) e analisaremos as orações relativas locativas em (4.5.4).

4.5.1. Subtipos semânticos de orações relativas em Cinyanja

Tal como acontece em muitas línguas do mundo, de uma forma geral, e nas línguas bantu, em particular, em Cinyanja, as orações relativas podem ser restritivas ou apositivas. As orações apositivas constituem um comentário acerca de uma expressão nominal antecedente (i.e. uma informação adicional, mas não essencial, sobre o antecedente) e as orações relativas restritivas controlam o domínio de referência da expressão nominal antecedente (cf. Jolkesky, 2008; Alexandre; 1998/2005; Brito, 1988).

Do ponto de vista segmental, as relativas apositivas não são distintas das restritivas. Observem-se os exemplos abaixo:

(14)

a.	(bukhu	[limene	Joni	wá	-ma	-li	-kond	-a])	(la-
	5livro	5REL	João	1SUJ	-PST	-9OBJ	-gostar	-VF	OBJ-
	tayik-	a)							(restritiva)
	perder-	VF							

‘o livro de que o João gosta perdeu-se’.

b.	(Joni),	([m`mene	sá	-ma	-kond	-a	Kuwelenga]),	(wa-	gula
	João	1REL	-NEG	-PST	-gostar	-VF	ler	SUJ-	comprar
	bukhu)								(apositiva)
	5livro								

‘o João, que não gostava de ler, comprou livro’.

Tal como os exemplos mostram, a oração em (14a) restringe o universo de referência do NP *bukhu* ‘livro’, tal que não pode ser omissa. Já em (14b), a oração apositiva *m`mene sankakonda kuwelenga* ‘que não gostava de ler’ constitui apenas um comentário acerca do antecedente, de tal modo que, conforme argumenta Chimbutane (1995), pode ser omitida sem afetar a interpretação da construção de base (*Joni wagula bukhu* ‘o João comprou livro’).

Contudo, em termos de estratégias de formação, em Cinyanja, nas orações relativas apositivas, o marcador relativo *-mene* não pode ser omitido, mesmo em contextos de coocorrência com o sufixo relativo *-o*. Ou seja, a estratégia segmental *-mene* é a única válida para a formação de orações relativas apositivas nesta língua (comparar 15b com 15c). Do ponto de vista prosódico, as orações apositivas também diferem das restritivas, porque, nas apositivas, o antecedente é sempre separado da oração relativa por meio de uma quebra prosódica independentemente da estratégia em uso (comparar 15a com 15b e 15e).

(15)

- a. (bukhu [imene Joni wá -gul -a]) (ndi ili) (restritiva)
5livro 5REL João 1SUJ -comprar -VF é este
- ‘o livro que o João comprou é este’.
- b. (Joni), ([m´mene sá -nka -kond -a Kuwelenga]), (wa- gul-
João 1REL NEG -PST -gostar -VF ler 1SUJ comprar-
á bukhu) (apositiva)
VF 5livro
- ‘O João, que não gostava de ler, comprou um livro’
- c. *(Joni), _____ ([sá -nka -kond -a Kuwelenga]), (wa- gul-
João NEG -PST -gostar -VF ler 1SUJ comprar-
á bukhu) (?apositiva)
VF 5livro
- INT: ‘O João, que não gostava de ler, comprou um livro’
- d. *(Joni), _____ ([sá -nka -kond -a Kuwelengayo]), (wa- gul-
João NEG -PST -gostar -VF Ler.REL 1SUJ comprar-
a bukhu) (?apositiva)
VF 5livro
- INT: ‘O João, que não gostava de ler, comprou um livro’
- e. ???(Joni, [m´mene sa -nka -kond -a Kuwelenga]), (wa- gul-
João 1REL NEG -PST -gostar -VF ler 1SUJ comprar-
á bukhu) (?apositiva)
VF 5livro
- INT: ‘O João, que não gostava de ler, comprou um livro’

Os exemplos acima mostram que uma oração relativa apositiva bem formada em Cinyanja é aquela que apresenta uma quebra/pausa entre o antecedente e a oração relativa, para além da quebra que delimita a oração dos outros elementos da estrutura, e que tem o marcador *-mene* foneticamente realizado (cf. 15b). Este marcador relativo (*-mene*) não pode ser omitido na estrutura. A sua omissão gera formas agramaticais (cf. 15c), mesmo que, na posição interna, ocorra o marcador *-o* (cf. 15d). Por outro lado, a quebra/pausa entre o antecedente e a oração relativa deve ser obrigatoriamente realizada. Caso contrário, gera-se também formas estranhas na língua (cf. 15e). Este facto assemelha-se com o que sucede em inglês, pois, nesta língua, conforme refere Vieira (2010) as orações relativas de *that* (ou sem complementador) não podem ser apositivas, o que justifica a agramaticalidade de (16b) abaixo:

(16)

- a. John, who is Mary's father, just left ' John, que é o pai de Mary, acabou de sair ' .
- b. *John, that is Mary's father, just left INT: ' John, que é o pai de Mary, acabou de sair '

4.5.2. Subtipos sintáticos de orações relativas em Cinyanja

Do ponto de vista sintático, pode dizer-se que, em Cinyanja, podem ser relativizadas as posições de Sujeito e de Objetos na Hierarquia de Acessibilidade (HA). Na posição de objeto, é possível distinguir as orações relativas de objeto direto das orações relativas de objeto indireto. As relativas de objeto indireto apresentam-se como construções de Duplo Objeto. Porque o equivalente às preposições *em, a, para, sobre*, entre outras, do português, são, por vezes, realizadas em Cinyanja como locativos de situacionalidade, direcional e de interioridade, respetivamente, *pa-, ku e mu-*, um outro subtipo sintático de oração relativas importante nesta língua constitui o das orações relativas locativas. Assim, nesta secção, descreveremos as orações relativas de sujeito, as orações relativas de objeto direto, as orações relativas de objeto indireto, as orações relativas sem antecedente e, por fim, as orações relativas locativas.

4.5.2.1. Orações relativas de Sujeito

Neste tipo de orações, o antecedente desempenha a função sintática de sujeito. As orações relativas de sujeito em Cinyanja não apresentam restrições em termos de seleção de estratégia/morfemas relativos para a sua formação. Ou seja, este tipo de orações pode ser formado tanto com recurso aos marcadores relativos segmentais (*-mene* e *-o*), como através da estratégia tonal. O uso de qualquer estratégia de relativização não afeta o padrão estrutural da oração. Vejam-se nos exemplos abaixo.

(17)

- a. (n`nyamata [m`mene wá -na -pit -a kumunda]) (wabwela)
1rapaz 1REL 1SUJ -PST -ir -VF LOC.machamba 1voltar
'o rapaz que tinha ido à machamba voltou '
- b. (n`nyamata [m`mene wá -na -pit -a kumundayo]) (wabwela)
1rapaz 1REL 1SUJ -PST -ir -VF LOC.casa.REL 1voltar
'o rapaz que tinha ido à machamba voltou '
- c. (n`nyamata) ([wá -na -pit -a kumundayo]) (wabwela)
1rapaz 1SUJ -PST -ir -VF LOC.casa.REL 1voltar
'o rapaz que tinha ido à machamba voltou '
- d. (n`nyamata) ([wá -na -pit -a kumunda]) (wabwela)
1rapaz 1SUJ -PST -ir -VF LOC.casa voltar
'o rapaz que tinha ido à machamba voltou '

Os exemplos em (17) demonstram orações relativas de sujeito formadas através das estratégias disponíveis em Cinyanja. Como se pode constatar, a oração relativa de sujeito pode ser formada com recurso ao morfema relativo segmental *-mene* (cf. 17a); através do morfema relativo segmental *-o* (cf. 17c); fazendo coocorrer os dois morfemas segmentais *-mene* e *-o* (17b) ou ainda omitindo os morfemas segmentais e deixando apenas o tom alto na marca de concordância com SUJ (cf. 17d).

A única diferença entre as orações relativas de sujeito com recurso às diferentes estratégias em Cinyanja prende-se com o facto de que, quando a oração relativa for formada através da estratégia *-mene* ou fazendo coocorrer *-mene* e *-o*, não há uma quebra fonológica entre o antecedente e a oração relativa (cf. 17a e 17b). Mas, quando as orações relativas são formadas com recurso ao marcador relativo *-o* ou à estratégia tonal, há uma quebra fonológica entre o antecedente e a oração relativa (cf. 17c e 17d).

4.5.2.2. Orações relativas de objeto direto

As orações relativas de objeto direto são aquelas em que o antecedente tem a função sintática de objeto direto. Este tipo de orações também pode ser formado com recurso às três estratégias disponíveis em Cinyanja, mas, de modo diferente do que acontece com as orações de sujeito, as de objeto apresentam restrições, tal como ilustram os exemplos a seguir:

(18)

- a. (njinga [imene Joni wá -gul -a]) (ndi yofuwila)
 9bicicleta 9REL João SUJ.PST -comprar -VF é 9vermelha
 'a bicicleta que o João comprou é vermelha'
- b. (njinga [imene Joni wá -gul -a -yo]) (ndi yofuwila)
 9bicicleta 9REL João SUJ.PST -comprar -VF -9REL é 9vermelha
 'a bicicleta que o João comprou é vermelha'
- c. *(njinga) Joni [wá -gul -a]) (ndi yofuwila)
 9bicicleta João SUJ.PST -comprar -VF é 9vermelha
 INT: 'a bicicleta que o João comprou é vermelha'
- d. *(njinga) ([Joni wá -gul -a -yo]) (ndi yofuwila)
 9bicicleta João SUJ.PST -comprar -VF -9REL é 9vermelha
 INT: 'a bicicleta que o João comprou é vermelha'

Em (18), estão exemplificadas orações relativas de objeto direto em Cinyanja. Do ponto de vista fonológico, verifica-se que, quando a estratégia de pronome *-mene* é aplicada (cf. 18a), mesmo que *-mene* coocorra com *-o* (cf. 18b), não há quebra prosódica entre o antecedente e a oração relativa. Mas, quando *-o* ou a estratégia tonal são aplicadas, há uma quebra prosódica entre o antecedente e a oração relativa. Os exemplos também revelam que, em Cinyanja, não é possível formar orações relativas de objeto com recurso ao marcador *-o* ou omitindo os marcadores segmentais (estratégia tonal) quando o NP sujeito lógico estiver foneticamente realizado e ocupando a sua posição canónica (sujeito pré-verbal). Este facto explica a agramaticalidade das orações em (18c e 18d).

Para resolver-se estas restrições, duas estratégias podem ser adotadas, nomeadamente: (i) invertendo a ordem canónica sujeito-verbo para verbo-sujeito, como nos exemplos (19a e 19b) ou (ii) omitindo o sujeito da oração (sujeito subentendido), tal como nos exemplos em (19c e 19d):

(19)

(i) Inversão de sujeito

a.	(njinga)	([wá	-gul	-a	Joni	-yo//	(ndi	yofuwila)
	9bicicleta	SUJ.PST	-comprar	-VF	João	-9SREL	é	9vermelha

` a bicicleta que o João comprou é vermelha ´

b.	(njinga)	([wá	-gul	-a	Joni])	(ndi	yofuwila)
	9bicicleta	SUJ.PST	-comprar	-VF	João	é	9vermelha

` a bicicleta que o João comprou é vermelha ´

(ii) Omissão de sujeito/sujeito subentendido

c.	(njinga)	([wá	-gul	-a	yo//)	(ndi	yofuwila)
	9bicicleta	SUJ.PST	-comprar	-VF	9REL	é	9vermelha

` a bicicleta que comprou é vermelha ´

d.	(njinga)	([wá	-gul	-a])	(ndi	yofuwila)
	9bicicleta	SUJ.PST	-comprar	-VF	é	9vermelha

` a bicicleta que comprou é vermelha ´

Os exemplos em (19), permitem ver que, invertendo a ordem canónica de palavras (cf. 19a e 19b) ou formando construções de sujeito subentendido (cf. 19c e 19d), é possível formar orações relativas gramaticais com recurso aos morfemas *-o* ou tonal de objeto em Cinyanja. Quando a inversão da ordem para verbo-sujeito acontece, o marcador relativo *-o* deve afixar-se ao sujeito na posição pós-verbal (cf. 19a).

4.5.2.3. Orações relativas de objeto indireto

Temos uma oração relativa de objeto indireto quando o constituinte modificado exerce a função sintática de objeto indireto. Como os argumentos internos do verbo em Cinyanja se realizam como construções de Duplo Objeto, então o OI é um NP. Este subtipo de orações relativas é morfossintaticamente mais complexo que os outros subtipos de orações, por, geralmente, requerer um afixo no verbo que concorde com o antecedente. Para além disso, os dois NPs pós-verbais comportam-se de maneiras diferentes em relação à relativização. Observem-se os exemplos abaixo.

(20)

- a. (nkhuku [zimene Maliya wa -zi -pats -a
 10galinha 9REL Maria 1SUJ -100BJ(OI) -dar -VF
 zimanga]) (zathawa)
 8milho 9fugir
 ‘as galinhas às quais a Maria deu o milho fugiram’
- b. *(nkhuku [zimene Maliya wá -pats -a zimanga])
 10galinha 9REL Maria 1SUJ -dar -VF 8milho
 (zatháwá)
 9fugir
 INT: ‘as galinhas às quais a Maria deu o milho fugiram’
- c. *(nkhuku Maliya [wá -zi -pats -a zimanga])
 10galinha Maria 1SUJ -100BJ(OI) -dar -VF 8milho
 (zathawa)
 9fugir
 INT: ‘as galinhas às quais a Maria deu o milho fugiram’
- d. (nkhuku) ([wá -zi -pats -a zimanga
 10galinha 1SUJ -100BJ(OI) -dar -VF 8milho
 Maliya-zo]) (zathawa)
 Maria-REL 9fugir
 ‘as galinhas às quais a Maria deu o milho fugiram’
- e. (nkhuku) ([wá -zi -pats -a zimangozo])
 10galinha 1SUJ -100BJ(OI) -dar -VF 8milho-REL
 (zathawa)
 9fugir
 ‘as galinhas às quais (ele) deu o milho fugiram’

Os exemplos acima mostram que, do ponto de vista prosódico, as orações relativas de objeto indireto não diferem das de sujeito e das de objeto direto. Contudo, geralmente, as orações relativas de objeto

indireto, tal como acontece em frases simples com verbos ditransitivos lexicais, exigem que uma marca de objeto, que é correferente ao antecedente (cf. 20a, em que *-zi* é o morfema de classe que concorda com o antecedente *nkhuku* 'galinhas'), ocorra no complexo verbal em Flex (ou Infl). A omissão dessa marca pode gerar formas agramaticais (cf. 20b). Essa característica distingue as orações relativas de objeto indireto das de objeto direto (compare-se 20b e 19a).

Por outro lado, tal como acontece com as orações de objeto direto, não parece possível formar orações relativas de objeto indireto através dos marcadores *-o* e tonal com sujeito presente na sua posição canónica (coocorrendo em posição de adjacência com o antecedente). Este facto explica a agramaticalidade de (20c). Nestes casos, a inversão da ordem ou a omissão do sujeito continuam sendo as saídas. No caso de haver inversão do sujeito, o marcador relativo *-o* afixa-se ao sujeito (cf. 20d). Se se omitir o sujeito, então o marcador *-o* afixa-se ao objeto direto da oração (cf. 20e).

4.5.3. Orações relativas sem antecedente

As orações relativas sem antecedente, ou livres, são aquelas em que o antecedente não se encontra expresso na estrutura da oração. A língua Nyanja permite a formação de orações relativas deste tipo. Do ponto de vista prosódico, em Cinyanja, a primeira quebra prosódica é sempre aquela que marca, à direita, o fim da oração relativa.

Por um lado, a estratégia segmental (a do marcador *-mene*) pode ser usada para formar tanto orações relativas sem antecedente de sujeito como de objetos, tal como ilustram os exemplos abaixo:

(21)

- | | | | | | | |
|----|--|----------|----------|---------------|----------|----------------------|
| a. | ([<i>amene</i> | á | -maliz | -e | nchito]) | (angathe) |
| | 2REL | 2SUJ.FUT | -acabar | -FUT | trabalho | 2poder |
| | (kutulika) | | | | | (OR-Sujeito) |
| | sair | | | | | |
| | `aqueles que concluírem o trabalho podem sair` | | | | | |
| b. | ([<i>cimene</i> | Petulo | wá | -ci | -on | -a]) |
| | 7REL | Pedro | 1SUJ.PST | -OBJ (OD) | -ver | -VF |
| | (n`colemela) | | | | | (OR-Objeto Direto) |
| | é pesado | | | | | |
| | `aquilo que o Pedro viu é pesado` | | | | | |
| c. | ([<i>amene</i> | Petulo | wá | -wa | -pats | -a nchito]) |
| | 2REL | Pedro | 1SUJ.PST | -3PL.OBJ (OI) | -dar | -VF trabalho |
| | (abwela) | | | | | (OR-Objeto Indireto) |
| | 2vir | | | | | |
| | `aqueles a quem o Pedro deu trabalho vieram` | | | | | |

Por outro lado, as orações relativas sem antecedente não podem ser formadas com recurso à estratégia não segmental (tonal). Vejam-se os exemplos a seguir:

(22)

- a. ???([á -maliz -e nchito]) (angathe) (kutulika)
 2SUJ.FUT -acabar -FUT trabalho 2poder sair
 INT: `aqueles que concluírem o trabalho podem sair`
- b. *([Petulo wá -ci -on -a]) (n`colemela)
 Pedro 1SUJ.PST -OBJ (OD) -ver -VF é pesado
 INT: `aquilo que o Pedro viu é pesado`
- c. *([Petulo wá -wa -pats -a nchito])
 Pedro 1SUJ.PST -OBJ (OI) -dar -VF trabalho
 (abwela)
 2vir
 `aqueles a quem o Pedro deu trabalho vieram`

Os exemplos mostram que a estratégia tonal, apenas, não pode ser usada para formar orações relativas sem antecedente de sujeito (cf. 22a) e muito menos para orações relativas de objeto direto e objeto indireto (cf. 22b e 22c). Contudo, é possível formar orações relativas sem antecedente nesta língua combinando o tom e o marcador *-o* (o sufixo relativo) que ocorre no final da oração. Observem-se os exemplos a seguir:

(23)

- a. ([á -meliz -e nchito ω]) (angathe) (kutulika)
 2SUJ.FUT -acabar -FUT trabalho.SREL 2poder sair
 `aqueles que concluírem o trabalho podem sair`
- b. ([wá -ci -on -a Petulo ω]) (n`colemela)
 1SUJ.PST -OBJ (OD) -ver -VF Pedro.REL é pesado
 `aquilo que o Pedro viu é pesado`
- c. ([wá -wa -pats -a nchito Petulo ω])
 1SUJ.PST -3PL.OBJ (OI) -dar -VF trabalho Pedro.REL
 (abwela)
 2vir
 `aqueles a que o Pedro deu trabalho vieram`

Os exemplos em (23) mostram que é possível formar orações relativas sem antecedente combinando o tom e o marcador relativo *-o*. Esta característica justifica-se pelo facto de o marcador *-o* ser sempre acompanhado por um morfema que: (i) concorda com as marcas de sujeito, OD ou OI no complexo

verbal da oração “*á.....-w*” (em 23a); “*cí.....-c*” (em 23b) e “*wá.....-w*” (em 23c) e (ii) recupera os traços do antecedente não realizado na estrutura, em termos de gênero e classe suprimindo assim as lacunas deixadas pelo morfema de concordância que acompanha o marcador relativo *-mene*. Porém, para que seja possível usar esta estratégia para formar orações relativas de objetos (tanto diretos como indiretos), é necessário recorrer-se à inversão de sujeito (cf. 23b e 23c).

4.5.4. Orações relativas locativas

Como se referiu em capítulos anteriores, em Cinyanja os locativos são prefixos e estão distribuídos em três (3) classes, nomeadamente: classe 16 *pa-* (locativo situacional); classe 17 *ku-* (locativo direcional) e a classe 18 *mu-* (locativo de interioridade). As orações relativas locativas realizam-se quando o constituinte modificado (o antecedente) é um locativo ou está associado a uma expressão locativa. Na língua Nyanja, pode-se formar orações relativas locativas com recurso às 3 classes e às diferentes estratégias de relativização, tal como ilustram os exemplos abaixo:

(24)

- a. (ti-na-khala) (pa-luwala) [*pa-mene* pá -na -li ana])
 2.PASS-sentar LOC-pátio LOC.REL 16LOC -PST -estar 2crianças
 ‘sentámo-nos no pátio onde estavam as crianças’
- b. (ku-nyumba) [*ku-mene* malume á -na -ndi -tum]
 LOC-casa 17LOC.REL tio SUJB -PST -1SG.OBJ -mandar
 a]) (n`-ku-tali)
 VF LOC-longe
 ‘a casa onde o tio me mandou fica longe’
- c. (ndi-na-pita) (ku-yumba) [*ku-mene* kú -na -li ukwati])
 1-PASS-ir LOC-casa 17LOC.REL LOC -PASS -haver casório
 ‘fui para a casa onde havia casório’
- d. (wana) (a-na-lowá) (n`-kalasi) [*m`mene* mú -na -li]
 2crianças SUJ-PST-entrar 18LOC-sala 18LOC.REL LOC -PASS -estar
 aphunzitsi md)
 1professor
 ‘as crianças entraram na sala em que estava o professor’
- e. (ndi-na-pita) (ku-nyumba) ([kú -na -li ukwati] kd)
 1-PST-ir 17LOC-casa 17LOC -PST -haver casório-LOC-SREL
 ‘fui para a casa em que havia casório’

f.	(ti-na-khala)	(pa-luwala)	([pá	-na	-li	ana])		
	2.PST-sentar	16LOC-pátio	16LOC	-PST	-estar	1crianças		
	`sentámo-nos no pátio em que estavam as crianças`							
g.	(ndi-na-pita)	(ku-nyumba)	([á	-na	-ndi	-tum	-a	
	1-PST-ir	17LOC-casa	SUJ	-PST	-OBJ	-mandar	-VF	
	malume])							
	1tio							
	`fui para a casa onde o tio me mandou`							

Os exemplos mostram-nos que as orações relativas locativas em Cinyanja podem ser formadas nas 3 classes locativas existentes nesta língua, nomeadamente: através do locativo situacional (cf. 24a); direcional (cf. 24b) e de interioridade (cf. 24d), e com recurso a todas as estratégias de relativização existentes nesta língua, designadamente: as estratégias do marcador *-mene* (cf. 24a, 24b, 24c e 24d); do marcador *-o* (cf. 24e) e a estratégia tonal (cf. 24f e 24g). Tal como acontece com os outros subtipos de orações relativas, para formar orações relativas tonais de objeto, com sujeito realizado foneticamente na estrutura, é necessário recorrer-se à estratégia de inversão de sujeito (cf. 24g).

Nas orações relativas locativas, o antecedente que contém o morfema locativo desencadeia um sistema de concordância com os restantes elementos da oração. Os marcadores relativos segmentais concordam com o antecedente em termos de classe. Contudo, em orações de objeto, com sujeito pré-verbal realizado na estrutura, a flexão da oração relativa concorda com o sujeito da frase subordinada apenas (cf. 24b).

Do ponto de vista prosódico, à direita, tal como acontece com os outros subtipos de orações relativas, a fronteira/quebra prosódica, é demarcada no final da oração relativa.

Tal como os exemplos abaixo mostram, em (25a), temos uma oração relativa locativa cuja ordem de palavras é REL S VO. Em (25b), em que a oração relativa é formada através da estratégia tonal e, por conseguinte, há inversão de sujeito, a ordem de palavras na oração relativa é VOS. Em (25c), está presente o marcador de OBJ e a ordem de palavras é VSO. Com efeito, a ordem VSO só é possível quando houver um clítico OBJ em Flex, o qual concorda com o objeto. No Capítulo VI, regressaremos a este ponto.

(25)

a.	(Pamalo	[pamene	abambo	á	-ph	-a	mbuzi])	(ndi)	patali
	LOC.lugar	LOC.REL	1pai	1SUJ.PST	-matar	VF	9cabrito	é	LOC.longe
	`o lugar onde o papa matou o cabrito é longe`								

- b. (Pamalo) ([á -ph -el -a mbuzi abambo]) (ndi) patali
 LOC.lugar 1SUJ.PST -matar -APPL VF 9cabrito 1pai é LOC.longe
 'o lugar onde o papa matou o cabrito é longe'
- c. (Pamalo) ([á -yi -ph -el -a abambo mbuzi]) (ndi) patali
 LOC.lugar 1SUJ.PST -OBJ -matar -APPL VF 1pai 9cabrito é LOC.longe
 'o lugar onde o papa matou o cabrito é longe'

A tabela a seguir sistematiza as estratégias de relativização e os morfemas relativos manifestados nos vários subtipos de orações relativas da língua Nyanja descritos.

Relativização	Recursos básicos (2)	Tipologia	Estratégias de relativização	Morfemas relativos
	Morfemas segmentais	Restritivas (subtipos da HA; livres e locativas	Marcador relativo resumptiva	<i>-mene</i> -o Coocorrência: <i>-mene</i> + -o
		Apositivas	Marcador relativo	<i>-mene</i>
	Supra/autossegmentais	Restritivas (todas)	Tonal	Tom alto na marca de SUJ no complexo verbal da oração relativa

Tabela6: síntese das estratégias de relativização e morfemas relativos em Cinyanja.

4.6. O sistema de concordância relativa em Cinyanja

O Cinyanja, como outras línguas Bantu, tem uma morfologia verbal complexa (aglutinante). Esta característica permite que, numa frase, o verbo apresente, para além de informações referentes ao tempo, aspeto, pessoa e género, morfemas que desencadeiam um sistema de concordância com outros elementos da estrutura. As orações relativas do Cinyanja apresentam uma variação quanto ao tipo de concordância que desencadeiam. Os exemplos em (26), a seguir, descrevem essa variação.

(26)

- a. (N`nyamata [m`mene wá -na -pit -a kumunda]) (wabwela)
 1jovem 1REL 1SUJ -PST -ir -VF LOC.machamba 1voltar
 'o rapaz que tinha ido à machamba voltou'
- b. *(N`nyamata [m`mene — -na -pit -a kumunda]) (wabwela)
 1jovem 1REL — -PST- -ir -VF LOC.machamba 1voltar
- c. (njinga [imene Joni wá -gul -a -yo]) (ndi yofuwila)
 9bicicleta 9REL João SUJ.PST -comprar -VF -REL é 9vermelha
 'a bicicleta que o João comprou é vermelha'

- d. *(njinga [— -yi -gul -a Joni]) (ndi yofuwila)
 9bicicleta — OBJ- -comprar -VF João é 9vermelha
 INT: `a bicicleta que o João comprou é vermelha`
 INT: `o rapaz que tinha ido à machamba voltou`
- e. ???(nkhuku [zimene Maliya wá -pats -a zimanga]) (zathawa)
 10galinha 10REL Maria 1SUJ -dar -VF 8milho 10fugir
 INT: `as galinhas às quais a Maria deu o milho fugiram`
- f. ???([améné Petulo wá -pats -a nchito]) abwela
 2REL Pedro 1SUJ -dar -VF trabalho 2vir
 INT: `aqueles a quem o Pedro deu o trabalho vieram`

Em todas as orações relativas desta língua (de qualquer estratégia e tipo) existe sempre uma marca de concordância com o sujeito lógico. Esta marca constitui o primeiro morfema (prefixo) do complexo verbal da oração afirmativa. Assim, por exemplo, as orações em (26b) e (26d) são agramaticais pelo facto de ter sido omitido o morfema de concordância com o sujeito na estrutura do complexo verbal. Em orações relativas do sujeito, tanto o marcador relativo *-mene* como o verbo concordam com ele por ostentar, cumulativamente, os estatutos de NP sujeito lógico da oração relativa e de antecedente (cf. 26a). Igualmente, em todas as orações relativas formadas com recurso ao marcador relativo segmental *-mene*, existe uma marca de concordância com o antecedente (em primeira instância) que é o morfema que se afixa/acompanha o marcador relativo.

Até aqui, pode dizer-se que as orações relativas que não são de sujeito e são formadas pelo marcador relativo segmental *-mene* em Cinyanja apresentam marcas de concordância tanto com o sujeito como com o antecedente, o que significa que, este tipo de orações, dentro da classificação de Henderson (2007), é do tipo 1.

As orações relativas formadas através do marcador relativo *-o* (o sufixo relativo) também podem ser consideradas como sendo do tipo 1. Nas orações relativas com verbos que não exigem a cliticização obrigatória, o verbo concorda com o sujeito lógico enquanto o marcador *-o* apresenta marca de concordância com o antecedente, tal como em (27a). Nas orações com verbos que exigem a cliticização obrigatória, o verbo exhibe marcas de concordância com o sujeito lógico e com o antecedente enquanto o marcador *-o* concorda também com o antecedente, tal como em (27b) a seguir.

(27)

- a. (njinga) ([wá -gul -a joni -yo]) (ndi wofuwila)
 9bicicleta 1SUJ.PST -comprar -VF 1João -9REL é vermelha
 `a bicicleta que o João comprou é vermelha`

- b. (akazi) ([wá -wa -pats -a foni Joni -wo])
 2rapariga 1SUJ.PST 2OBJ -dar -VF 9telefone 1João -2REL
 (wabelanso)
 voltou
 `as raparigas às quais o João deu telefone voltaram`

Esta descrição permite-nos sistematizar que as orações relativas formadas com recurso a estratégia segmental, quer através do morfema *-mene* quer através do morfema *-o*, são, na classificação de Henderson (op. cit.), do tipo 1. Ou seja, apresentam marcas de concordância com o sujeito lógico e com o antecedente.

As orações relativas formadas através da estratégia não segmental (tonal) apresentam características diferentes das orações formadas através da estratégia segmental quanto ao sistema de concordância em Cinyanja. Este tipo orações são formadas através do tom alto na marca de concordância com sujeito. Em orações relativas com verbos que não exigem a cliticização obrigatória, tal como em (28a), o verbo concorda com o sujeito lógico e não há marcas de concordância com o antecedente. Já em verbos que exigem a cliticização obrigatória, este apresenta marcas de concordância tanto com o sujeito como com o antecedente, tal como no exemplo (28b), a seguir.

(28)

- a. (njinga) ([wá -gul -a joni]) (ndi wofuwila)
 9bicicleta 1SUJ.PST -compar -VF 1João é vermelha
 `a bicicleta que o João comprou é vermelha`
- b. (akazi) ([wá -wa -pats -a foni Joni])
 2rapariga 1SUJ.PST 2OBJ -dar -VF 9telefone 1João
 (abelanso)
 voltou
 `as raparigas às quais o João deu telefone voltaram`

Diferente do que acontece em Dzimba (cf. Bakamba, 1976) e Lingala (Henderson, 2007), em que em relativas tonais de objeto não há marca de concordância com o sujeito pós-verbal, em Cinyanja, tal como temos vindo a referir, em todas as estratégias de relativização (segmentais ou não segmental) há sempre, no verbo, a marca de concordância com o sujeito lógico. Isto faz com que, em orações relativas afirmativas, o tom alto esteja nessa marca de sujeito. Então, as relativas do tipo 2, na classificação de Henderson (op. cit.), são formadas. em Cinyanja. através da estratégia tonal.

Em suma, as descrições feitas nesta secção permitem-nos constar que as orações relativas do Cinyanja podem apresentar dois tipos de concordância. Por um lado, quando formadas através de

marcadores relativos segmentais (*-mene* ou *-o*), elas apresentam marcas de concordância com o sujeito lógico e com o antecedente. Por outro lado, quando formadas através do marcador relativo não segmental (tom alto) elas tanto podem apresentar marcas de concordância com o sujeito lógico apenas (quando formadas com verbos que não exigem a cliticização obrigatória) como podem apresentar marcas de concordância com o sujeito lógico e com o antecedente (quando formadas com verbos que exigem a cliticização obrigatória).

4.7. Conclusões

Este capítulo teve como objetivos: (i) apresentar a ordem de palavras na oração relativa em Cinyanja; (ii) descrever as estratégias de relativização e os morfemas relativos; (iii) apresentar as propriedades prosódicas das orações relativas do Cinyanja; (iv) discutir os subtipos de orações relativas manifestadas na língua e (v) descrever o sistema de concordância relativa em Cinyanja.

A oração relativa em Cinyanja pode apresentar as seguintes estruturas:

- a) relativas *-mene*: (antecedente) + REL + (Sujeito) + verbo;
- b) relativas *-o*: (antecedente) + verbo-REL
(antecedente) + verbo + (sujeito) + objeto-REL
(antecedente) + verbo + sujeito-REL
- c) relativas *-mene + -o*: (antecedente) + REL + verbo-REL
(antecedente) + REL + verbo + (sujeito) + objeto-REL
(antecedente) + REL + verbo + sujeito-REL
- d) relativas tonais: (antecedente) + verbo (SUJ-MT(OBJ)-rad(EXT)-VF) + (objeto) + (sujeito).

Estas estruturas permitem classificar o Cinyanja como uma língua tipicamente de oração relativas pós-nominais. Na formação das orações relativas, a oração ocorre à direita do antecedente. Nesta língua, as orações relativas são formadas com base em dois recursos básicos, nomeadamente: (i) recursos segmentais (marcador *-mene* e *-o*) e (ii) recurso suprasegmental (tom alto). Os marcadores relativos segmentais, em todos os contextos, são acompanhados por uma marca que mantém a concordância com o antecedente.

A estratégia de marcador *-mene* mostra ser a mais consistente nesta língua, pois ela pode ser usada para formar todos os subtipos de orações relativas sem restrições. A estratégia tonal e a do marcador *-o* apresentam restrições quanto ao seu uso. Em particular, só podem ser aplicadas para formar orações relativas de sujeito ou orações relativas de objeto em que o sujeito lógico não esteja realizado

foneticamente na estrutura da oração ou ocorra em posição pós-verbal. Ou seja, deve-se, nestes contextos, inverter a ordem sujeito-verbo (SV) para verbo-sujeito (VS).

As orações relativas em Cinyanja são caracterizadas por uma quebra prosódica que consiste numa pausa mais ou menos prolongada que marca fronteiras dentro e fora da oração. A forma como as pausas são demarcadas numa construção que contém um NP com oração relativa varia de acordo com a estratégia de relativização e os morfemas relativos envolvidos. Em orações relativas segmentais (*-mene*) o antecedente e a oração relativa fazem parte do mesmo sintagma fonológico. À direita, a fronteira fonológica ocorre na última palavra da oração relativa. Em orações relativas suprasegmentais, o antecedente e a oração relativa fazem parte de constituintes prosódicos diferentes. Ou seja, há uma quebra fonológica entre o antecedente e a oração relativa.

As orações relativas em Cinyanja podem ser restritivas ou apositivas. Nesta língua, é possível relativizar a posição de sujeito, assim como os objetos (direto e indireto). As orações relativas locativas podem ser formadas com recursos às estratégias e morfemas relativos que a língua apresenta. Já as orações relativas sem antecedente só podem ser formadas com recurso às estratégias segmentais.

As orações relativas do Cinyanja apresentam variação quanto ao tipo de concordância que desencadeiam. Por um lado, quando formadas através de marcadores relativos segmentais (*-mene* ou *-o*), elas apresentam marcas de concordância com o sujeito lógico e com o antecedente. Por outro lado, quando formadas através do marcador relativo não segmental (tom alto) elas tanto podem apresentar marcas de concordância com o sujeito lógico apenas (quando formadas com verbos que não exigem a cliticização obrigatória) como podem apresentar marcas de concordância com o sujeito lógico e com o antecedente (quando formadas com verbos que exigem a cliticização obrigatória).

Feita a descrição das orações relativas em Cinyanja, no capítulo que se segue, faz-se a revisão da literatura sobre os modelos e hipóteses teóricas de análise de orações relativas.

CAPÍTULO V - MODELOS E HIPÓTESES TEÓRICAS DE ANÁLISE DAS ORAÇÕES RELATIVAS

5.1. Introdução

Descritas as orações relativas em Cinyanja, o presente capítulo tem por objetivo assumir um modelo para a nossa proposta de análise sintática dos diferentes subtipos de orações desta língua.

Tal como se sabe, na sintaxe, o estudo das orações relativas envolve uma série de problemas que é necessário serem descritos, tais como: (i) a estrutura sintática estabelecida numa relativização; (ii) o ponto da frase matriz onde se encaixa a oração relativa; (iii) os movimentos que ocorrem na relativização e a razão de assim ocorrerem; (iv) os tipos de sintagmas que podem ser relativizados; (v) os traços envolvidos no fenómeno e (vi) a forma como são gerados os morfemas relativos.

Assim, desde a década de 1960, até hoje, surgiram vários modelos e hipóteses sobre a derivação das orações relativas dentro da teoria linguística.

Deste modo, começaremos por descrever os fundamentos teóricos dos principais modelos de análise das orações relativas que foram sendo propostos ao longo dos tempos. A descrição dos postulados de cada um dos modelos permitirá justificar as nossas escolhas para a análise das relativas do Cinyanja.

Na descrição de cada modelo procuraremos apresentar as hipóteses que se têm levantado sobre o mesmo no contexto das línguas Bantu.

Com efeito, em 5.2. descreve-se o modelo de núcleo externo; em 5.3. descreve-se o modelo de elevação do núcleo; em 5.4. apresentam-se os postulados do modelo *matching* e, em 5.5. apresentam-se as considerações finais sobre os modelos e a escolha para a proposta que pretendemos apresentar no contexto da presente pesquisa.

5.2. O modelo tradicional: núcleo externo

5.2.1. Pressupostos teóricos gerais sobre o modelo

O modelo apresentado por Chomsky (1977) tem revelado constante utilização nos estudos generativos sobre orações relativas. Foi precisamente Lee, na década de 1960, um dos primeiros estudiosos a propor uma análise, à luz da teoria generativa, para o fenómeno de relativização.

Na sua visão, Lee (1960) acreditava que a oração relativa seria derivada de duas orações não relativas que partilhariam no seu interior a mesma expressão nominal. Segundo fundamentou, a estrutura relativa se formaria quando a expressão nominal fosse apagada no interior da segunda oração e adjungida à primeira. Esta adjunção seria realizada através de aplicação de uma série de regras.

A formalização destas regras ficaria a cargo de Rosenbaum, ainda na década de 1960. Esse autor foi o responsável pela criação da chamada “transformação relativa”, que influenciaria o pensamento de Chomsky na década seguinte. Para ele, a transformação relativa seria formalizada pela aplicação de duas regras, nomeadamente: (i) a inserção de um pronome relativo, com traços de género, número, pessoa e caso idêntico ao do N alvo e (ii) apagamento da expressão N repetida no interior da relativa, tal como ilustra o exemplo a seguir:

(1) transformação relativa (anos 60):

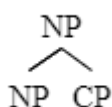
- a. oração não relativa 1: os livros estão na estante.
- b. oração não relativa 2: o João comprou os livros.
- c. adjunção ao N alvo: [os livros [o João comprou os livros] estão na estante.
- d. inserção do pronome relativo: [os livros [[que] o João comprou ~~os livros~~] estão na estante.
- e. apagamento da expressão N no interior da relativa: os livros [[que] o João comprou] estão na estante.

A ideia de formação de orações relativas através de adjunção de constituintes e aplicação de regras de apagamento e inserção levantou alguns questionamentos, por parecer obscura e arbitrária. Questionava-se, por exemplo, o que motivaria tais apagamentos e inserções.

Tais questionamentos suscitariam uma evolução da teoria sintática para reescrever a transformação relativa de maneira mais explícita. Foi nesse prisma que Chomsky, na sua obra mais importante sobre orações relativas, a seminal, de 1977, caracterizou as orações como uma instância do que se apresentava como um fenómeno geral de movimento de Qu.

Nessa obra, o autor postula que as orações relativas seriam adjunção a um sintagma nominal (NP – do inglês *noun phrase*), ou seja, a relativização envolvia a adjunção da oração relativa (CP – do inglês *complementizer phrase*) a um NP. Nessa operação, o antecedente não pertence a CP e, na derivação da oração relativa, os constituintes-*wh* é que são gerados numa posição de base no domínio de IP e deslocados para o início da oração, na posição de Spec-CP. A estrutura de adjunção proposta pelo modelo de núcleo externo é apresentada em (2).

(2) Estrutura da oração relativa (Chomsky, 1977):



Neste caso, conforme Chomsky (1977, p. 87),” os CPs relativos conteriam um elemento-*wh*, um pronome relativo, que estabeleceria uma relação de correferência com o elemento relativizado (o antecedente), no caso, NP da estrutura representada na figura”. Esse constituinte *-wh*, no caso do português, o pronome relativo ou o constituinte que o contém, seria gerado numa posição argumental no domínio do sintagma flexional (IP), de onde sofreria regra de movimento para o início da relativa, na posição de (spec-CP). As posições de origem seriam preenchidas por vestígios, que são categorias vazias, mas com traços sintáticos de gênero, número, pessoa e caso idênticos.

Abaixo apresenta-se, em colchetes, a estrutura da oração relativa baseada no postulado de Chomsky (1977).

(3) Estrutura da oração relativa (Chomsky, 1977).

[_{NP} [NP] [_{CP} wh_i [_{IP} ... t_i ...]]]

Nesta postulação, o antecedente não pertence ao CP relativo.

Conforme Kennedy (2012), a principal evidência empírica para a análise chomskiana sustentava-se no facto de que, tal como as demais estruturas-*wh* as orações relativas: (i) apresentam uma lacuna (gap); (ii) permitem relações estruturais de longa distância e (iii) são sensíveis a restrições de ilhas.

Aoun e Li (2001, p. 05) apresentam as seguintes evidências destas propriedades:

(4)

a. [_{NP}[_{NP} the boy[_{CP} who_i [_{IP} Mary thinks [_{VP} t_i is the smartest]]]]]

b.* [_{NP}[_{NP} the boy_i [_{CP} who_i [_{IP} I like the teacher [_{CP} who [_{IP} has taught t_i]]]]]]]

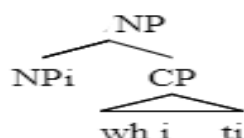
Para estes autores, a posição indicada por “*t*”, em (4a), procura indicar que o pronome *wh* foi extraído de uma posição sob domínio de VP (verbal phrase - sintagma verbal) para Spec-CP, o que constitui a análise para as propriedades em (i) e (ii). Já em (4b), apresenta-se a evidência para a propriedade (iii), pois a extração de *wh* para Spec-CP teria violado o princípio de SUJAcência⁷ – o movimento teria saltado dois IPs, o que tornaria a construção agramatical.

⁷Este conceito foi pela primeira vez analisado por Chomsky (1962; 1964) e especialmente por Ross (1967). De acordo com este, existem “determinadas configurações estruturais, chamadas ilhas, para fora das quais uma categoria vazia não pode ser movida por uma regra transformacional. Este fenómeno é particularmente ilustrado por meio do movimento-*wh* dado que este admite movimento longo. Assim, um constituinte Q pode ser movido através de um número indefinido de nós físicos, abstraindo evidentemente de restrições impostas pelo sistema da performance” (Raposo, 1999, p. 393).

Embora constituíssem grande avanço no desafio de descrever a estrutura da relativização, estes postulados não captavam, no entanto, duas propriedades fundamentais da oração relativa: (i) a coindexação e a partilha de traços entre o antecedente e o pronome relativo e (ii) a possibilidade de que relativas do inglês sejam derivadas sem pronome relativo.

Para dar conta do compartilhamento de traços de N e do elemento *wh*, Chomsky (1977) e, mais tarde Safir (1986) e Browning (1987), adicionaram à transformação relativa uma regra de predicação. Tal regra, diferentemente do restante da transformação de uma relativa, não seria aplicada na sintaxe visível, e, sim no componente lógico da linguagem, o subcomponente LF da FL. A coindexação do antecedente ao *wh* é apresentada em (5).

(5) A coindexação de NP alvo e *wh*



Chomsky (1977) assume que a derivação de CP que contém a oração relativa é idêntica à de outros CP e só possui de particular a adjunção a um constituinte NP.

Para garantir interação entre N e CP, recorreu-se então à regra de predicação, caracterizada da seguinte forma: orações relativas seriam proposições abertas, verdadeiros predicados que precisam de ser associados a um sujeito para que a construção seja legítima no componente interpretativo (cf. Chomsky, 1995, p. 70).

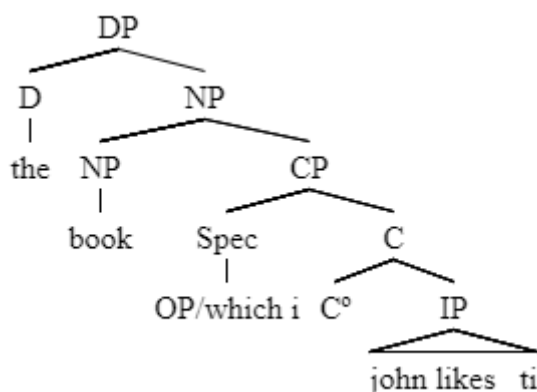
Referiu-se anteriormente que o segundo desafio do modelo tradicional seria o caso de orações relativas que não apresentam pronomes relativos. Na tentativa de explicar as relativas sem o elemento *wh*, muitos generativistas reivindicaram a existência de um operador nulo (OP). Tal como descreve Chomsky, nas línguas como o inglês, as orações relativas são formadas, em grande parte, da mesma maneira que as interrogativas: uma frase de operador nulo, que pode ser de operador OP ou morfológicamente idêntica ao constituinte *wh* de uma frase interrogativa parcial, e movido para [spec-CP] deixando um rasto que funciona como variável (cf. Chomsky, 1995, p. 70). Para o autor, a hipótese do operador nulo resolvia quase todos os problemas das orações relativas sem pronome relativo, já que as características estruturais pretendidas para OP eram idênticas às pretendidas de um constituinte *wh*.

Observe-se, então, a derivação de uma relativa mediada por OP:

- (6) Operador nulo OP:
 [NP [NP the book [CP OP_i that [IP I read t_i last week]]]]

Assim, a estrutura básica final da oração relativa nesta proposta de análise ficou como a que a seguir se apresenta:

- (7) Estrutura da oração relativa à luz do modelo de núcleo externo.



Com a estrutura acima, assume-se, à luz desta teoria, que, na derivação das orações relativas está envolvido apenas um único movimento, que é o do pronome relativo ou operador nulo (OP) que é gerado na posição de base e movido para Spec-CP.

Em suma, essencialmente, no modelo de núcleo externo:

- (i) orações relativas são descritas como CPs adjungidos a DP/NP;
- (ii) no domínio de CP da relativa, um elemento *wh* ou OP é deslocado de sua posição argumental para Spec-CP;
- (iii) em LF, uma regra de predicação estabelece a indexação entre a expressão nominal relativizada e o elemento *wh* ou OP. O movimento-*wh* cria uma relação Operador-variável. Ou seja, o movimento vai permitir a interpretação da oração como predicado.

5.2.2. Propostas de análise de orações relativas nas línguas Bantu seguindo o modelo tradicional (de núcleo externo)

A leitura da literatura existente sobre análise sintática das orações relativas nas línguas Bantu que segue o quadro teórico do modelo de núcleo externo de Chomsky (1977), permite constatar a existência de três propostas básicas de padrões, nomeadamente: o padrão Marcador Relativo – Sujeito -Verbo / Marcador Relativo - Verbo (REL S V / REL V); o padrão Marcador Relativo – Verbo - Sujeito (REL V S) e o

padrão Sujeito - Marcador Relativo - Verbo (S REL V). Assim, apresentam-se os fundamentos do padrão REL S V, em 5.2.2.1; o padrão REL V S, em 5.2.2.2. e o padrão S REL V, em 5.2.2.3.

5.2.2.1. O padrão REL S V / REL V

Desenvolvida por Demuth e Harford's (1999), Zeller (2004), entre outros, esta proposta parte da constatação segundo a qual, quando o REL é um elemento fonologicamente independente nas línguas Bantu, a ordem de palavras na oração relativa é REL S V. Ou seja, REL segue imediatamente o antecedente da oração e nenhum outro material linguístico pode separar estes dois elementos. Em orações relativas de objeto, o sujeito da oração matriz segue imediatamente REL e depois o verbo, resultando na ordem REL S V. Em contextos de relativização do sujeito, o verbo segue imediatamente o REL, resultando na ordem REL V. Observem-se os exemplos do Sessotho abaixo.

(8) Oração relativa de sujeito (Sotho (S33); Zeller, 2004, p. 77)

ngwana	[ya	ba- la	-ng	hantle]
1criança	1REL	1SUJ-ler/estudar	SREL	bem

`a criança que estuda bem`

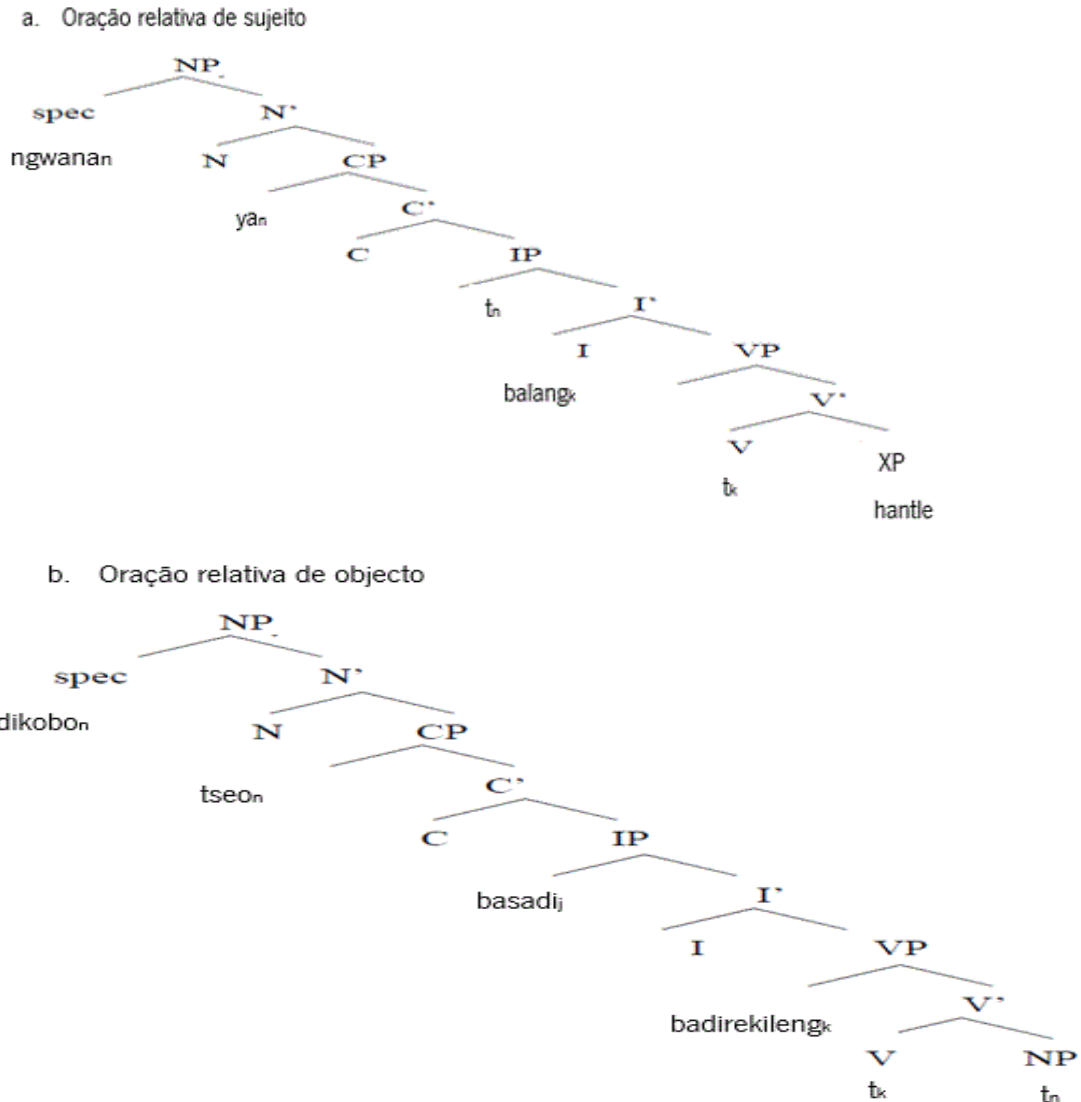
(9) Oração relativa de objeto (Sotho (S33); Demuth e Harford's, 1999, p. 4)

dikobo	[tseo	basadi	ba	-di	-rekileng]	kajeno
10mantas	10REL	2mulher	2SUJ	-100BJ	-comprar	hoje

`as mantas que as mulheres compraram hoje`

Tanto nas orações relativas de sujeito como nas orações relativas de objeto decorrem dois movimentos básicos. No primeiro movimento, para ambos os subtipos, o verbo é movido de Spec-VP para I onde recebe os traços-phi. Em orações relativas de sujeito, o marcador relativo é gerado em Spec-IP e movido para Spec-CP, como se apresenta em (10a). Em orações relativas de objeto, por outro lado, o marcador relativo é gerado numa posição interna (de complemento) ao VP e movido para Spec-CP, como se apresenta em (10b). Observe-se que, em ambos os casos, a estrutura básica da oração é a mesma.

(10) Representação de orações relativas de sujeito e de objeto.



5.2.2.2. Padrão REL V S

Existem línguas Bantu em que, de modo diferente do apresentado em 8 e 9, o marcador relativo não é uma unidade fonologicamente independente. O marcador relativo, neste segundo grupo de línguas (como são os casos do Zulu e Shona), é um elemento subnominal (um clítico) que ocorre como afixo do complexo verbal. Observem-se os exemplos abaixo.

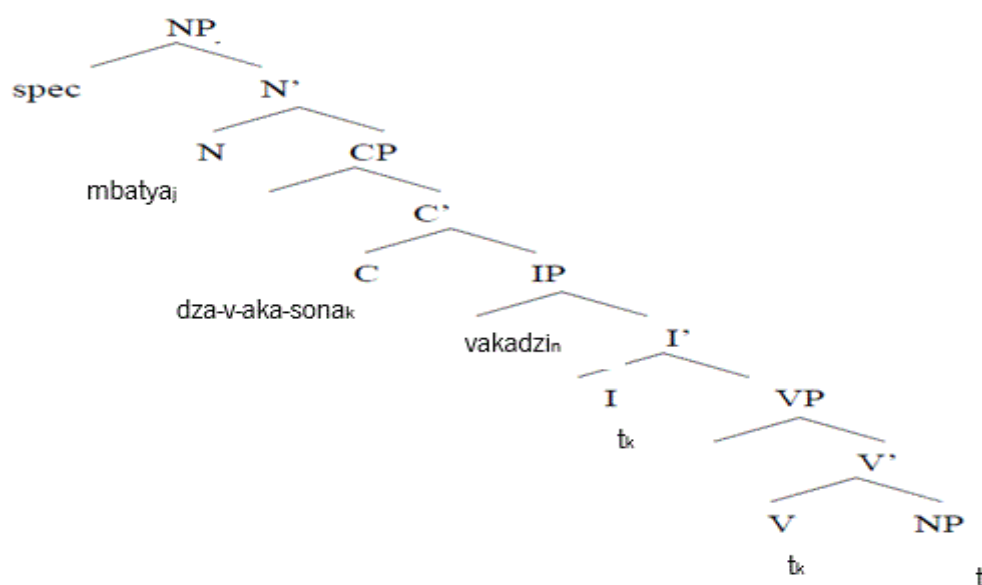
(11) Oração relativa de objeto (Shona (S10); Demuth e Harford's, 1999, p. 5)

mbatya	[dza	-v	-aka	-son	-a	vakadzi]
10roupa	10REL	-2SUJ	-PST	-coser	-VF	2mulher

‘as roupas que as mulheres coseram’

Estas construções são tidas como sendo, tipicamente, CPs. Nesta proposta, o verbo é movido de I para C, deixando o sujeito em Spec-IP. A deslocação do verbo para C resulta na aparente inversão sujeito-verbo. O resultado desta operação é o diagrama que se apresenta em (12).

(12) Inversão de sujeito



Portanto, o verbo opera dois movimentos, o primeiro, de V para I e, o segundo, de I para C. Assim, a inversão sujeito-verbo na estrutura de superfície é aparente porque o sujeito gramatical continua ocupando a sua posição canónica, em Spec-IP.

A subida do verbo surge para resolver o problema de boa formação dos itens lexicais, no contexto em que os marcadores relativos são enclíticos, pelo facto de serem monossilábicos, pois uma palavra prosódica deve consistir, no mínimo, em duas sílabas (cf. McCarthy e Prince, 1991 e Myers, 1995, p. 87).

5.2.2.3. Padrão S REL V

Esta proposta de análise surge a partir das constatações de Pak (2007) e Letsholo (2009) sobre um tipo particular de estratégia de relativização de objetos em Luganda (JE 15) e Ikalanga (S16). Nestas línguas, de modo diferente do que acontece noutras línguas Bantu, nas relativas de objeto, o marcador relativo é uma unidade subnominal (um clítico) que se realiza como um prefixo no verbo da oração. Contudo, a realização do marcador no verbo não provoca a inversão do sujeito. Ou seja, o antecedente e o sujeito gramatical ocorrem em adjacência na estrutura da oração relativa. O verbo da oração relativa segue imediatamente o sujeito gramatical. Observe-se o exemplo em (13).

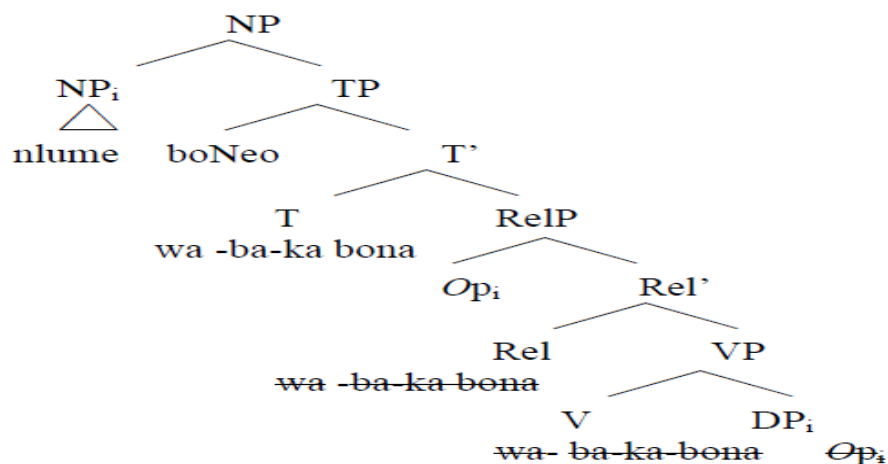
(13) Oração relativa de objeto (Ikalanga (JE15); Letsholo, 2009, p. 144)

Nlume boNéo wa -bá -ká -bóna wá -énda
 1homem Neo2a REL.OBJ1 -SUJ2 -PST -ver OBJ2- ir
 'o homem que [Neo e outros] viram foi-se'

Analisando este tipo de orações relativas, Pak (2007) e Letsholo (2009), corroborando Rizzi (1997), propuseram que as orações relativas desta natureza não sejam CPs, mas sim estruturas mais baixas (inferiores) do que a própria projeção de C (sub-CPs). Esta proposta é coerente com a de Rizzi (1997) quando refere que a periferia esquerda da oração consiste em estruturas muito mais finas do que apenas CP e, concordando com Sabel e Zeller (2004), propõe que haja uma camada FocP abaixo de TP que seleciona o VP como seu complemento.

Deste modo, nesta análise propõe-se que, em orações relativas do tipo de (13) haja uma projeção RelP inferior a TP que seleciona VP como seu complemento, resultando na estrutura em (14).

(14) Estrutura da oração relativa na análise (S REL V) (Letsholo; 2009, p. 147)



Como se pode observar, nesta análise, não há uma camada CP acima de TP. Com base nesta constatação, Letsholo (2009) supõe que existe uma variação paramétrica nas línguas Bantu: a projeção relativa pode estar quer dentro de TP quer acima de TP.

5.3.0 modelo de elevação do núcleo

5.3.1. Pressupostos teóricos gerais sobre a teoria

A literatura aponta Brame (1968), num artigo não publicado, como sendo o provável precursor deste modelo de descrição de orações relativas. O modelo foi desenvolvido posteriormente nos trabalhos de

Schachter (1973) e Vergnaud (1974). Após um período de quase desaparecimento, por conta da consolidação do modelo de núcleo externo (Chomsky, 1997), a análise de elevação do núcleo é retomada nas pesquisas através de Kayne (1994) com o seu Axioma de Correspondência Linear ou LCA (*Linear Correspondence Axiom*). De lá para cá vários outros autores, como Bianchi (1999, 2000); Safir (1999); Bhatt (199, 2002), de Vries (2002), Henderson (2007), vêm desenvolvendo as ideias deste modelo.

Embora se aponte Brame como principal precursor, o modelo de elevação do núcleo conheceu o seu principal desenvolvimento nos trabalhos de Schachter (1973) e Vergnaud (1975/1985), que serviram de base para a proposta de Kayne (1994).

Conforme Schachter (1973), elevação do núcleo significa movimento do XP antecedente. Neste modelo, assume-se que este NP alvo é um constituinte da oração relativa (CP), movido de uma posição de base, no domínio do IP, para Spec-CP. Ou seja, de modo diferente de como era visto no modelo tradicional, o ponto crucial deste modelo diz respeito ao facto de que se assume o antecedente como sendo gerado dentro da relativa. Portanto, nessa nova análise, a relativa é vista como sendo um CP complemento de um D e não como adjunto do NP, sendo que a estrutura básica final seria como a apresentada abaixo:

(15) Estrutura da oração relativa

[_{CP} Alvo, [IP... t...]].

Assim, o sintagma relativizado, ou seja, o alvo da relativização, que é interno à relativa, seria movido de dentro do sintagma flexional (IP) para a posição de especificador de CP (Spec-CP), sendo que essa estrutura, a saber, o CP, apareceria como complemento de D.

Em termos práticos, no modelo de elevação do núcleo: (i) a elevação do SN antecedente é derivada por movimento direto da sua posição de base para o núcleo da relativa e (ii) a estrutura sintática assumida pelo modelo é a de complementação de CP a D em [D CP].

A derivação da oração relativa, segundo esta visão, é a que a seguir se apresenta:

(16) Oração relativa no modelo de elevação do núcleo



Apresentados os pressupostos essenciais da abordagem de elevação do núcleo, descrevemos no ponto seguinte os desenvolvimentos dados a este modelo por Kayne (1994).

5.3.2. O modelo de elevação do núcleo de Kayne (1994)

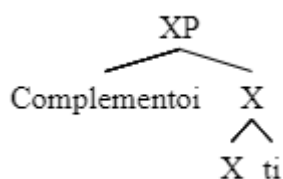
Kayne (1994) reativa o modelo de elevação do núcleo proposto, inicialmente, por Brame (1968), Schachter (1973), Vergnaud (1974, 1985). Nesta nova proposta, o autor busca como base a teoria *D-complement* (Smith, 1964) e a hipótese do DP (Abney, 1987). Para a sua abordagem, Kayne apresenta o Axioma de Correspondência Linear ou LCA (*Linear Correspondence Axiom*). Este axioma, conforme Bianchi (2000), propõe que a ordem linear dos constituintes resulta das relações hierárquicas na sintaxe.

De acordo com Areas (2007, p. 28), a LCA de Kayne (1994) estabelece que “a Gramática Universal é extremamente rígida na ordem linear das relações hierárquicas mantidas entre os constituintes de uma sentença”. Essa rigidez de relações foi deliberadamente constituída em oposição ao pensamento tradicional, assumido na teoria de Princípios e Parâmetros (Chomsky, 1981/1995).

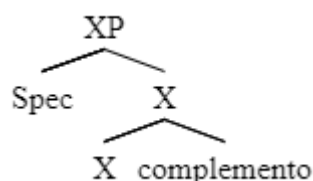
Kayne (1994) começa por abordar a ordenação linear entre núcleo e complemento (H-C). Para ele todas as línguas seriam naturalmente H-C. Ou seja, a posição à direita dos núcleos é hierarquicamente destinada a complementos. A alteração na ordem linear visível das palavras para C-H, tal como acontece em japonês, por exemplo, poderia ser explicada pela aplicação da regra de movimento para antes de H, tal como ilustra o esquema abaixo:

(17) Relação H-C na LCA.

a. Línguas C-H



b. Línguas H-C

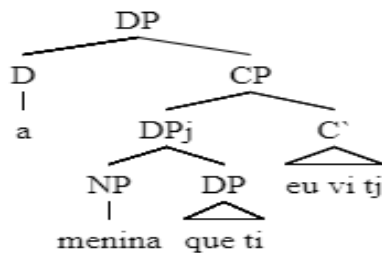


Basicamente, Kayne (1994) prevê que a relativização é um fenômeno de complementação entre o CP e o D. As orações relativas, segundo este modelo, devem ser compreendidas como complementos selecionados por um núcleo determinante, assumindo a estrutura [D CP]. Neste processo, ocorrem dois movimentos, nomeadamente: (a) o deslocamento do DP/PP alvo da relativização para Spec-CP e (b) o movimento do NP dominado pelo DP para a posição de Spec-DP/PP. Com isso, a oração relativa

funciona como uma predicação, no sentido de que estabelece uma relação acerca de uma expressão nominal, como se ilustra a seguir.

(18)

- a. A menina que eu vi.
- b. Derivação da oração segundo Kayne (op. cit.)



Como se pode ver na estrutura acima, no modelo de elevação do núcleo de Kayne, a derivação de uma oração relativa apresenta duas etapas:

- a. o deslocamento do DP/PP alvo para spec-CP;
- b. movimento do NP dominado por DP para a posição de spec-DP/PP.

Apresentados os postulados de Kayne (1994) sobre o modelo de elevação do núcleo, a seguir apresentamos as ideias de Bianchi (1999/2000) sobre o mesmo modelo de análise de orações relativas.

5.3.3. O modelo de elevação do núcleo de Bianchi (1999/2000)

A literatura existente revela que o estudo levado a cabo por Bianchi (1999/2000) foi, em grande parte, motivado pelas críticas levantadas por Borsley (1997) à proposta de Kayne (1994).

Nos seus escritos, Borsley considera que a análise proposta por Kayne (1994) era defeituosa em vários aspectos e requeria “vários mecanismos adicionais para alcançar a adequação observável” (cf. Borsley, 1997, p. 630). Os mecanismos adicionais ao modelo de elevação do núcleo proposto por Kayne eram implausíveis, ad hoc e insustentáveis. As objeções de Borsley centravam-se, basicamente, no estatuto do pronome relativo, nos fenômenos de empilhamento, coordenação e extraposição de orações relativas e nas orações apositivas.

Bianchi (1999) considera que, embora Borsley (1997) levante uma série de objeções interessantes, não aponta nenhuma solução. Assim, ela assume a proposta de Kayne (1994) em seus pontos básicos, como, por exemplo, a estrutura de elevação e a relação de complementação entre o CP relativo e D e efetua uma série de reformulações:

- adota a ideia de Kayne sobre as relativas *zero* (ou seja, aquelas que não possuem pronome relativo);

- sugere uma estrutura que passa a incorporar as orações relativas não-*wh*, que possuem também um DP relativo, só que tendo como núcleo um operador nulo;

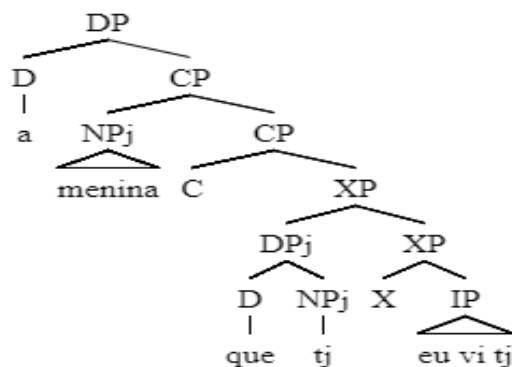
- adota a hipótese do CP cindido de Rizzi (1999) sugerindo a postulação de uma camada XP intermediária a CP e IP, para onde seria movido o DRel antes do NP antecedente ir para a posição de spec-CP.

- na derivação da relativa, o DP relativo é gerado na sua posição argumental de base; depois, todo o constituinte é movido para Spec-XP, sendo que o pronome relativo (ou operador nulo, no caso das relativas não-*wh*) permanece nessa posição e o núcleo nominal relativo sobe para Spec-CP.

Para a autora, o movimento do núcleo nominal para Spec-CP justifica-se pela necessidade de o determinante externo valorar um traço-N de seleção que só pode ser valorado por um elemento de categoria nominal que esteja em seu domínio e o elemento que corresponde a essas exigências é o NP do DP relativo. Efetuadas todas as adaptações e incorporações, o resultado que se obteve em termos de nova proposta de estrutura de análise de orações relativas é a que a seguir se apresenta:

(19) Análise de elevação do núcleo proposta por Bianchi (1999).

- a. A menina que eu vi
- b. Derivação da oração



5.3.4. Propostas de análise de orações relativas nas línguas Bantu seguindo o modelo de elevação do núcleo.

Algumas tentativas de adoção do modelo de elevação do núcleo para a análise das orações relativas das línguas Bantu foram sendo propostas por alguns linguistas, como são os casos de Cheng e Kula (2006), quando analisam a interface fonologia-sintaxe das orações relativas do Bemba (N42a), e Muriungi e Mutange (2019), sobre análise sintática das orações relativas do Kimbreere. Nas subsecções a seguir passaremos a apresentar as duas propostas.

5.3.4.1. Proposta de Cheng e Kula (2006)

Cheng e Kula (2006) constataram que, em Bemba, independentemente de ser utilizada a estratégia suprasegmental ou segmental, o antecedente forma um sintagma fonológico com a oração relativa. Observem-se os exemplos abaixo:

(20) Interface fonologia-sintaxe das orações relativas em Bemba:

- a. (abáBembá á-bá-shipa) (beekala muZambia) (Estratégia segmental)
2Bemba 2REL-2SUJ-bravo 2SUJ.viver 18Zambia
'os Bembas que são corajosos vivem na Zâmbia'
- b. (abáBembá bà-shipa) (beekala muZambia) (Estratégia suprasegmental)
2Bemba 2SUJ-bravo 2SUJ.viver 18Zambia
'os Bembas que são corajosos vivem na Zâmbia'

Com base nesta constatação, as autoras sugerem que a análise Kayniana é a que pode naturalmente captar este tipo de estrutura, pois, na interface fonologia-sintaxe um NP antecedente “interno” forma um sintagma fonológico com a oração relativa. Em contraste, um NP antecedente que é sintaticamente “externo” não forma um sintagma fonológico com a oração relativa. Assim, a estrutura sintática da oração relativa nesta análise seria a que a seguir se apresenta:

(21) Estrutura Kayniana da oração relativa em Bemba.

- a. [DP[CP (abáBembá á-bá-shipa)]]] (beekala muZambia) (segmental)
2Bemba 2REL-2SUJ-bravo 2SUJ.viver 18Zambia
'os Bembas que são corajosos vivem na Zâmbia'
- b. [DP[CP (abáBembá bà-shipa)]]] (beekala muZambia) (suprasegmental)
2Bemba 2SUJ-bravo 2SUJ.viver 18Zambia
'os Bembas que são corajosos vivem na Zâmbia'

Conforme as autoras, a margem esquerda do CP coincide com a margem esquerda do sintagma fonológico, o que as levou a concluir que um CP deve coincidir com o sintagma fonológico e, como o antecedente está dentro da oração, então ele também faz parte do CP.

Já Cheng e Downing (2010), ao analisarem a interface prosódia-sintaxe nas orações relativas locativas do isiZulu, referem que a análise *raising* seria desajustada para aquele tipo de orações.

Em orações relativas locativas do Zulu, por exemplo, independentemente de o núcleo estar marcado ou não como locativo, o antecedente da oração relativa não forma um domínio prosódico com a oração relativa, tal como exemplificam as estruturas abaixo:

(22) Prosódia das orações relativas locativas em Zulu.

- a. (Ú-Síphó ú-ngené é -ndl: -ini) (ú-Thémba á -yi -thengí:le)
 1Sipho 1SUJ-entrar LOC -casa -LOC 1Themba REL -9OBJ -comprar

‘Sipho entrou na casa que Themba comprou’

- b. (Ngi -thánd`i:n-dl) (ú-Síphó á -hlálá ku -yo:na)
 1SUJ -gostar 9.casa 1Sipho REL -viver LOC -9.PRON

‘eu gosto da casa em que Sipho vive’

- c. (Ú-yé: kú-lé-máke:thé) (ésí -zo hlangana no-Sipho ku-yo:na)
 1SUJ-ir LOC-DEM9mercado REL.nós -FUT -encontrar Com-Sipho LOC-9PRON

‘ele foi ao mercado onde nos vamos encontrar com a Sipho’

Assim, as autoras referem que o problema colocado às orações locativas não se limita apenas à marcação prosódica. Dada uma análise de elevação do núcleo, um par de questões não triviais surgem. Primeiro, se o verbo matriz ou o verbo na oração relativa requerem uma expressão/morfema de concordância locativa, uma simples análise de elevação do núcleo pode gerar uma forma errada ou uma descoordenação na forma. Por exemplo, em (22a), uma expressão não-locativa é requerida na oração relativa, enquanto que, na matriz, uma forma locativa é requerida. Da mesma forma, em (22b), embora uma forma locativa seja requerida dentro da oração relativa, o verbo matriz dita uma forma não locativa. Finalmente, existem diferentes marcações relativas; se a marcação requerida pela matriz for diferente da marcação exigida pela oração relativa, surge novamente um cenário de desajuste.

Com base nesses desajustes observados, as autoras propõem e concluem que a melhor forma de dar conta das orações relativas locativas é recorrer à análise tradicional de adjunção, envolvendo um operador vazio.

5.3.4.2. Proposta de Muriungi e Mutange (2019)

Os autores apresentam uma proposta de análise sintática de orações relativas do Kimbeere. Kimbeere é um dos dois dialetos do Kiambu (E52), segundo a classificação de Guthrie (1976-71), uma língua Bantu falada no distrito de Embu, na Província Oriental da República do Quênia.

Para estes autores, a projeção máxima de uma oração relativa em Kimbeere é DP. Este DP ramifica-se em D° e CP. Como D° e CP são nós irmãos, então CP é complemento de D°.

Assim, partindo das orações em (23a) e (23b) eles assumem as estruturas em (24a) e (24b).

(23) Orações relativas do Kimbeere.

a. Oração relativa de sujeito

Mwĩrĩtu	ũ-rĩa	ũ	-ra	-rĩ	-ĩr	-e	ngaari	a-rĩ	gũkũ
1mulher	1-REL	1SUJ	-PST	-comer	-APPL	VF	9.carro	1estar	aqui

'a mulher que ganhou um veículo está aqui'

b. Oração relativa de objeto

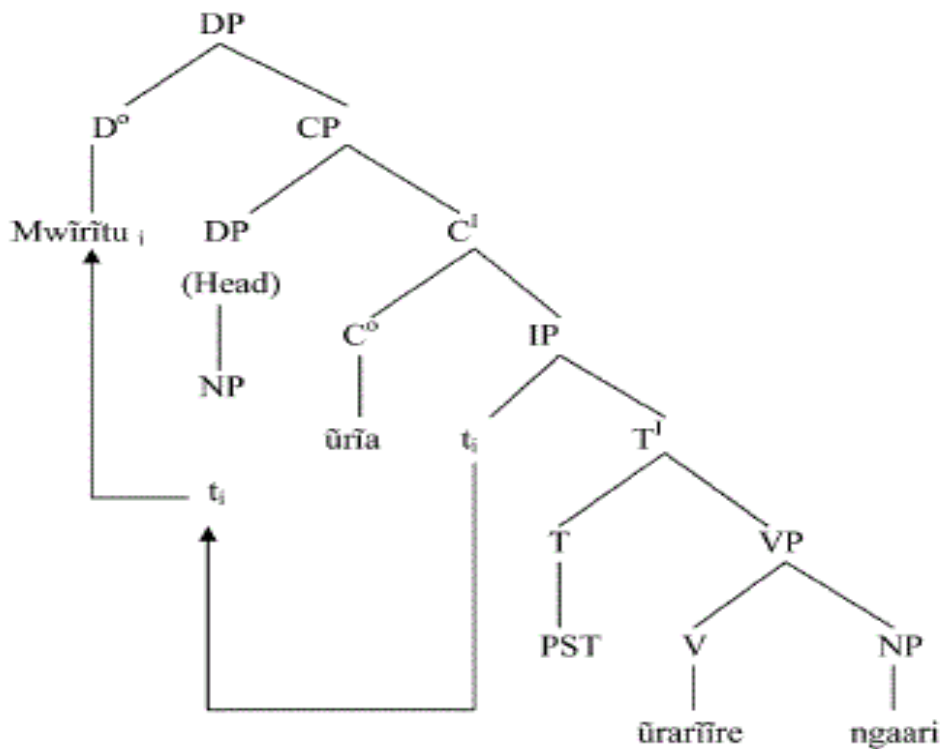
Iratũ	i-rĩa	Kagendo	a	-ra	-be	-er	-e	Njeri	nĩ
8sapato	1-REL	1Kagendo	1SUJ	-PST	-dar	-PERF	-VF	1Njeri	FOC

n-ene
8grande

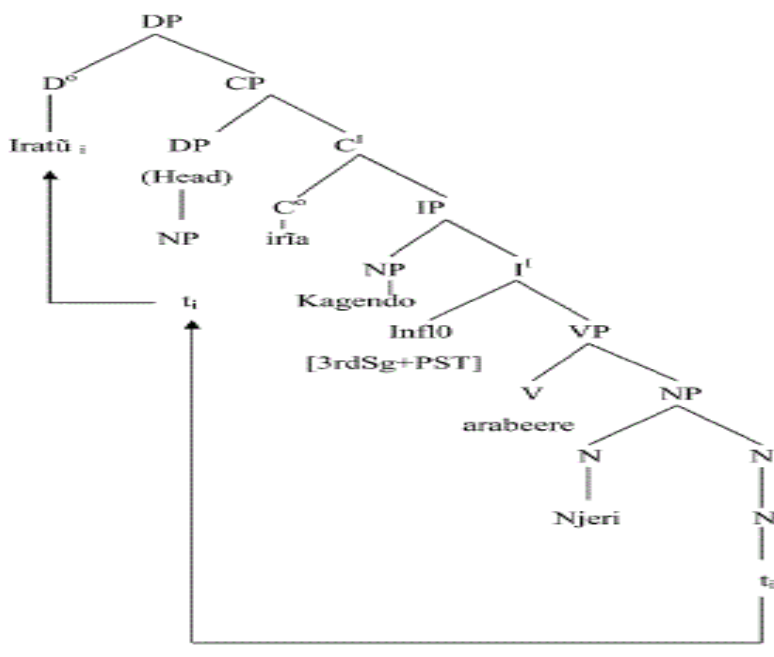
'os sapatos que Kagendo deu a Njeri são grandes'

(24) Estruturas sintáticas das orações relativas do Kimbeere

a. Oração relativa de sujeito



b. Oração relativa de objeto



Nesta estrutura, os autores consideram que o marcador relativo segmental está em C°. Em todo o tipo de oração relativa, há dois movimentos básicos: o primeiro, do NP que é gerado da sua posição de base (Spec de IP, para o caso das relativas de sujeito ou de complemento de V, para o caso das relativas de objeto) para Spec de CP e, o segundo, de Spec de CP para D°.

Esta estrutura não nos parece plausível pelo facto de o antecedente, que é um NP, estar em D°. Paralelamente a isso, os próprios autores encontram dificuldades na análise de orações relativas em que, para além do marcador relativo que introduz a oração relativa, há um sufixo relativo.

5.4. O modelo *matching*

O modelo *Matching Analysis* (MA) já está em Chomsky (1965). Na década de 1980, esta análise não teve tanta repercussão na teoria linguística, emergindo novamente nas propostas de Munn (1994), Sauerland (1998, 2003), Citko (2001) e Salzman (2006).

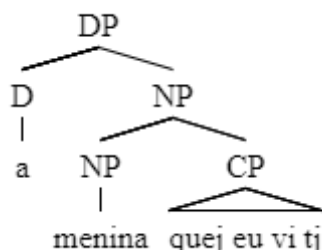
Bhatt (2002) considera que a estrutura *matching* pode ser vista como um meio termo entre o modelo tradicional de núcleo externo e o modelo de elevação do núcleo, nos seguintes termos:

- com o modelo tradicional, esta análise partilha a ideia de que o núcleo relativo é gerado fora da oração relativa e que o CP relativo é adjungido ao núcleo nominal.
- com o modelo de elevação do núcleo partilha a ideia de que há uma representação interna do NP relativo.

Estas constatações permitem derivar a seguinte estrutura básica da oração relativa na análise *matching*.

(25) Estrutura da oração relativa

- a. a menina que eu vi
- b. Representação da oração



Com esta representação do núcleo interno, a análise *matching* assume que ele é complemento do operador relativo, que é o elemento gerado em posição argumental e que pode ser um pronome relativo ou um elemento nulo. De modo diferente do que acontece na análise clássica, o antecedente é interpretado tanto fora da oração relativa como dentro dela, através de uma cópia.

Apresentadas as ideias centrais do modelo, nas secções a seguir descrevemos as contribuições de Sauerland (1998, 2003) e Citko (2001) ao mesmo modelo.

5.4.1. O modelo *matching* de Sauerland (1998/2003)

As contribuições de Sauerland (1998) à análise *matching* centram-se em questões relacionadas com os efeitos do Princípio C³ e com a reconstrução de elementos vinculados. Entretanto, difere das demais teorias, uma vez que considera que as orações relativas do inglês podem possuir duas representações estruturais. Essa proposta, elaborada originalmente por Carlson (1977) e retomada por Sauerland (1998), além de Bhatt (2002), considera que as relativas do inglês possuem uma natureza ambígua, apresentando duas possíveis representações na LF: uma em que o núcleo relativo é interpretado apenas na posição interna de vestígio, e outra em que, além da representação interna, o núcleo é também interpretado externamente ao CP relativo. Respetivamente, estas estruturas são as de *raising* e de *matching*.

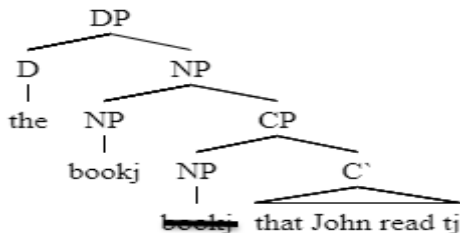
³ Este princípio postula que uma expressão-R é livre. Ou seja, uma expressão-R não pode ser ligada por qualquer elemento da frase, quer este pertença ou não à GC da expressão-R (cf. Raposo, 1992, p. 450-1).

No que tange à ambiguidade estrutural das orações relativas, Sauerland (1998) considera que os casos de relativas com estrutura de elevação são restritos e apenas se limitam ao que ele chama “*special interpretation*”, ressaltando, entre esses, os casos de leitura idiomática, ligação de variáveis e escopo. Já a análise *matching* é considerada como *default* para as relativas do inglês, sendo justificada, principalmente, com exemplos em que há anulação dos efeitos do Princípio C. Uma das principais diferenças entre as duas estruturas apresentadas por Sauerland (1998) refere-se ao modo como se estabelece a relação entre o núcleo relativo e o vestígio (cópia). Neste caso, Sauerland propõe que, nas estruturas *matching*, o núcleo relativo (que é gerado numa posição externa ao CP relativo) não está ligado à posição interna por meio de uma cadeia de movimento, como ocorre nas construções interrogativas. Já nas estruturas *raising*, a relação entre o vestígio interno e o núcleo externo é feita via movimento.

De acordo com os pressupostos acima, pode-se representar a estrutura *matching* de Sauerland (1998) da seguinte maneira:

(26) Estrutura *matching* de orações relativas (Sauerland, 1998, p.25)

- a. The book that John read.
- b. Representação da oração



Observa-se, nesta estrutura, que o núcleo relativo (*bookj*), para além de ser interpretado fora da oração relativa, também o é na posição interna (cópia). O núcleo interno, contudo, não está ligado ao núcleo externo por uma cadeia de movimento, mas sim por meio da elipse. A proposta é que esta representação interna não precisa de ser idêntica ao núcleo externo, uma vez que ambos não estão ligados por uma cadeia de movimento. Sauerland (1998) assume que essa relação entre o núcleo interno e externo é feita por um mecanismo de elipse denominado “*vehicle change*” (Fiengo e May, 1994), segundo o qual, uma expressão referencial (ou antecedente da elipse) pode ser representada na elipse por um pronome. E é justamente a possibilidade de o NP do núcleo externo poder ser trocado por uma anáfora de NP na representação interna que permite a ausência dos efeitos do Princípio C nessas construções relativas, pois, como os dois núcleos estão ligados por elipse, ambos podem ser interpretados em LF.

Comparando as propriedades desta estrutura com a estrutura básica da análise de elevação do núcleo, o autor refere que os factores que forçam uma análise *matching* são incompatíveis com os que forçam uma análise de elevação do núcleo, daí a necessidade de ambas. Segundo a proposta, três factores pedem a análise de elevação do núcleo: (i) orações relativas em que há anáfora e variáveis no núcleo relativo ligadas a um elemento dentro do CP relativo; (ii) construções em que o núcleo relativo é parte de uma expressão idiomática e (iii) casos de escopo. Já a estrutura *matching*, é requerida por vários outros fenómenos, entre os quais os que envolvem o Princípio C e o licenciamento de elipse.

5.4.2. Proposta de análise *matching* de Citko (2001)

A proposta de Citko (2001) focaliza-se em dois aspetos: (i) a possibilidade de uma estrutura *matching* desenhada dentro do parâmetro da proposta de “*deletion under identity*” (Stockwell, Schachter e Partee; Chomsky, 1965; Chomsky e Lasnik, 1977) e (ii) efeitos do Princípio C e licenciamento de itens de polaridade negativa.

A autora assume que o núcleo relativo é gerado externamente e que é representado por duas cópias dentro da oração relativa. Em LF, uma das cópias pode ser apagada pelo processo de identificação com o núcleo externo (Citko, 2001, p.7). Tal como se apresenta a seguir:

(27) The picture which he likes

O núcleo relativo (*picture*) é gerado fora do CP relativo. Internamente à oração relativa, o constituinte-*wh* (*which picture*) sofre o movimento-*wh*, ocupando Spec-CP.

(28) [DP The picture [CP [DP which picture *i*] [TP he likes *t_i*]]]

Depois disso, o núcleo nominal (*picture*) na posição A' é apagado na interface fonológica, uma vez que é idêntico ao núcleo nominal externo.

(29) [DP the picture [CP [DP which ~~picture~~_{*i*}] [TP he likes *t_i*]]]

A etapa seguinte é a reconstrução do núcleo relativo em LF. Como o DP relativo externo não está ligado às cópias por cadeia de movimento, ele não sofre reconstrução.

(30) [DP the picture [CP [DP which ~~picture~~]_i [TP he likes *picture*]]]

Citko (2001) argumenta que, como o núcleo externo não está ligado às representações internas por uma cadeia de movimento, então ele pode receber traço de caso diferente do traço do pronome relativo, contrariando, assim, alguns dos fundamentos da análise de elevação do núcleo.

Talvez porque a maior parte dos postulados do modelo *matching* são coerentes com o modelo tradicional, ainda não existem propostas de análise sintática de orações relativas nas línguas Bantu que recorram unicamente a este modelo.

5.5. Conclusões

Neste capítulo propusemo-nos a rever a literatura sobre as diferentes hipóteses de análise das orações relativas que foram sendo propostas ao longo dos tempos. Esta revisão teve por objetivo assumir um modelo para a nossa proposta de análise sintática dos diferentes subtipos de orações relativas do Cinyanja.

Vimos que o modelo tradicional prevê que a relativização envolve um processo de adjunção, em que o NP antecedente é externo a CP, enquanto o modelo de elevação do núcleo argumenta que a relativização é um processo de complementação e que o NP antecedente é interno a CP. No mesmo prisma, observámos que o modelo *matching* é geralmente considerado como um meio termo entre o modelo tradicional e o modelo de elevação do núcleo.

Demonstrámos que o modelo de elevação do núcleo apresenta uma série de desajustes na análise das orações relativas, concretamente das línguas Bantu e que não existem referências nas línguas Bantu de análise de orações relativas com recurso ao modelo *matching*.

Com efeito, a presente pesquisa assume o modelo de núcleo externo (tradicional). Assim, consideramos que a relativização encerra um processo da adjunção. A base para a nossa análise consistirá nas três hipóteses de padrões que têm sido propostas para as orações relativas seguindo esse modelo, nomeadamente: o padrão REL S V/ MR V; o padrão REL V S e padrão S REL V.

Feita a revisão da literatura sobre os modelos de análise de orações relativas, o capítulo que se segue é reservado à apresentação da proposta de análise das orações relativa em Cinyanja.

CAPÍTULO VI - PROPOSTA DE ANÁLISE DAS ORAÇÕES RELATIVAS EM CINYANJA

6.1. Introdução

Revista a literatura sobre os modelos e hipóteses de análise sintática de orações relativas que vêm sendo propostos ao longo dos tempos, o presente capítulo tem por objetivo apresentar proposta(s) de análise dos diferentes subtipos de orações relativas em Cinyanja.

Referimos no capítulo anterior que a nossa proposta segue o modelo teórico de núcleo externo (Chomsky, 1977). Neste contexto, tomamos como ponto de partida as análises que têm sido propostas para a captação dos três padrões básicos de ordem de palavras das orações relativas nas línguas Bantu, nomeadamente: o padrão Marcador Relativo - Sujeito - Verbo / Marcador Relativo - Verbo (REL S V/ REL V); o padrão Marcador Relativo - Verbo - Sujeito (REL V S) e o padrão Sujeito - Marcador Relativo - Verbo (S REL V).

Em 6.2. recapitularemos os aspetos essenciais das estratégias de relativização em Cinyanja; em 6.3. apresentaremos a proposta de análise das orações relativas segmentais; em 6.4. descreveremos a proposta de análise das orações relativas suprasegmentais e, em 6.5., apresentaremos a síntese do capítulo.

6.2. Síntese das estratégias de relativização em Cinyanja

No Capítulo IV assumimos que existem duas estratégias básicas de formação de orações relativas em Cinyanja, nomeadamente: a estratégia de marcador relativo segmental e a estratégia de marcador relativo suprasegmental (tom alto no prefixo inicial da forma verbal da oração relativa).

A estratégia de marcador relativo segmental consiste no uso do morfema *-mene* que segue imediatamente o antecedente e é acompanhado, como prefixo, por uma marca de classe que com ele concorda (cf. 1a). O marcador relativo pode coocorrer com o morfema *-o* afixado à última palavra da oração relativa, por vezes interpretado como um elemento enfático (cf. 1b e 1c).

(1) Estratégia segmental

- a. nthoci [i' mene joni wá-na-gul-a]) (yagwa)
9banana 1OBJ-REL 1João 1SUJ-PST-comprar-VF 9OBJ-cair
' a banana que o Pedro comprou caiu '
- b. (nthoci [i' mene joni wá -na gul -a - yɔ]) (yagwa)
9banana 1OBJ-REL 1João 1SUJ-PST-comprar-VF -SREL 9OBJ-cair
' a banana que o Pedro comprou caiu '

- c. (mwana [m´mene joni wá -na -mu -gul -il -a nthoci -yɔ]) (wathawa)
 1pessoa 1REL 1João SUJ -PST -1OBJ -comprar--APPL -VF 9banana SREL SUJ-fugir
 `a pessoa a quem o João comprou a banana fugiu´.

Na estratégia suprasegmental (tonal), tal como abordado em 4.3.3., do Capítulo IV, o uso do tom alto no prefixo (inicial) de concordância com o sujeito ou com a negação licencia a omissão dos marcadores relativos segmentais. Este facto faz com que o tom (alto) seja uma estratégia de relativização em Cinyanja (cf. 2a). Contudo, em contextos de relativização de objeto com sujeito realizado foneticamente na estrutura, há uma inversão da ordem SV para a ordem VS (cf. 2b). O tom alto pode também ser combinado com o morfema *-o* (cf. 2c).

(2) Estratégia suprasegmental

- a. (mwana) ([wá -na -gul -a nthoci]) (wathawa)
 1pessoa SUJ.REL -PST -compar -VF 9banana SUJ-fugir
 `a pessoa que tinha comprado a banana fugiu´.
- b. (nthoci) ([wá-na-i-gul a joni]) (ya-gwa)
 9banana 1SUJ.REL-PST-OBJ-comprar-VF 1joão 9OBJ-cair
 `a banana que o João tinha comprado caiu´.
- c. (nthoci) ([wá-na-gul a Joni-yɔ]) (ya-gwa)
 9banana 1SUJ.REL-PST-comprar-VF 1joão-SREL 9OBJ-cair
 `a banana que o João tinha comprado caiu´

As descrições feitas no Capítulo IV permitiram também constatar que, em orações relativas de objeto, a ocorrência de marcadores de objeto correferentes com o antecedente pode indicar que a oração relativa é de tipo resuntivo. A oração relativa é tida como resuntiva nos contextos em que a presença do marcador de objeto não é obrigatória (cf. 2b). Neste caso, o marcador de objeto tem o estatuto de pronome, i.e., é um afixo de natureza pronominal, pelo que é legítimo considerar que, na sua presença, a oração relativa é resuntiva (cf. (2c)). Nos contextos em que o marcador de objeto é de ocorrência obrigatória, nomeadamente nas construções de duplo objeto, o marcador tem o estatuto de morfema de concordância, pelo que não é considerado uma forma resuntiva.

Nesta dissertação, não vamos procurar encontrar uma explicação para estas diferenças entre os diversos tipos de complementos e centrar-nos-emos exclusivamente nas estruturas sintáticas das orações relativas de sujeito e objeto não resuntivas. A estrutura da frase que assumimos nesta análise é a versão

da teoria X-barras (Chomsky, 1989; Grimshaw, 1991), em que os itens funcionais, para além dos itens lexicais, são os núcleos das projeções máximas. Este tipo de estrutura está associado à hipótese de movimento de núcleo (Travis, 1984), que une o verbo e as suas flexões em I ou o move para C. Um segundo movimento relevante para esta análise é o das categorias máximas para Spec. Ainda, de acordo com a hipótese de sujeito interno do VP (Kitagawa 1986, Sportiche 1988, Koopman & Sportiche 1991, Chomsky 1989), a concordância sujeito-verbo surge através da concordância Spec-núcleo quando o sujeito se move da sua posição de base (de Spec-VP) para Spec-TP.

Tendo em conta que o Cinyanja apresenta, basicamente, duas estratégias diferentes de formação de orações relativas, e que estas estratégias têm também efeitos diferentes na sintaxe da oração, na presente proposta assumimos que existem também diferentes estruturas de análise das orações relativas desta língua. Assim, e com base na literatura revista, em (6.3) apresentaremos a proposta de análise das orações relativas segmentais (*-mene* e *-mene + -o*) e; em (6.4), proporemos a análise das estruturas das orações relativas não segmentais (tonais).

6.3. Proposta de análise das orações relativas segmentais em Cinyanja

Tal como temos vindo a referir, a oração relativa típica do Cinyanja, a que não sofre nenhum tipo de restrições, é aquela que contém o marcador relativo *-mene*, um elemento fonologicamente independente, que introduz a oração. Este marcador relativo pode ser acompanhado por um morfema, (*-o*), que ocorre na fronteira à direita da oração relativa. Tanto o marcador *-mene* como o morfema *-o* são acompanhados por prefixos que estabelecem concordância com o antecedente.

No Capítulo III, vimos que, no quadro mais geral das línguas Bantu, os marcadores relativos podem ser morfemas fonologicamente independentes ou unidades subnominais (i.e. clíticos/afixos) que ocorrem incorporadas no complexo verbal. Neste contexto, coloca-se a questão de saber se estes morfemas têm o estatuto de pronome relativo ou de complementador (um núcleo funcional). Tal como discutido em Zeller (2004) e Henderson (2006), esta é uma questão que tem sido alvo de controvérsia na literatura, porque é extremamente difícil encontrar critérios capazes de decidir entre uma ou outra opção.

Conforme Henderson (op. c.t.), de uma forma geral, os marcadores relativos das línguas Bantu, sejam eles formas fonologicamente independentes ou não, têm origem em pronomes demonstrativos, sendo formalmente idênticos a estes. Esta particularidade sucede também em Cinyanja. Nesta língua, *-mene*, em construções/frases simples, é um determinante demonstrativo (“esse(a)”, do português), tal como

em (3a). Contudo, em orações relativas, o mesmo morfema *-mene* é marcador relativo (cf. 3b). Nos dois contextos, a natureza formal do morfema é a mesma.

(3) *-mene* (demonstrativo) vs *-mene* (relativo)

a.	Ana	amene	ndi	wo	-limb	-a	ntima	
	2crianças	2DEM		COP	2SUJ	-forte	-VF	coração
	‘Essas crianças têm coração forte (Essas crianças são corajosas)’							
b.	Ana	amene	ali	wo	-limb	-a	ntima	a-ma-kwanisa
	2crianças	2REL	3PL.Ser	2SUJ	-forte	-VF	coração	2SUJ-PROG-conseguir
	kuyenda	usiku						
	andar	noite						
	‘as crianças que são corajosas conseguem andar de noite’							

Esta afinidade entre os marcadores relativos e os pronomes demonstrativos pode ser tomada como indicativa do seu estatuto de pronomes. Porém, há línguas em que os complementadores são formalmente idênticos a pronomes demonstrativos, como é o caso do complementador *that* do inglês, o que significa que a afinidade com os demonstrativos, só por si, não pode constituir um critério. Com efeito, é com base nesta analogia que Demuth e Harford (1999) e Henderson (2006) assumem que os morfemas relativos das línguas Bantu são uniformemente analisados como complementadores.

Apesar de estarmos conscientes deste problema, adotamos neste trabalho a perspectiva de que os marcadores relativos que são formalmente idênticos a determinantes demonstrativos e são formas independentes, como *-mene*, são pronomes relativos, isto é, são categorialmente D[+wh] e movem-se da posição em que são gerados na base para Spec-CP, por movimento-wh. O ponto de origem do marcador relativo depende do tipo de antecedente (se sujeito lógico ou objeto). Começamos pela proposta de análise orações relativas segmentais de sujeito para depois passarmos para as orações relativas de objeto.

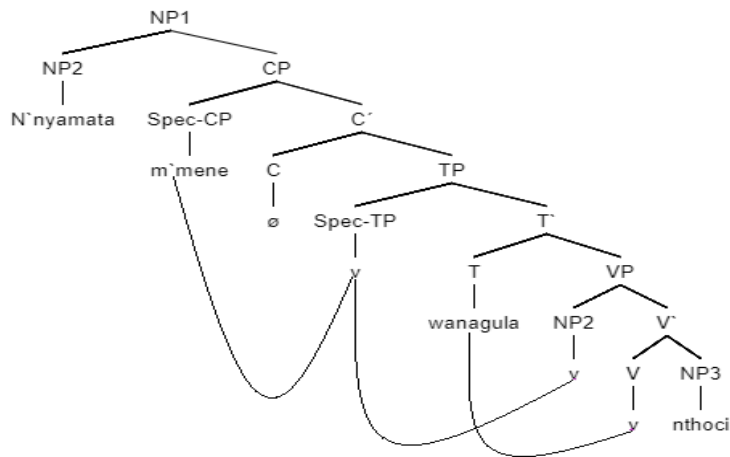
6.3.1. Oações relativas *-mene* de sujeito

Em orações relativas de sujeito o marcador relativo é gerado em Spec-VP, de onde se eleva para Spec-TP e, daí, para Spec-CP. O verbo opera o movimento de V para T a fim de combinar-se com o prefixo de sujeito e as marcas da Flex. O resultado dessa operação é a estrutura que se apresenta em (4b).

(4) Oração relativa de sujeito

a.	(N`nyamata	[m`mene	wá-na-gul-a	nthoci])
	1rapaz	1SUJ-REL	1SUJ-PST-comprar-VF	9banana
	‘o rapaz que tinha comprado a banana’			

b. Representação



6.3.2. Orações relativas -mene de objeto

Em orações relativas *-mene* de objeto, o marcador relativo é gerado numa posição interna de complemento de VP, de onde se move para Spec-CP. O sujeito é movido da posição de Spec-VP para Spec-TP, enquanto o verbo opera o movimento de V para T. Desta operação resulta a estrutura em (5b), a seguir.

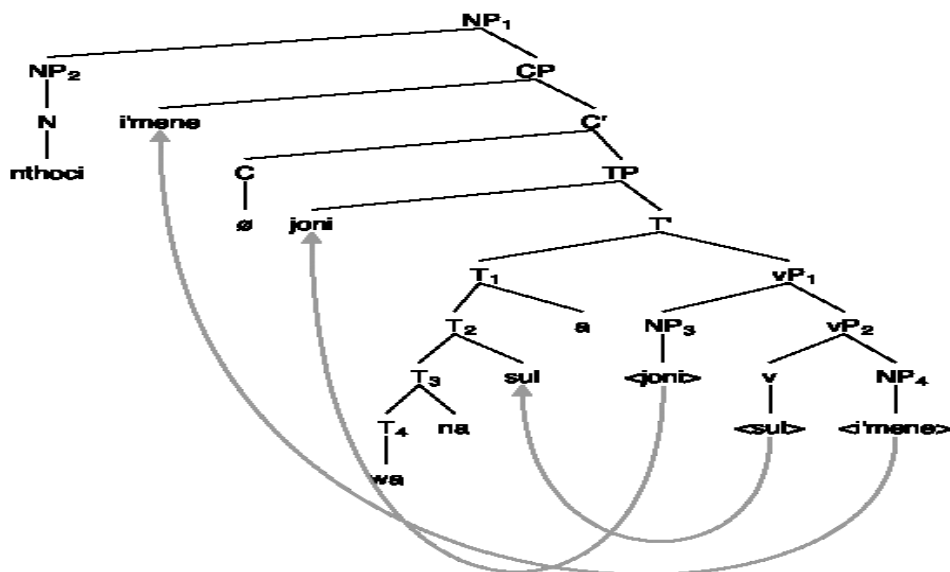
(5) Oração relativa de objeto

a. (nthoci [i'mene joni wá-na-gul-a])

9banana 9OBJ-REL 1João 1SUJ-PST-comprar-VF

'a banana que o João tinha comprado'

b. Representação



Conforme as árvores (4b) e (5b) demonstram, nas orações relativas formadas através do marcador relativo independente *-mene*, em Cinyanja, as operações realizadas resultam numa estrutura em que o sujeito antecede o verbo (REL V, em 4b, e REL S V, em 5b).

Consideremos agora orações relativas segmentais formadas através do marcador relativo *-mene* e o morfema *-o*, como em (1b), aqui repetida em (6).

(6) Relativa *-mene* + *-o*

(nthoci [i' mene joni wá -na gul -a - yo]) (yagwa)
 9banana 9OBJ-REL 1João 1SUJ-PST-Comprar-VF -SREL 9OBJ-Cair
 'a banana que o João tinha comprado caiu'

Baseando-nos em Zeller (2004), adotamos aqui a ideia de que *-o* é um afixo de *concordância relativa*. Como vimos no Capítulo IV, este afixo concorda com o antecedente em classe. De uma forma geral, nas línguas Bantu, todos os modificadores adnominais concordam com o nome que modificam tomando o mesmo prefixo de classe, tal como se pode observar no seguinte exemplo do Cinyanja.

(7) Concordância de classe entre o adjetivo e o nome que modifica

Abambo a -bwino a -coka
 1homem 1SUJ bom 1SUJ sair
 'O homem bom saiu'

Do mesmo modo que o modificador adjetival concorda com o nome que modifica em género e classe, tomamos o morfema *-o* como um marcador de concordância de CP com o NP que modifica. Propomos que, na sintaxe, este morfema está numa posição de adjunção à direita de CP. Tratando-se de uma forma enclítica, liga-se prosodicamente à palavra que o precede imediatamente, que pode ser a forma verbal, ou outro elemento na periferia direita de CP:

(8) [_{NP} [_{NP} nthoci [_{CP} [_{CP} i' mene joni wá -na gul -a] -yo] yagwa
 9banana 1OBJ-REL 1João 1SUJ-PST-comprar-VF -SREL 9OBJ-cair
 'a banana que o João tinha comprado caiu'

Uma vez que a presença deste marcador é opcional, não estritamente necessária, o seu emprego adquire um valor expressivo, enfático.

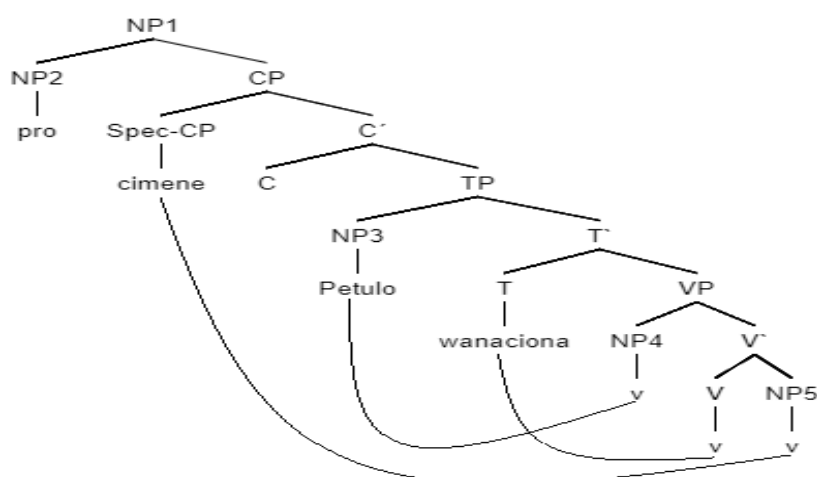
6.3.3. Orações relativas livres

Centrando-nos agora nas relativas livres, os movimentos operados são basicamente os mesmos tanto para as relativas de sujeito como para as de objeto. A única diferença notável é que, tal como é característico neste tipo de relativas, o antecedente é uma categoria vazia, tal como se mostra na oração relativa livre de objeto, a seguir.

(9) Oração relativa livre de objeto:

- a. ci-mene Petulo wá -ci -on -a
 7REL 1Pedro 1SUJ -7OBJ -ver -VF
 'o que o Pedro viu'

b. Representação



Apresentadas a proposta de análise das orações relativas formadas com recurso aos marcadores relativos segmentais, o ponto que se segue é reservado á proposta de análise das orações relativas não segmentais (tonais).

6.4. Orações relativas suprasegmentais (tonais)

Como temos vindo a referir, o facto de o prefixo inicial do verbo da oração relativa ser marcado por um tom alto licencia a supressão do(s) marcador(es) relativo(s) segmental(is). Contudo, a supressão dos marcadores relativos segmentais faz com que haja restrições e/ou mudança de estrutura da oração relativa (cf. Capítulo IV deste trabalho). Em particular, nas orações relativas de objeto em Cinyanja, de modo diferente do que acontece em Chichewa (Mchombo, 2004), há a inversão obrigatória de sujeito. Repetimos aqui um exemplo que ilustra este fenómeno:

(10) Inversão de sujeito em orações relativas não segmentais de objeto

pamalo á-ph-el-a mbuzi abambo
LOC.lugar 1SUJ.PST-matar-APPL-VF 9cabrito 1pai
'o lugar onde matou o cabrito o pai'

No capítulo anterior, vimos que Demuth e Harford (1999) e Zeller (2004) propõem que a inversão do sujeito em orações relativas em algumas línguas Bantu resulta do movimento do verbo de I para C, deixando o sujeito em Spec-IP. Os autores observam que, em muitos casos, a inversão do sujeito é obrigatória sempre que o marcador relativo em C é uma forma clítica, morfologicamente dependente, que carece de suporte morfológico, razão pela qual o verbo se eleva para C. Neste contexto, até aqui, é de considerar a hipótese de inversão de sujeito nas relativas tonais do Cinyanja ser derivada do mesmo modo.

A hipótese de a inversão do sujeito ser derivada por movimento do verbo de T para C nas relativas tonais prevê que a ordem de palavras que se obtém seja (ou pelo menos possa ser) a ordem VSO. Porém, a ordem VSO não é uma possibilidade em orações relativas como a exemplificada em (10). Neste tipo de orações relativas, apenas a ordem VOS é atestada. De facto, em orações relativas tonais do Cinyanja, a ordem VSO só é admitida quando o objeto coocorre com um morfema que com ele concorda no complexo verbal (cf. (11)); sempre que o morfema de objeto não está presente, apenas a ordem VOS é possível.

(11) Estrutura VSO

pamalo á-yi-ph-el-a abambo mbuzi
LOC.lugar 1SUJ-OBJ-matar-APPL-VF 1pai 9cabrito
'o lugar onde matou o pai o cabrito'

Curiosamente, este é o padrão atestado em frases simples, sem relativização. No Capítulo II, vimos que, em Cinyanja, a variação da ordem de palavras depende da presença ou ausência do marcador de OBJ. Sem este marcador na flexão verbal, apenas duas ordens são possíveis, nomeadamente: SVO e VOS. Em frases em que o marcador de OBJ está presente, todas as ordens (SVO, VOS, VSO) são admitidas:

(12) abambo a -na -yi -ph -a mbuzi (SVO)
1papa SUJ- PST- 9OBJ -matar -VF 9cabrito
'O papá matou o cabrito'

- (13) a- -na -yi -ph -a mbuzi abambo (VOS)
 SUJ- PST- 9OBJ -matar -VF 9cabrito 1papa
 'O papa matou o cabrito'
- (14) a- -na -yi -ph -a abambo mbuzi (VSO)
 SUJ- -PST -9OBJ -matar -VF 1papa 9cabrito
 INT: 'O papá matou o cabrito'

Em face destes factos, parece evidente que, no que respeita à gama de posições disponíveis para o sujeito pós-verbal, as orações relativas não diferem das frases simples. Esta observação é um obstáculo sério à ideia de que a inversão de sujeito em orações relativas resulta da subida do verbo de T para C, estando o sujeito em Spec-TP. Por conseguinte, concluímos que não existem argumentos para a subida do verbo de T para C nas relativas tonais.

Recorde-se que, no Capítulo II, propusemos que, em frases simples, a ordem VOS é derivada por movimento de *scrambling* do objeto para uma posição de adjunção a VP (cf. Costa, 1998 para o português) sendo que o verbo está em T. Na ordem VSO, o objeto está numa configuração de *clitic doubling* (sendo que o morfema OBJ é uma forma clítica incorporada no complexo verbal, ou, dito de outro modo, é um afixo de natureza pronominal). Assim, quer na ordem VOS quer na ordem VSO o sujeito está em Spec-VP e o verbo está em T.

Regressando às orações relativas não segmentais, assumimos que há movimento de um Operador Nulo para Spec-CP. Na esteira da proposta de Demuth e Harford (1999) para as línguas com morfemas relativos clíticos, adotamos a ideia de que, nesta situação, C necessita de suporte morfológico. Contudo, esse suporte não é dado por movimento de T para C (como defendido pelas autoras para essas línguas), mas sim pela operação de *Merger* morfológico (Halle e Marantz, 1993), que tem lugar no nível pós-sintático da gramática.

Esta operação foi proposta no quadro do modelo da Morfologia Distribuída (MD) (ver Embick e Noyer, 2007). Neste modelo, os nós terminais da derivação sintática (Morfemas) são feixes de traços abstratos relevantes apenas para a sintaxe, sem informação fonológica ou morfológica. É só no momento de *Spell Out* que são inseridos os expoentes fonológicos de cada morfema, consoante os itens do vocabulário da língua. Este processo toma a designação de *Inserção Vocabular*.

No momento da Inserção Vocabular, a estrutura hierárquica gerada pela sintaxe é linearizada e há um pequeno conjunto de operações que podem alterar a ordem dos morfemas gerada pela sintaxe. Uma destas operações é a de Deslocação Local (DL), que consiste na afixação de um nó terminal a outro que com ele estabeleça a relação de adjacência. O processo de fusão morfológica por Deslocação Local

aplica-se sobre estruturas já linearizadas (i.e., após a linearização) e substitui uma relação de adjacência por uma relação hierárquica como se indica a seguir:

$$(15) \quad X^*Y \rightarrow [[Y] X] \quad (* \text{ indica a relação de adjacência})$$

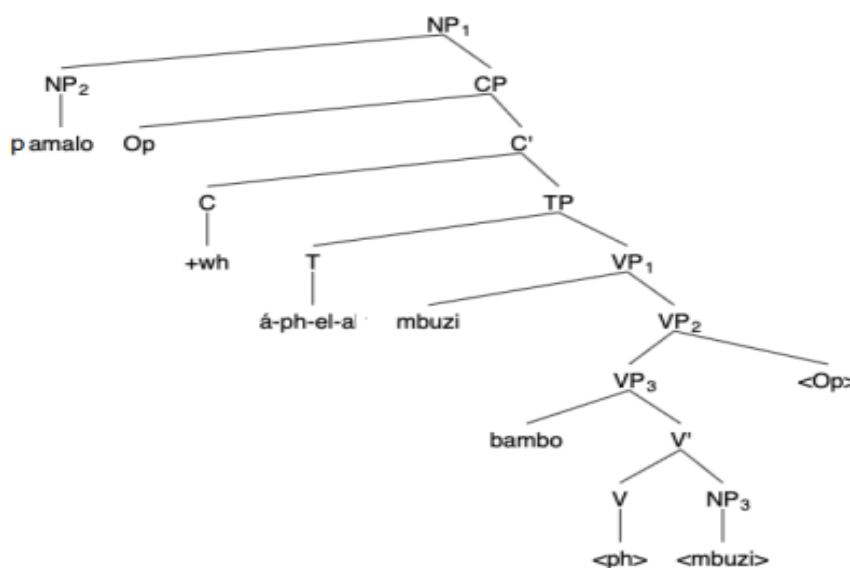
Aplicando esta operação à derivação das orações relativas tonais do Cinyanja, a fusão morfológica dos nós terminais C e T só pode ter lugar na condição de os dois nós terminais manterem entre si uma relação de adjacência. Por consequência, o sujeito não pode intervir entre C e T, pelo que não pode ocupar a posição de Spec-TP e deve permanecer *in situ*, em Spec-VP. Daí a inversão obrigatória do sujeito neste tipo de oração relativa.

Nesta linha, começaremos por apresentar a proposta de análise das relativas tonais sem objeto incorporado (o exemplo (10) acima). Conforme apresentámos acima, por ser uma oração relativa tonal de objeto, o constituinte-Qu é um operador nulo que se move para Spec-CP, onde verifica o traço +wh de C. O verbo desloca-se de V para T. O sujeito ocupa a posição de Spec-vP e o objeto move-se por movimento de *Scrambling* para a esquerda de VP. Na representação que se segue, assinalamos as posições de base dos constituintes movidos entre <>.

(16) a. (VOS):

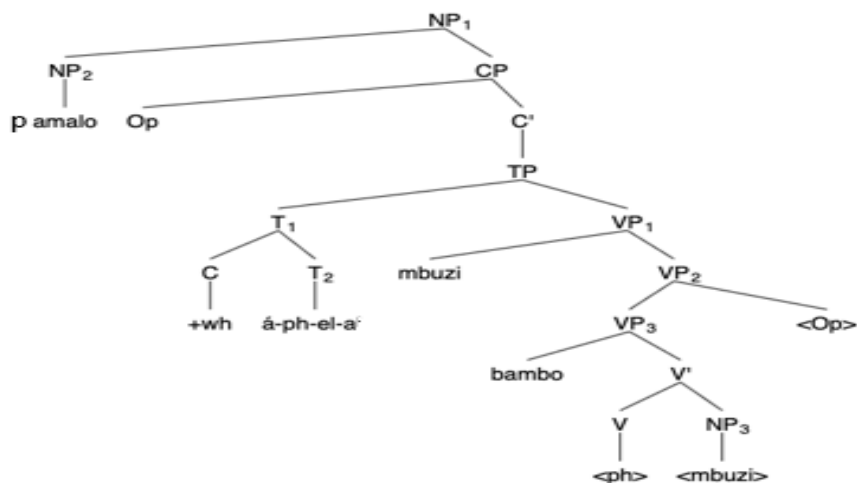
pamalo á-ph-el-a mbuzi abambo
 LOC.lugar 1SUJ.PST-matar-APPL-VF 9cabrito 1pai
 'o lugar onde matou o cabrito o pai'

b. Representação



Nesta estrutura, C+wh e T estão adjacentes, estando assim reunidas as condições para a operação de *Merger* morfológico, de que resulta a seguinte configuração:

(17)

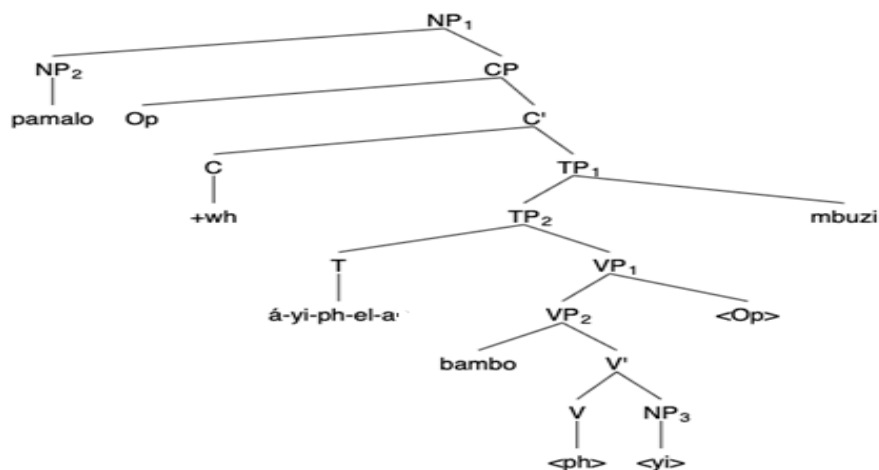


As orações relativas tonais com objeto incorporado são analisadas de modo semelhante, com a diferença de que o objeto lexical está numa posição de deslocado à direita sendo redobrado pelo clítico objeto incorporado na Flexão, tal como descrito no Capítulo II para as frases simples com a ordem VSO. O exemplo (11), aqui repetido em (18a), é representado como em (18b).

(18) a. (VSO)

pamalo á-yi-ph-el-a abambo mbuzi
 LOC.lugar 1SUJ-OBJ-matar-APPL-VF 1pai 9cabrito
 'o lugar onde matou o papa o cabrito'

b. Representação



A inversão do sujeito verifica-se também na presença do marcador relativo -o, como se exemplifica a seguir:

- (19) (nthoci) ([wá-na-gul -a Joni-*yɔ*] (ya-gwa)
9banana 1SUJ.REL-PST-comprar-VF 1João-SREL 9OBJ-cair
'a banana que o João tinha comprado caiu'.

A única diferença entre (18) e (19) está na presença do sufixo de concordância relativa, numa posição de adjunção à direita de CP.

6.5. Síntese

Na nossa proposta, assumimos que as orações relativas do Cinyanja são CPs. Conforme a estratégia de relativização envolvida, há um marcador relativo ou um operador nulo que se move da sua posição de base para Spec-CP. Igualmente, em qualquer tipo de estratégia envolvida, o verbo situa-se em T.

Do ponto de vista das estratégias de relativização, as principais diferenças entre as orações relativas formadas através da estratégia de marcador relativo segmental e as orações relativas tonais residem no seguinte:

- as orações relativas segmentais apresentam a estrutura REL (S) V;
 - em orações relativas de objeto, o sujeito reside em Spec-TP enquanto nas orações relativas segmentais de sujeito, Spec-TP contém o vestígio do constituinte-Qu;
 - as orações relativas sem antecedente partilham das mesmas características básicas das orações relativas com antecedente, diferenciando-se, essencialmente, pelo facto de, nestas orações, o antecedente ser um *pro*;
 - o sufixo relativo -o é um marcador de concordância relativa do CP com o NP modificado.
- as orações relativas suprasegmentais apresentam uma estrutura diferente das orações relativas segmentais;
 - na linha da proposta de Demuth e Harford (1999) para as línguas com morfemas relativos clíticos, adotamos a ideia de que, nesta situação, C necessita de se afixar a T. Este processo, porém, não se dá por movimento de T para C, mas sim pela operação de *Merger* morfológico (Halle e Marantz, 1993), que exige que C e T ocorram numa posição de adjacência, o que, por sua vez, implica que o sujeito permaneça *in situ*, em Spec-VP, resultando na estrutura REL VS.

Deste modo, as propostas que assumimos são consistentes com as ideias defendidas por Demuth e Harford's (1999), Zeller (2004), Pak (2007), entre outros, para outras línguas Bantu. Tal como acontece em Nguni e Sotho (Zeller, 2004), em Cinyanja existe um sufixo relativo que se pode combinar tanto com o marcador relativo segmental *-mene* como com o tom alto no primeiro morfema da estrutura do complexo verbal. Por outro lado, no contexto em que o marcador relativo é suprasegmental, C+wh e T fundem-se morfológicamente sob a condição de adjacência.

Em suma, podemos aqui assumir que existem dois padrões básicos de estrutura da oração relativa em Cinyanja, nomeadamente: o padrão REL (S)V, para orações relativas segmentais, e o padrão REL VS para as orações relativas não segmentais. O padrão VS varia entre VOS ou VSO dependendo da incorporação ou não incorporação do objeto. O facto de o antecedente e o sujeito não poderem ser adjacentes em nenhum tipo ou estratégia de relativização em Cinyanja sugere que a hipótese de análise S REL V, defendida, por exemplo, por Pak (2007) e Letsholo (2009) para o Luganda e o ikalanga é inválida para esta língua.

CONCLUSÕES

A presente pesquisa teve como objeto de estudo a sintaxe das orações relativas em Cinyanja (N31), segundo a classificação de GUTHRIE (1967). Partindo do princípio de que existem universais linguísticos no domínio empírico particular das orações relativas, o trabalho foi realizado com o propósito principal de apresentar, de forma sistematizada, os parâmetros válidos para o Cinyanja neste tipo de construções.

Os objetivos da presente dissertação eram os seguintes:

- identificação da ordem de palavras na oração relativa;
- descrição dos mecanismos/estratégias de construção de orações relativas Cinyanja;
- identificação da natureza do(s) morfema(s) relativo(s) que codifica(m) as orações relativas;
- identificação das posições da Hierarquia de Acessibilidade (HA) que podem ser relativizadas;
- análise do tipo de concordância manifestada nas orações relativas;
- descrição da natureza do(s) movimento(s)-Qu nas orações relativas da língua.

A pesquisa assenta nos pressupostos teóricos da teoria de Princípios e Parâmetros (Chomsky; 1981, e em obras posteriores: Chomsky, 1986a, 1986b) incorporando aspetos do Programa Minimalista (Chomsky, 1995; Boeckx, 2006). Uma vez revistos os diferentes modelos de análise das orações relativas propostos no quadro desta teoria, e examinados alguns dos principais estudos sobre a relativização nas línguas Bantu, identificámos alguns problemas suscitados pelo modelo de elevação do núcleo e optámos pelo modelo clássico, segundo o qual a relativização encerra um processo da adjunção. As descrições feitas no capítulo IV e a proposta de análise de orações relativas em Cinyanja apresentada no capítulo VI permitiram-nos chegar às conclusões que a seguir passamos a apresentar.

O Cinyanja é uma língua tipicamente de oração relativas pós-nominais. Neste tipo de construções, a oração relativa ocorre à direita do antecedente. Nesta língua, as orações relativas são formadas com base em dois recursos básicos, nomeadamente: (i) recursos segmentais (marcador *-mene* e o sufixo relativo *-o*) e recurso suprasegmental (tom alto com ou sem o sufixo relativo *-o*). Os marcadores relativos segmentais, em todos os contextos, são acompanhados por um prefixo de concordância com o antecedente.

A estratégia de marcador *-mene* mostra ser a mais consistente nesta língua, pois pode ser usada para formar todos os subtipos de orações relativas sem restrições. A estratégia tonal apresenta restrições quanto ao seu uso. Em particular, só pode ser aplicada para formar orações relativas de sujeito ou orações relativas de objeto em que o sujeito lógico ocupa a posição pós-verbal, ou seja, deve-se, nestes contextos, inverter a ordem sujeito-verbo para verbo-sujeito.

As orações relativas em Cinyanja podem ser restritivas ou apositivas. Nesta língua, podem ser relativizadas as posições de Sujeito e as de Objetos. Na posição de objeto, é possível distinguir as orações relativas de objeto direto das orações relativas de objeto indireto. As relativas de objeto indireto apresentam-se como construções de Duplo Objeto. Porque as preposições *em, a, para, sobre*, (do português) entre outras, são, por vezes, realizadas em Cinyanja como locativos de situacionalidade, direcional e de interioridade, respetivamente, *pa-, ku-* e *mu-*, um outro subtipo sintático de oração relativas importante nesta língua constitui o das orações relativas locativas. As orações relativas sem antecedente e as orações relativas locativas podem também ser formadas com recurso às duas estratégias de relativização e morfemas relativos (segmental e suprasegmental) que a língua apresenta.

As orações relativas do Cinyanja apresentam variação quanto ao tipo de concordância que desencadeiam. Contudo, e de um modo geral, as orações relativas que não são de sujeito e são formadas pelo marcador relativo segmental *-mene*, em Cinyanja, apresentam marcas de concordância tanto com o sujeito lógico como com o antecedente.

Do ponto de vista da derivação sintática da oração relativa, propôs-se que as orações relativas segmentais sejam analisadas como estruturas REL(S)V, uma estrutura em que o marcador relativo *-mene* é movido da sua posição de base para Spec-CP. Há um sufixo de concordância relativa (*-o*) que se liga diretamente a CP, situando-se numa posição de adjunção a CP. Este afixo estabelece uma relação de concordância entre CP e o NP modificado (o antecedente). Em orações relativas de objeto, o sujeito reside em Spec-TP, enquanto nas orações relativas de sujeito segmentais, Spec-TP é ocupado pelo vestígio do pronome relativo.

As orações relativas formadas através da estratégia suprasegmental (tom alto no prefixo inicial do verbo da oração relativa), pelo facto de apresentarem características e restrições internas diferentes das orações relativas segmentais, são analisadas como estruturas em que C+wh tem um estatuto idêntico ao dos marcadores relativos clíticos que aparecem incorporados na estrutura do complexo verbal em outras línguas Bantu (Demuth e Harford, 1999). A nossa hipótese é que, como o marcador relativo é um elemento sem matriz fonológica, deve afixar-se a T. Contra Demuth e Harford (1999), defendemos que este processo não se dá por movimento de T para C, já que não há qualquer indicação de que T sobe para C em Cinyanja. Propusemos que a afixação de C a T se dá no nível pós-sintático da gramática, por *Morphological Merger*, sob adjacência. Por conseguinte, Spec-TP não deve ser ocupado por um DP que interfira com a adjacência entre C e T na Forma Fonética. Deste modo, o sujeito permanece *in situ*, em Spec-vP, obtendo-se os mesmos padrões de ordem de palavras encontrados, de forma independente,

em frases simples com sujeito em posição pós-verbal, nomeadamente os padrões VOS ou VSO, dependendo da incorporação ou não incorporação do objeto.

As propostas aqui apresentadas permitem-nos compreender de que modo o Cinyanja se integra no quadro mais geral dos processos de relativização das línguas Bantu. Tal como defendem Demuth e Harford (1999), Zeller (2004), entre outros, existe variação paramétrica nas orações relativas nas línguas Bantu. Por um lado, existem línguas Bantu que se podem servir de morfemas segmentais na formação de orações relativas. Por outro lado, existem línguas que se podem servir de morfemas não segmentais (o tom) na formação de orações relativas. No grupo das estratégias segmentais, existem línguas como Sessotho (Zeller, 2004), Cichewa (Mchombo, 2004), Ciwandya (Mtenje, 2011), entre outras, em que o marcador relativo é um elemento fonologicamente independente, e línguas como Luganda (Ashton et al. 1954), Shona (Demuth e Harford, 1999), Swati (Zeller, 2004), Kiswahi (Ndomba, 2020), entre outras, em que o marcador relativo é um elemento subnominal, portanto, um clítico no verbo. As línguas cujo marcador relativo é um clítico apresentam, regra geral, a inversão de sujeito como padrão estrutural da oração.

Assim, as orações relativas segmentais –*mene* (+ *-o*) do Cinyanja seguem o padrão estrutural proposto por Demuth e Harford's (1999) para línguas Bantu em que o marcador relativo é um elemento morfológicamente independente (REL (S) V). Por outro lado, as orações relativas não segmentais encaixam-se na proposta das mesmas autoras para línguas cujo marcador relativo é um clítico – há a inversão obrigatória de sujeito (REL V S) - variando, no caso do Cinyanja, entre REL VOS e REL VSO, dependendo da incorporação ou não incorporação do OBJ.

Uma questão que fica em aberto, e que deixamos para futuras pesquisas, é o que acontece em Chichewa (uma língua do mesmo grupo do Cinyanja) em que as orações relativas não segmentais apresentam o mesmo padrão das orações relativas segmentais, ou seja, não há inversão de sujeito.

Outro elemento interessante nessa variação é que o Cinyanja se enquadra no grupo das línguas que apresentam diferentes formas/estratégias de formação de oração relativa. Conforme argumenta Zeller (2004), quando a língua apresenta uma variedade de possibilidades de formação de orações relativas, as estruturas sintáticas resultantes dessas possibilidades também são diversificadas. Tal como constatamos na descrição e análise do Cinyanja, as diferentes estratégias de formação de orações relativas resultam também em diferentes padrões estruturais e natureza de movimentos sintáticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abney, S. P. (1987). *The English noun phrase in its sentential aspect*. MA dissertation, Cambridge, Massachusetts Institute of Technology.
- Adger, D. & Smith, J. (2005). *Variation and the minimalist program*. In L. Cornips & K. P. Corrigan (Eds.), *Syntax and Variation: Reconciling the Biological and the social*. Amsterdam, John Benjamins, pp 149–178.
- Alexandre, N. (1998). *Estratégias de Relativização em português europeu*. In Atas do XIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Aveiro, APL, pp. 29-39.
- Alexandre, N. (2000). *A Estratégia Resumptiva Em relativas restritivas do português europeu*. Dissertação de Mestrado Lisboa, 228 pág.
- Alexandre, N. (2000). *Proposta de Representação dos DPs Relativizados a Análise [NP CP NP]*. In Atas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, APL, pp. 35-46.
- Alexandre, N. (2005). *Processo de relativização e marcadores Relativos em Crioulo de Cabo Verde*. In XXI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, APL, pp. 83-95.
- Alexandre, N. (2006). *Estruturas em Movimento: alguns tópicos sobre as construções-Q e de clivagem*. In Letras de Hoje. Porto Alegre. v. 41, n° 1, pp. 99-119.
- Alexiadou, A. et al. (1996). *The syntax of relative clauses*. Long Company, Philadelphia.
- Ahn, B. (2010). Tongan Relative Clauses at the Syntax-prosody Interface. In the proceedind of AFLA 18.
- Araujo, J. C. (2007). *Análise comparativa das diferentes abordagens das gramáticas normativas sobre o emprego dos pronomes Relativos em francês e português*. UFP, Paraná.
- Arim, E., Ramilo, M. C. e Freitas, T. (2003). *Estratégias de relativização nos Meios de Comunicação Portugueses*. In Atas do XIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, APL, pp. 279-288.
- Asante, R. K. & Qiuwu, M. (2016). *Relative clause constructions in Nkami*. Studies in African Linguistics, V. 45, n° 1e 2, 27-59.
- Asiimwe, A. (2019). *The syntax of relative clause constructions in Runyankore-Rukiga: A typological perspective*. Stellenbosch Papers in Linguistics Plus, Department of African Languages, Makerere University, Uganda, Vol. 58, 131-154.
- Ashton, E.O., et al (1954). *A Luganda Grammar*. London, Longmans, Green and Co.
- Ashton, E.O. (1959). *Swahili Grammar (including Intonation)*. Longmans, London.
- Baker, Mark C. (2003). *Agreement, Dislocation, and Partial Configurationality*. Rutgers University.
- Baker, M. (2008). *The syntax of agreement and concord*. Cambridge University Press, Cambridge.
- Baker, M. (2012). *On the relationship of object agreement and accusative case: evidence from Amharic*. Linguistic Inquiry 43 (2). 255-274.
- Baker, M. C. (2013). *On agreement and its relationship to case: some generative ideas and results*. Lingua, 130, 14–32, Doi:10.1016/j.lingua.2012.03.010.
- Baker, M. & Kramer, R. (2015). *Doubling Clitics are Pronouns: Agree, Move, Reduce, and Interpret*. Rutgers University and Georgetown University.
- Baker, M. C. (2016). *On the status of object markers in Bantu languages*. Rutgers University.
- Bhatt, R. (2002). *The Raising Analysis of Relative Clauses: Evidence from Adjetival Modification in Natural Language Semantics*. 10, 43-90.
- Barbosa, P. (2001). *On inversion in Wh-questions in romance*. BookPart, Oxford University Press,
- Bianchi, V. (1999). *Consequences of antisymmetry: Headed Relative Clauses*. Mouton de Gruyter, Berlin.
- Bianchi, V. (2000). *The Raising Analysis of Relative Clauses: A Reply to Borsley*. Linguistic Inquiry 31,123-140.
- Bird, C. S. (s/d). *Relative clauses in Bambara*. The journal of west African languages. V1.
- Bleek, W. (1862). *A Comparative Grammar of South African Languages*. London, Trübner.
- Bleek, W. H. I. (1869). *A comparative grammar of south african languages – part 2: the concord*.

- Cape Town: J. C. Juta; London: Trübner & Co.
- Boeckx, C. (2001). *Mechanisms of Chain Formation*. Dissertação de Doutoramento, University of Connecticut.
- Boeckx, C. & Hornstein, N. (2006). *The virtues of Control as movement*. *Syntax*, 9:2, 118–130.
- Bokamba, E. (1976). *Question Formation in Some Bantu Languages*. Tese de doutoramento. Indiana University, Bloomington.
- Borsley, R. D. (1997). *Relative clauses and the theory of phrase structure*. *Linguistic Inquiry* 28, 629-647.
- Borer, H. (1984a). *Parametric syntax*. Dordrecht, Holland: Foris Publications.
- Borer, H. (1984b). *Restrictive relatives in Modern Hebrew*. *Natural Language and Linguistic Theory* 2, 219-260.
- Brame, M. (1968). A new analysis of the relative clause: Evidence for an interpretive theory. Ms., MIT, Cambridge.
- Bresnan, J. e Mchombo, S. (1987). *Topic, pronoun, and agreement in Chichewa*. *Language* 63: 741-782.
- Bresnan, J. (1994). *Locative inversion and the architecture of Universal Grammar*. *Language* 70: 72-131.
- Brito, A. M. B. (1985). *Aspetos Sintáticos das Relativas em português: Contribuição para uma Teoria Sintática Geral da Reactivização*. In Atas da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, 63-79.
- Brito, A. M. B. (1988). *A Sintaxe das Frases Relativas do português: Estruturas, mecanismos interpretativos e condições dos Morfemas Relativos*. Dissertação de Doutoramento. Universidade do Porto: Faculdade de Letras, Porto, 448p.
- Brito, A. M. B. (2000). *Relativas de Genitivo no português europeu e no português de Moçambique*. In Atas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, APL, pp. 35-46.
- Brito, A. M. B. (2004). *As relativas não restritivas com antecedente nominal como um caso de oposição*. In Ata do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, APL, p. 401-419.
- Brito, A. M. (2009). *Construções de objecto indirecto preposicionais e não preposicionais: uma abordagem generativo-constructivista*. In Actas do XXIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, pp. 141-159.
- Brito, A. M. (2010). *Do European Portuguese and Spanish have the Double Object Construction?* In Comisión Organizadora del VEGG (orgs.) ENCuentroGG. V Encuentro de Gramática Generativa. CD Rom, pp. 81-114.
- Camacho, R. G. (2010). *A Nominalização como Estratégia de Relativização*. In Estudos Linguísticos, São Paulo, 39, pp. 167-185.
- Campos e Xavier. (1991). *Sintaxe e Semântica do português*. Universidade Aberta, Lisboa.
- Cançado, M., Godoy, L. e Amaral, L. (2013). *Predicados Primitivos, Papéis Temáticos e Aspectos Lexicais*. In ReVEL, V. 11, nº 20.
- Cândido, G. V. (2005). *Construções Relativas na Língua Shanenawa (Pano)*. In Estudos Linguísticos XXXIV, p. 575-579.
- Cardozo, A. (2009). *Extraposição de orações relativas: uma abordagem comparativa entre o português antigo e o português atual*. In Textos Seleccionados. XXIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, APL, pp. 169-184.
- Cardozo, A. (2008). *Relativas com Núcleo Interno e Relativo de Ligação na História do português*. In Textos Seleccionados. XXIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, APL, pp. 77-92.
- Cardoso, A. e Alexandre, N. (2013). *Relativas Clivadas em português não Standard do PE*. In Atas do XXVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, APL, Coimbra.
- Carlson, G. (1977). *Amount Relatives*. *Language* 53, 520-542
- Carstens, V. (2000). *Concord in a minimalist theory*. *Linguistic Inquiry* 31, 319-355.
- Carstens, V. (2005). *Agree and EPP in Bantu*. *Natural Language and Linguistic Theory*. 23 (2), 219–279.

- Casteleiro, J. M. (1981). *Sintaxe Transformacional do Adjetivo. Regência de construções completivas*. Instituto de Investigação Científica (IIC), Lisboa.
- Cheng, L. (2006). *Decomposing Bantu relatives*. Leiden University.
- Cheng, L. e Downing, L. J. (2007). *The Prosody and syntax of Zulu Relative Clauses*. In SOAS Working in Linguistics V15, 51-63.
- Cheng, I. e Kula, N. C. (2006). *Syntactic and Phonological Phrasing in Bemba Relatives*. In ZAS Papers in Linguistic 43, 31-54.
- Chimbutane, F. (1995). *Estratégia de Pronome Resumptivo na Formação de orações relativas de OD e OBL no português de Moçambique*. In Atas do XI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, APL, pp. 225-248.
- Chomsky, N. (1965). *Aspects of the theory of syntax*. MIT Press, Cambridge.
- Chomsky, N. (1973). *Conditions on transformations*. In Stephen Anderson and Paul Kiparsky, eds., *A Festschrift for Morris Halle*, New York: Holt, Rinehart e Winston.
- Chomsky, N. (1977). *On wh-Movement*. In: P. Culicover et al. *Formal Syntax*. Academic Press, New York, 71-132.
- Chomsky, N. (1981). *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris.
- Chomsky, N. (1986a). *Barriers*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Chomsky, N. (1986b). *Knowledge of Language: Its Nature, Origin, and Use*. New York: Praeger.
- Chomsky, N. (1995). *The Minimalist Program*, MIT Press Cambridge, Mass.
- Chomsky, N. (2000). *Minimalist Inquiries: The Framework*. In Robert Martin, David Michaels and Juan Uriagereka *Step by Step: Essays in Minimalist Syntax in Honor of Howard Lasnik*, MIT Press, Cambridge, 89–155.
- Cinque, G. (1990). *Types of A-bar dependencies*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Cinque, G. (2011). *ON Double-Headed Relative Clauses*. In *Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, nº 1, V. 6, 67-91.
- Citko, B. (2001). *Deletion under identity in relative clauses*. In Minjoo, K. e Strauss, U. (org). *Proceedings of the North East Linguistic Society*. Georgetown University, (NELS) 31,131–145.
- Cocchi, G. (2010). *Relative Clauses in Bantu: Affixes as relative markers*. On line Disponível na internet via <http://arca.unive.it/bitstream/10278/2473/1/Cocchi.pdf>. Acesso no dia 17 de novembro de 2018.
- Cole, D. T. (1960). *African linguistic studies*, *African Studies*, 19:4, 219-229, DOI: 10.1080/00020186008707119.
- Comrie, B. (1981). *Language Universals and Linguistics Typology*. 2ª edição, Blackwell, Oxford.
- Corrêa. V. R. (1998). *Orações relativas: o que se fala e o que se aprende no português do Brasil*. Campinas.
- Corrêa, V. R. (2001). *Variação Sintática em Portugal e no Brasil: Orações Relativas*. In Atas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, APL, pp. 615-626.
- Costa, J. (1998). *Word order variation. A constraint-based approach*. The Hague: Holland Academic Graphics.
- Costa, J. et al. (2009). *Produção e compreensão de orações relativas em português europeu: dados do desenvolvimento típico, de PEDL e do agramatismo*. In Textos Seleccionados do XXIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, APL, pp. 211-224.
- Costa, A. L. (2003). *Aspetos das Construções de Relativização no português do Séc. XV*. In Atas do XIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, APL, pp. 409-420.
- Costa, I. O., Rodrigues, E. S. e Augusto, M. R. (2012). *A Concordância com tópico: o caso dos verbos meteorológicos em relativas cortadoras*. *ReVEL*, edição especial nº. 6.
- Creissels, D. (1994). *Aperçu sur les structures phonologiques des langues negro-africaines*. 2ª Ed., Grenoble: ELLUG, Université Stendhal.

- Crystal, D. (1994). *A Dictionary of Linguistics and Phonetics*, 3ª Ed. Cambridge, Mass.: Blackwell.
- Cunha, C. e CINTRA L. (2002) *Nova gramática do português contemporâneo*. 17ª edição, Lisboa, João Sá de Melo.
- De Freitas, L. A. (1998). *Quatro Processos Sintáticos de Deslocação à Esquerda em português europeu*. In Atas do XIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Aveiro, APL, pp. 533-540.
- De Oliveira, M. T. F. (1997). *As Construções Relativas do tipo um N que em Interpretação Específica*. In Atas do XIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, APL, pp. 175-83.
- De Vries, M. (s/d). *Patterns of Relative Clauses*. UvA. Disponível na internet via <http://www.let.rug.nl/dvries/pdf/2001-patterns-rc-lin.pdf>. Acesso em 14 de novembro de 2018.
- De Vries, M. (2002). *The syntax of relativization*. Tese de Doutorado. University of Amsterdam, Amsterdão.
- De Vries. (2005). *The Full and Rise of Universals on Relativization*. In Journal of Universal Language 6, 1-33.
- Diercks, M. (2006). *Object Agreement in Swahili and the Interpretation of Objects*. Georgetown University.
- Diercks, M. (2009). *To appear. Subject extraction and (so-called) antiagreement effects in Bukusu: A Criterial Freezing approach*. In: The Proceedings of the 45th Annual Meeting of the Chicago Linguistic Society. Chicago Linguistics Society, Chicago.
- Demuth, K. e Harford, C. (1999). *Verb raising and Subject inversion in Bantu relative clauses*. Journal of African languages and linguistics.
- Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (2008). *Dicionário Terminológico para Consulta em Linha* (DT) <http://dt.dgicd.min-edu.pt/>. Acesso em 19 de Dezembro de 2021.
- Dixon, R. M. W. (2006). *Adjective Classes: a Cross-linguistic Typology*. Oxford, Oxford University Press.
- Dixon, R.M.W. (2010). *Basic Linguistic Theory*. Oxford, Oxford University Press, Volume 1. Methodology, xvi + 381 pp (ISBN 978-0-19-957107-9).
- Doke, C. M. (1954). *The Southern Bantu Languages*. London / New York / Cape Town: Oxford University Press.
- Dos Santos, W. C. R. (2015). *As relativas de grau no português europeu*. Dissertação de Mestrado, Brasília, pp. 108.
- Douglas, J. A. (2015). *Agreement (and disagreement) among relatives*. Cambridge occasional papers in Linguistics, V 7, nº 1, 33-60.
- Downing, L. J. Mtenje, Al. (2011). *Prosodic phrasing of Chichewa relative clauses*. In Journal african languages and linguistics, DOI: 10.1515/jall.2011.003.
- Duarte, M. E. (1986). *Variação e Sintaxe: Clítico Acusativo, Pronome Lexical e Categoria Vazia no português do Brasil*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Duarte, I. (1987). *A construção de topicalização na gramática do português: regência, ligação e condições sobre movimento*. Dissertação de Doutorado, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- Duarte, F. B. (2014). *Casos, Função Sintática e Papéis Temáticos*. UFMG, Brasil.
- Duarte, I., SANTOS, A. L. e ALEXANDRE, N. (2011). *Quão relativas são as relativas finais?* In Textos Seleccionados, XXVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, APL, pp. 242-255.
- Duarte, I. M. (2013). *Construções de Topicalização*. In Raposo, E. B. P. et. Al. (org). Gramática do português. Coimbra, Fundação Calouste Gulbenkian, V1.
- Dubois, J. (1973). *Dicionário de Linguística*. s/ed., São Paulo, CULTRIX.
- Embick, D. e Noyer, R. (2007). *Distributed Morphology and the Syntax-Morphology Interface*. The Oxford Handbook of Linguistic Interfaces, Oxford University Press.
- Ermisch, S. (2010). *Relative Constructions in African Languages*. Research Unit 1783. On line Disponível na internet via [http://web.uni-rankfurt.de/tb10/zimmermnn/HP fg-RelS/info typ.htm](http://web.uni-rankfurt.de/tb10/zimmermnn/HP_fg-RelS/info_typ.htm).

- Acesso no dia 20 de outubro de 2019.
- Faria, I. H. e Duarte, I. (1989). *O Paradoxo da Variação: Aspectos do português europeu*. In Revista Internacional de Língua Portuguesa. Lisboa, Associação das Universidades de Língua Portuguesa. p. 21-27.
- Foley, S. (s/d). *The syntax of Georgian relative clauses*. Department of Linguistics, New York University, New York.
- Friedmann, N.; Grodzinsky, Y. (1995). *Tense and agreement in agrammatic production: pruning the syntactic tree*. Ms. Tel- Aviv University.
- Gallego, A. J. (2007). *T-to-C movement in relative clauses*. Universitat Autònoma de Barcelona.
- Garcia, O. (1993). *Bilingual Education*. In Coulmas, F. (ed). 1996. *The Handbook of Sociolinguistics*. Oxford, Blackwell Publishers.
- Givón, T. (1972). *Pronoun attraction and subject postposing in Bantu*. in Peranteau, P. M., J. N. Levi & G. C. Phares. The Chicago Which Hunt: Papers from the Relative Clause Festival, Chicago Linguistic Society, The University of Chicago, 190-97.
- Givon, T. e Ranch, W. C. (2008). *Toward a Diachronic Typology of Relative clauses*.
- Gimenez, A. D. (2011). *Estratégias de Relativização e Classe de Palavra: Um Estudo Tipológico-funcional*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.
- Grimshaw, J. (1990). *Argument Structure*. Cambridge, MA, MIT Press.
- Grimshaw, J. (1991). *Extended Projection*. Brandeis University, Waltham.
- Grimshaw, J. (1997). *Projection, Heads and Optimality*. Linguistic Inquiry 28, 373-422.
- Guthrie, M. (1967-71). *Comparative Bantu*. Volumes 1-4. Farnborough Heights, Gregg International Publishers.
- Haegeman, L. (1991). *Introduction to government and binding theory*. Blackwell: Oxford UK & Cambridge, USA.
- Halle, M., and A. Marantz (1993). *Distributed Morphology and the Pieces of Inflection*. in K. Hale and S. Keyser, eds., *The View from Building 20: Essays in Linguistics in Honor of Sylvain Bromberger*, MIT Press, Cambridge, MA, 111–176.
- Harford, C. e Demuth, K. (1999). *Prosody outranks syntax; na optimality to subject inversion in Bantu Relatives*. Journal of African languages and linguistics.
- Heck, F. e Cuartero, J. (s/d). *Long Distance Agreement in Relative Clauses*.
- Henderson, B. (2006). *The syntax and typology of Bantu relative clauses*. PhD dissertation University of Illinois at Urbana-Champaign.
- Henderson, B. (2007). *The Syntax of Agreement in Bantu Relatives*. In HORT, F. et al (vol. Eds) and Wechsler, S. (series ed.). *Morphosyntax of Underrepresented Languages*. Texas Linguistic Society.
- Henderson, B. (2011). *Agreement, locality and OVS in Bantu*. *Lingua* 121, USA, 742-753.
- Hiraiwa, K. (2003). *Relativization in Buli*. Massachusetts Institute of Technology. In Working Papers on Endangered and Less Familiar Languages 4, 45-84.
- Hyman, L. (1975). *Phonology: theory and analysis*. Holt, Rinehart and Winston. New York.
- Hyman, L. (2007). *Niger-Congo Verb Extension: Overview and Discussion*. In Selected Proceedings of the 37th Annual Conference on African Linguistics, Somerville, MA: Cascadia Proceedings Project 149-163.
- Iorio, D. (2011). *The Noun Phrase in Kimembe*. In Newcastle Working in linguistics 17.
- Jackendoff, R. (1977). *X-bar Syntax: A study of Phrase Structure* Cambridge, MA: MIT Press.
- Jelinek, E. (1984). Empty categories, case, and configurationality. *Natural Language and Linguistic Theory*, 2: 39-76.
- Jolkesky, M. P. De V.; Santos, L. C. dos (2008). *Construções relativas restritivas em Kaingáng*. In Telles, S. & De Paula, A. S. (orgs.) *Topicalizando Macro-Jê*. Recife, NECTAR247-260.
- Junior, P. M. (2014). *Orações relativas livres do PB: Sintaxe, Semântica e Diacronia*. Tese de

- Doutoramento, Unicamp, Campinas.
- Karels, J. (2014). *Relative constructions in Nyiha*. Sil international,
- Kayne, R. S. (1994). *The Antisymmetry of Syntax*. MIT Press.
- Katamba, F. (1991). *An Introduction to Phonology*. Longman, London and New York.
- Katamba, F. (1994). *Morphology*. London, The Macmillan LTD.
- Kato, M. A. (2014). *Uma análise unificada dos três tipos de relativas Restritivas do português brasileiro*.
In Web-Revista SOCIODIALETO: Bach., Linc., Mestrado Letras UEMS/Campo Grande, v. 4, nº 12.
- Kawasha, B. (2002). *Grammatical relations and relativization in Lunda*. JALL 23, 31-62.
- Keenan, E. L. & Comrie, B. (1977). *Noun phrase accessibility and Universal Grammar*. Linguistic Inquiry 8, 63-99.
- Keenan, E. L. e Comrie, B. (1979). *Data on the Noun Phrase Accessibility Hierarchy*. Language V. 55.
- Keenan, E. L. (2008). *Relative Clauses are Phrase Structural in Malagasy*. In Language and Linguistics 9.4: 769-796.
- Kenedy, E. (2002). *Aspetos estruturais da relativização em português – uma análise baseada no modelo raising*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, 158 pag.
- Kenedy, E. (2005). *O modelo raising de descrição de cláusulas relativas: evidências do português*. In *Revista da ABRALIN*, Santa Catarina, v. II, p. 9-22.
- Kindell, G. (1981). *Guia de análise fonológica*. Brasilia. DF, Summer Institute of Linguistics.
- Kinyalolo, K. (1991). *Syntactic dependencies and the SPEC-head agreement hypothesis in KiLega*.
Dissertação de Doutorado, UCLA, Los Angeles.
- Kisseberth, C. W. (2010). *Relative Clauses Phrasing in Chimwiini*. In ZAS Papers in Linguistic, 53, 109–144.
- Koch, I. G. V. (2004). *Introdução à linguística textual*. Martins Fontes, São Paulo.
- Koopman, H. & Sportiche, D. (1991). *The Position of Subjects*. Lingua 85, 211-258.
- Kröger, O. (2005). *Algumas notas gramaticais sobre a língua emakhuwa*. Nampula, Sociedade Internacional de Linguística.
- Kula, N. C. (2007). *Effects of phonological phrasing on syntactic structure*. Linguistic Review, 24, 201-231.
- Kula, N. C. (2009). *The augment in Bemba*. University of Essex.
- Kula, N. C. & Cheng, L. (2007). *Phonological and syntactic phrasing in Bemba relatives*. Journal of African Languages and Linguistics, 28,123-148.
- Kuteva, T.A. & Comrie, B. (2006). *The typology of relative clause formation in African languages*. In Voeltz, F.K. E. Studies in African Linguistic Typology. Amsterdam: John Benjamins, 209–228.
- Langa, D. (2013). *Morfologia do verbo em changana*. Maputo, Centro dos Estudos Africanos.
- Lasnik, H. & Stowell, T. (1991). *Weakest crossover*. Linguistic Inquiry22, 687-720.
- Lee, R. B. (1960). *The Grammar of English Nominalizations*. The Hague: Mouton.
- Lee, H. (2012). *On a Special Type of Antecedentless Relative Clauses in English*. In UCLA Working Papers in linguistics, Theries of Everything. V 17, Article 24, 197-212.
- Lepsius, R. (1880). *Nubische Grammatik, mit einer Einleitung über die Völker und Sprachen Afrikas*. Berlin, Hertz.
- Letsholo, R. (2009). *The 'Forgotten' Structure of Ikalanga Relatives*. In Studies in African Linguistics V. 38.
- Lionnet, F. (s/d). *Demonstrative and Relative Constructions in Ju – A diachronic account*. Barkely-University of California. in *English and Japanese*. USA.
- Lions, J. (1972). *O que é linguagem? Introdução ao pensamento de Noan Chonsky*. Editora Estampa, “s1”.
- Liphola, M. (2001). *Aspects of Phonology and Morphology*. Unpublished PhD. Dissertation. The

- Ohio State University. United States of America.
- Lobato, L. M. P. (1986). *Sintaxe gerativa do português: da teoria padrão à teoria da regência e ligação*. Belo Horizonte: Vigília.
- Lopes, Ó. (1971). *Gramática Simbólica do português*. 2ª Ed., Lisboa, Instituto Gulbenkian de Ciência.
- Macaba, F. J. (1992). *Para uma Sistematização das Construções Relativas no Changana*. Monografia de Licenciatura, Universidade Eduardo Mondlane.
- Macalane, G. L. (2013). *A Variação Paramétrica das Interrogativas Parciais em Cinyanja*. Maputo, CEA-Universidade Eduardo Mondlane.
- McCarthy, J. & Prince A. (1991). *Prosodic minimality. Paper presented at the conference on the Organization of Phonology*. University of Illinois, Champaign.
- McCarthy, J. & Prince A. (1993). *Prosodic Morphology I: Constraint Interaction and Satisfaction*. University of Massachusetts, Amherst, MA, & Rutgers University, New Brunswick, NJ.
- McCarthy, J. & Prince A. (1994). *The emergence of the unmarked optimality in prosodic morphology*. Proceedings of the North East Linguistic Society, 24, pp. 333-379, Graduate Linguistic Student Association, Amherst, MA: University of Massachusetts.
- Makasso, E. M. (2010). *Processus de relativisation en básaa: syntaxe de la prosodie*. In ZAS PAPERS LINGUISTIC IN, 53.
- Maho, J. F. (2003). *A classification of the Bantu languages: An update of Guthrie's referential system*. In Derek Nurse & Gérard Philippson (eds.), *The Bantu languages*. London, Routledge Language Family Series 4), 639–651.
- Maho, J. (2008). *NUGL online: the web version of the New Updated Guthrie List, a referential classification of the Bantu languages*. Versão 2008. Online disponível em <http://goto.glocalnet.net/maho/bantusurvey.html>. Acesso em setembro de 2019.
- Manus, S. (2010). *The prosody Shimákonde Relative Clauses*. In. ZAS PAPERS LINGUISTIC IN, 53.
- Marantz, A. (1993). *Implications of asymmetries in double object constructions*. In Mchombo, S. A. ed. *Theoretical Aspects of Bantu Grammar*. V 1. Stanford, CA, CSLI, 113-151
- Marten, L. (2006). *Locative inversion in Otjiherero: More on morpho-syntactic variation in Bantu*. ZAS Papers in Linguistics 43, 97-122.
- Mateus, M. H. M. et al. (1983). *Gramática da Língua Portuguesa*. Almedina, Coimbra.
- Mateus, Mira et al. (2003). *Gramática da Língua Portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Caminho.
- Matos, G. (2003). *Coordenação Frásica Vs. Subordinação adverbial*. In Atas do XIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, APL, pp. 555-565.
- Matsinhe, S. (1994). *The Status of Verbal Affixes in Bantu Languages with Special Reference to Tsonga: Problems and Possibilities*. South African Journal of African Languages 14, no. 4: 163–176.
- Mchombo, S. (2004). *The Syntax of Chichewa*. New York, Cambridge University press.
- Medeiros, J. P. (2014). *Orações relativas livres do PB: sintaxe, semântica e diacronia*. Tese de Doutorado, Campinas, 182P.
- Meinhof, C. (1906). *Grundzüge einer vergleichenden Grammatik der Bantusprachen*. Berlin, Dietrich Reimer.
- Miguel, M., Gonçalves, A. e Duarte, I. (2006). *Operações sobre Grelhas Argumentais: nomes deverbiais e predicados complexos*. In atas do XXI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, APL, pp. 499-515.
- Moia, T. (1992). *A Sintaxe das Orações Relativas sem Antecedente Expresso do português*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, Lisboa,
- Moia, T. (2013). *Orações Relativas de Quantidade e Quantificadores Implícitos*. In Textos Seleccionados, XXVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de linguística, Coimbra, APL, pp. 473-492.

- Montang, J. L. e MACDONALD, M. C. (S/D). *Word Ord Doesn't Matter: Relative Clause*.
- Mtenje, Al. (2011a). *On Relative Clauses and Prosodic Phrasing in Ciwandia*. In ZAS Papers in Linguistics, 55: 121-139.
- Mtenje, Al (2011b). *On relative clauses and prosodic phrasing in Cisena*. Paper presented at the 11th Linguistics Association for SADC Universities (LASU) conference, Lusaka, University of Zambia.
- Móia, T. (1996). *A sintaxe das Orações Relativas sem Antecedente Expresso no português*. In: Quatro Estudos em Sintaxe do português. Lisboa, Edições Colibri.
- Móia, T. (2001). *Aspectos Sintáctico-Semânticos das Orações Relativas com "quando" e "como"*. In Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Coimbra, Associação Portuguesa de Linguística, pp. 349-361.
- Moura, H. L.M. (2018). *Processos de desfocalização/desativação de referentes e introdução de novos referentes na atividade de produção textual*. Estudos Linguísticos, São Paulo, 47 (3): P. 798-808.
- Mugari, V. (2013). *Pronoun Dropping in ChiShona: A Comparative Approach*. Studies about languages n° 23, 20-27.
- Munn, A. (1994). *A minimalist account of reconstruction asymmetries*. In NELS 24, 397-410. GLSA, University of Massachusetts, Amherst.
- Muriungi, P. K. e Mutange, N. M. (2019). *Syntactic analysis of Kimbeere relative clauses*. Open Journal of modern Linguistics, 9, 561-579.
- Mutaka, N., Tamanji, M. (2000). *An introduction to African linguistics*. Munich, Lincom handbooks in linguistics, n 16, Lincom Europa.
- Mutu, P. M. (1991). *Wh-movement in Kiswahili*. Dissertação de Mestrado. University of Nairobi, Nairobi.
- Myers, S. (1987). *Tone and the structure of words in Shona*. Tese de Doutoramento. University of Massachusetts, Amherst.
- Myers, S. (1995). *The Phonological Word in Shona, in Katamba, F. (ed.). Bantu Phonology and Morphology, Lincom Studies in African Linguistics 06, Lincom Europa, München- ewcastle*.
- Ndomba, R. (2020). *Deriving objectrelatives in Swahili determiner frases*. Department of literature and languages, Dar es Salaam University-College of education, Dar es Salaam.
- NELIMO. (1989). *I Seminário Sobre A Padronização da Ortografia das Línguas Moçambicanas*. Maputo: Editora Escolar.
- Neto, J. F. e Silva, C. R. T. (2010). *O Programa Minimalista em Foco: Princípios e Debates*. São Paulo.
- Ngonyani, D. (2001). *Evidence for head raising in Kiswahili relative clauses*. Studies in African Linguistics V30, n° 1.
- Ngonyani, D. (2006). *Resumptive Pronominal Clitics in Bantu Languages*. In Annual Conference on African Linguistic.
- Ngunga, A. (2002). *Elementos da Gramática da Língua Yao*. Maputo-Moçambique, Imprensa Universitária, Universidade Eduardo Mondlane.
- Ngunga, A. (2004). *Introdução à Linguística Bantu*. Imprensa Universitária-Universidade Eduardo Mondlane, Maputo.
- Ngunga, A. (2010). *Fundamentos de Fonética e Fonologia*. Ms. Maputo (trabalho em elaboração).
- Ngunga, A. e Simbine. (2012). *Gramática da Língua Changana*. Imprensa Universitária-Universidade Eduardo Mondlane, Maputo.
- Ngunga, A. e Faquir, O. (2011). *Relatório do III Seminário de Padronização de Ortografia de Línguas Moçambicanas*. CEA- Universidade Eduardo Mondlane, Maputo.
- Nhampoca, E. A. C. (2018). *Identidade Categorial e função dos ideofones do Changana*. Tese de doutoramento, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-graduação em linguística, Florianópolis, 347p.
- Oliveira, G. e Camacho, R. G. (2013). *Estratégias de relativização e construções alternativas nas Línguas*

- indígenas do Brasil*. São Paulo Cultural Académica.
- Ott, D. (2009). *A Note on Free Relative Clauses in the Theory of Phases*. Haward University.
- Ouhalla, J. (1991). *Funcional categories and parametric variation*. London, New York: Routledge.
- Pak, M. (2007). *Relative Clauses Without CPs in Luganda*. University of Pennsylvania.
- Patin, C. (2010). *The prosody of relatives in Shingazidja*. In: ZAS PAPERS LINGUISTIC IN, 53.
- Pietraszko, A. (2017). *Relative clauses and CP nominalization in Ndebele*. University of Chicago.
- Pike, K. L. (1948). *Tone Languages*. Ann Arbor, University of Michigan Press.
- Peres, J. A. & Mória, T. (1995). *Áreas críticas da língua portuguesa*. Lisboa, Caminho.
- Polinsky, M. (2007). *Relative Clause in Heritage Russian: Fossilization or Divergent Grammar?*
- Poulos, G. (1982). *Issues in Zulu relativization*. Number 11 in Communication. Grahamstown: Rhodes University.
- Raposo, E. (1989). *Teoria da gramática: a faculdade da linguagem*. Lisboa, Editorial Caminho.
- Raposo, E. (1997). *Toward a Unification of Topic Constructions*. Ms., University of California at Santa Barbara.
- Raposo, E. B. P. et. Al. (2013a). *Gramática do português*. Coimbra, Fundação Calouste Gulbenkian, V1.
- Raposo, E. B. P. et. Al. (2013b). *Gramática do português*. Coimbra, Fundação Calouste Gulbenkian, V2.
- Ribeiro, A. (2010). *Dicionário Gramatical changana*. Maputo, Paulinas.
- Riedel, K. (2010). *Relative clauses in Haya*. ZAS Papers in Linguistics 53, 211-225.
- Riemsdijk, H. C. V. e Williams, E. S. (1991). *Introdução à teoria da gramática*. São Paulo: Martins Fontes.
- Rio-Torto, G. et. al. (2013). *Gramática derivacional do português*. 2ª Ed., Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Rivero, M. L. (s/d). *Las Relativas Restrictivas con que*. In Nueva Revista de Filología Hispánica. Tomo XXXI, nº 2, s/d, 196-234.
- Rizzi, L. (1990). *Relativized Minimality*. Cambridge, Mass: MIT Press.
- Rizzi, L. (1997). *The Fine Structure of the Left Periphery*. In *Elements of Grammar: Handbook in Generative Syntax*, ed. Liliane Haegman, 281-337. Dordrecht, Netherlands: Kluwer Academic Publishers.
- Seki, L. (2000). *Estratégias de Relativização em Kamaiurá*. In Hein van der Voort & Simon (eds.), *Indigenous Languages of Lowland South America [Indigenous Languages of Latin America, 1]*, p. 309-324.
- Roberts, I. 2010. *Agreement and Head Movement*. MIT Press, Cambridge.
- Sabel, J. & Zeller, J. (2004). *WH Question Formation in Nguni*. Paper presented at the 35th ACAL meeting. Harvard University
- Salzmann, M. (2011). *Towards a typology of Locative Inversion – Bantu, perhaps Chinese and English – but beyond?* Language and Linguistics Compass, 5, 169–189.
- Safir, K. (1986). *Relative clauses in a theory of binding and levels*. In Linguistic Inquiry, volume 17, Number 4, MIT Press, 663-689.
- Safir, K. (1999). *Vehicle Change and Reconstruction in A'-chains*. In Linguistic Inquiry 30, 587-620.
- Sauerland, U. (1998). *The Meaning of Chains*. Tese de Doutoramento, Working Papers in Linguistics, Cambridge. MIT Press.
- Sauerland, U. (2003). *Unpronounced heads in relative clauses*. In: Kersten Schwabe and Susanne Winkler (eds.). *The Interfaces: Deriving and Interpreting Omitted Structures*. John Benjamins, Amsterdam, 205–226.
- Scarpa, E.M. (2003). *Prosody and language loss: a case study on prosodic difficulties in fluent aphasia*. In: I PaPl, Lisboa, 11-12.
- Schachter, P. (1973). *Focus and Relativization*. Language 49, 1: 19-46.
- Sportiche, D. (1988). *A theory of floating quantifiers and its corollaries for constituent structure*. Linguistic Inquiry 19 (3). 425-449.

- Silvano, P. (2003). *A Questão Semântica da Subordinação Temporal em Frases. Complexas com Completivas Finitas e Finitas*. In Atas do XIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, APL, pp. 567-578.
- Sitoe, B. (1996). *Dicionário changana-português*. Maputo: INDE.
- Sitoe, B. e Ngunga, A. (2000). *Relatório do II Seminário Sobre a Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas*. Maputo: Núcleo de Estudo de Línguas Moçambicanas (NELIMO)/Centro de Estudos das Línguas Moçambicanas, Universidade Eduardo Mondlane.
- Sitoe, B. (2011). *Dicionário Changana - português*. 2ª Ed., Maputo, Textos Editores.
- Smith, C. (1964). *Determiners and relative clauses in a Generative Grammar of English*. In: Language.
- Souza, J. P. F. de. (2012). *Mapeando a entrada do Você no quadro pronominal: análise de cartas familiares dos séculos XIX-XX*. Dissertação-Letras (Letras Vernáculas, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Sportiche, D. (1988). *A theory of floating quantifiers*. Linguistic Inquiry 19, 425-449.
- Takizala, A. (1972). *Focus and Relativization: The case of Kihung' an*. In Studies in African linguistics, V 3, nº 2, 259-286.
- Tarallo, F. (1983). *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese*. Dissertação de Doutorado, Universidade de Pennsylvania.
- Tarallo, F. (1985). *The filling of the gap: Pro-drop rules in Brazilian Portuguese*. In King, L. & Maley, A. (eds.) Selected Papers, from the XIIIth Linguistic Symposium on Romance Languages. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co.
- Tong, W. (2012). *Pronominal Relative Clauses in Ethiopian Languages: From inside ad from outside*. Studies in African Linguistics, V 41.
- Torrend, S. (1981). *A comparative grammar of the South-African Bantu Languages*. Kegan Paul, Trench, Trubner &Co. Ltd., London.
- Travis, L. (1984). *Parameters and Effects of Word Order Variation*. Tese de Doutorado. Massachusetts Institute of Technology, Cambridge.
- Tsimpli, I. M. (1991). *On the maturation of funcional categories: early child speech*. UCL working papers in linguistics.
- Tyler, A. (1985). *Swahili relative clauses*. Studies in African linguistics. Supplement 9, 298-303.
- Ugembe, Z. M. (2011). *O tom em Xitshwa*. Dissertação de Mestrado. Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Maputo, 84p.
- Valer, S. (2009). *As Sentenças Relativas com Núcleo Nominal: Aspetos Semânticos*. In Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura Ano 05 n.10.
- Valer, S. (2009). *Aspetos Formais e Semânticos das Sentenças Relativas do PB*. In Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura, Ano 05 n.11 - 2º Semestre.
- Van der Wal, J. (2016). *Flexibility in symmetry: a implicational relation in Bantu double object constructions*. Bantu 6, University of Cambridge, Helsink.
- Veloso, R. (2013). *Subordinação relativa*. In Raposo, E. P. et. al (orgs.). *Gramática do português*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2063-2133.
- Vergnaud, J.R. (1974). *French Relative Clauses*. Doctoral Dissertation, Massachusetts Institute of Technology.
- Vergnaud, J.R. (1985). *Dépendance et niveaux de représentation en syntaxe*. John Benjamins.
- eloso, R. (2007). *Orações Relativas em Contextos Apresentativos: dados de um corpus oral*. In Comemorações dos 75 anos do CLUL – Sessão de Estudantes.
- Visser, M. (2008). *Definiteness and specificity in the isixhosa determiner phrase*. South African Journal of African Languages, 28, 11–29.
- Weiss, H. E. (1980). *Fonética Articulatória: guia e exercícios*. Brasília, Summer Institute of

Linguistics.

- Xavier, M. F. e Mateus, M. H. (1990a). *Dicionário de Termos Linguísticos*. Lisboa, Edições Cosmos, APL e ILTEC, Vol. I.
- Xavier, M. F. e Mateus, M. H. (1990b). *Dicionário de Termos Linguísticos*. Lisboa, Edições Cosmos, APL e ILTEC, Vol. II.
- Zavitnevich-Beaulac, O. (2005). *On Wh-movement and the Nature of Wh-Phrases – Case Re-Examined*. Skase Journal of Theoretical Linguistic, 2(3): 75-100.
- Zeller, J. (2002). *Relative pronouns and relative concords in Southern Bantu: a historical relationship*. Durban Ms. University of Natal.
- Zeller, J. (2004). *Relative Clauses Formation in de Bantu Languages of South Africa*. In Southern African Linguistics and Applied Language Studies 22, 75-93.
- Zubizarreta, M. L. (1997). *Prosody, focus and word order*. Los Angeles, University of Southern California, Departamento f Linguistics, Los Angeles, CA, Manuscript.
- Zwart, J. W. (1997). *A short note on relative constructions in Lega and Swahili*. University of Groningen.